

Débora Andrade Gomes Moura

**A ilusão da formalidade:
A consolidação de padrões e suas contradições em prédios habitacionais
no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte**

Belo Horizonte, MG

2018

Débora Andrade Gomes Moura

**A ilusão da formalidade:
A consolidação de padrões e suas contradições em prédios habitacionais
no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientador: Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos

Belo Horizonte, MG

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

M929j

Moura, Débora Andrade Gomes.

A ilusão da formalidade [manuscrito] : a consolidação de padrões e suas contradições em prédios habitacionais no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte / Débora Andrade Gomes Moura. - 2018.

177 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Baltazar dos Santos.

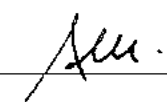
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

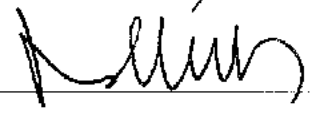
1. Conglomerado habitacional - Teses. 2. Aglomerado da Serra (Belo Horizonte, MG) - Teses. 3. Política habitacional - Teses. 4. Planejamento urbano - Teses. I. Santos, Ana Paula Baltazar dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.59

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 19 de
dezembro de 2017 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (Orientadora-EA-UFMG)  _____

Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos (EA-UFMG)  _____

Dr. João Bosco Moura Tonucci Filho (UFMG)  _____

Agradecimentos

Resumo o que vivi nos últimos dois anos em uma palavra: reencontro. Em primeiro lugar, reencontro com pessoas que demonstraram ter um papel importante na minha vida, mas também um reencontro com minha própria essência. Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram nas transformações e conquistas cotidianas, àqueles que estiveram presentes quando eu mais precisei e também àqueles que me fizeram ver a vida por diferentes perspectivas.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, ao meu pai e à minha madrinha pelo amor, apoio e por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Dedico a dissertação às minhas avós e ao meu avô, pelos ensinamentos que carrego para toda a vida. Aos meus irmãos, que admiro muito. Aos tios, primos, semi-primos e agregados pela amizade e pelo carinho.

À minha orientadora, Ana Baltazar, pelos apontamentos e críticas, essenciais para o processo e para o resultado, pelas conversas e pelo apoio. Sobretudo, agradeço por provocar em mim uma capacidade de autocrítica que levou à ruptura com tudo aquilo que não me servia mais.

Agradeço ao Roberto Eustaáquio e ao Frederico Canuto, pelas contribuições e pelo cuidado em entender o projeto de pesquisa na etapa de qualificação. Aos professores do NPGAU e ao Luiz Alex Saraiva, pela inspiração e aprendizado.

À Maria Paula Borges, à Silke Kapp, à Fernanda Borges e à Denise Morado, pelas orientações e pelo atendimento atencioso. Aos funcionários da biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG, em especial à Andréia, pela ajuda e disponibilidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me concedido uma bolsa de estudos.

Aos moradores de prédios do Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra que se dispuseram a participar e compartilhar um pouco de sua vivência, antes e depois da mudança. À Cintya Ornelas, pelo registro do experimento e ao Lucca Mezzacappa pelo empréstimo da câmera.

A Maria do Carmo Gomes, Carolina Boaventura, Ana Paula Emídio, Luiza Lages, Cecília

Santos, Gabriel Jota e Fernanda Chagas pelo apoio nas etapas finais.

Aos amigos de longa data, por estarem sempre por perto, ainda que por vezes distantes fisicamente. Aos amigos do Pandiá Calógeras, às amigas do Magnum.

Aos amigos da arquitetura e parceiros de trabalho, pelo carinho, cuidado e pelos projetos compartilhados.

Aos amigos do mestrado, pelo companheirismo e por tornarem a salinha do NPGAU uma segunda casa.

Aos estudantes de graduação que conheci durante a ocupação, por despertarem a esperança na luta contra retrocessos e por uma sociedade mais justa.

Aos amigos da Rapadura, pela alegria e pelos bons momentos que vivemos juntos. Às amizades que nasceram fora de Belo Horizonte e que me enchem o coração.

Ao Guilherme Sad e ao Grayson Toliver, pela companhia nos dias bons e ruins, por tornarem a nossa casinha sempre viva e agradável. Ao Guilherme Beltrame, à Laura Sanders e à minha família e amigos mais próximos novamente, pelo auxílio no meu tratamento e suporte psicológico.

Aos colegas do Grupo MOM, pelo empréstimo de material e de livros e pelas discussões que fizeram parte da minha formação crítica. A todos os amigos e colegas que passaram pela minha vida nestes dois anos, inspirando a escrita dessa dissertação de alguma forma.

A respeito desse espaço abstrato, instrumental (portanto, manipulado por toda espécie de “autoridades”, seu lugar e meio), ganha corpo uma interrogação (...). Ela concerne ao silêncio dos usuários. Por que eles suportam sem vastas revoltas as manipulações que lhes custam seus espaços, suas vidas cotidianas? Por que os protestos permanecem limitados a “grupos esclarecidos”, portanto, elitistas, que geralmente evitam essas manipulações? (...)
(LEFEBVRE, 2006, p. 49)

Resumo

A presente dissertação tem o objetivo de apresentar uma perspectiva sobre a mudança de moradores de um contexto informal, com determinadas práticas espaciais, para espaços concebidos por técnicos. O objeto de análise deste trabalho é o impacto no cotidiano da mudança de moradores do Aglomerado da Serra para os prédios construídos pelo Programa Vila Viva dentro da favela, bem como dos moradores de fora do Aglomerado que compraram os apartamentos posteriormente à construção. A pesquisa busca compreender como foi afetada a produção do espaço; trata-se de uma pesquisa-ação, método utilizado como ferramenta para o levantamento das dificuldades encontradas, dos conflitos e de formas de atuação nos espaços de uso coletivo. As ações incluíram entrevistas com dinâmicas, conversas coletivas e um experimento com interfaces. Os discursos dos participantes muitas vezes refletem avaliações positivas com relação às intervenções realizadas e um ideal de formalidade bem disseminado de maneira geral na sociedade, embora não se manifeste efetivamente nos espaços coletivos cotidianos dos prédios. A crítica desenvolvida ao longo da dissertação e retomada ao final suscita uma reflexão necessária, que esclarece contradições existentes com relação a consolidação de padrões de consumo e de desejo que invadem o imaginário dos moradores. O objetivo final é ampliar as possibilidades de ação propositiva em contextos de transição para um ambiente formal, tendo como horizonte questões como identidade (de classe), coletividade e consciência histórica da produção do espaço.

Palavras-chave: produção do espaço cotidiano; espaço coletivo; atuação em favelas; pesquisa-ação; interface.

Abstract

The purpose of this thesis is to present a perspective on the move of inhabitants from an informal context, with space practices to which they were accustomed, to spaces conceived by planners. The object of analysis of this work is the impact in the daily life of the Aglomerado da Serra residents' move to the buildings constructed by the Vila Viva Program within the favela. It is considered as well the impact on residents from outside the Aglomerado, who bought the apartments after the construction. The research seeks to understand how the production of space was affected; it is an action research, a method used as a tool for surveying the difficulties encountered, conflicts and ways of acting in collective use spaces. The actions included interviews with dynamics, collective conversations and an experiment with interfaces. Participants' discourses often reflect positive assessments of interventions and an ideal of widespread formality in society, although it does not manifest itself effectively in everyday collective spaces of buildings. The critique developed throughout the thesis raises a necessary reflection, which clarifies existing contradictions regarding the consolidation of patterns of consumption and desire that invade the residents' imaginary. The ultimate goal is to expand the possibilities of propositional action in contexts of transition to formal environments, having as horizon issues such as identity (class), collectivity and historical consciousness about production of space.

Key words: production of everyday space; collective space; acting in favelas; action research; interface.

Lista de ilustrações

FIGURA 1: Paisagem urbana modificada: prédios e muros das intervenções do Vila Viva e modificações pelos moradores	22
FIGURA 2: Localização do Aglomerado da Serra no município de Belo Horizonte	26
FIGURA 3: Vilas que compõem o Aglomerado da Serra, indicação de recorte espacial e dos prédios do Programa Vila Viva	27
FIGURA 4: Paisagem do Aglomerado da Serra	28
FIGURA 5: Roteiro inicial da pesquisa-ação	37
FIGURA 6: Fotografia de prédio do Vila Viva	41
FIGURA 7: Recorte espacial para a pesquisa-ação	43
FIGURA 8: Banco na área coletiva, expandindo a casa, em um dos prédios com acesso pela Rua das Ameixas	44
FIGURA 9: Crianças empinando pipa no final da Rua das Ameixas	44
FIGURA 10: Cobertura à Rua N. Sra. de Fátima	45
FIGURA 11: Panfleto distribuído nos prédios do Vila Viva Aglomerado da Serra	50
FIGURA 12: Fotos da segunda oficina (espaço coletivo do prédio de Isadora e de outro prédio, vistos a partir da Rua São João)	53
FIGURA 13: Fotos da segunda oficina (paisagem, mureta em prédio a qual algumas pessoas usam de assento, crianças brincando no prédio de Regina)	53
FIGURA 14: Fotos da segunda oficina (barranco, área sob a escada e elementos de segurança instalados pelos moradores no prédio de Marina	54
FIGURA 15: Localização dos prédios escolhidos para a pesquisa (1 a 7)	57
FIGURA 16: Algumas das fotografias utilizadas na primeira dinâmica da entrevista individual	60
FIGURA 17: Espaços de uso coletivo do prédio 1 (área frontal do prédio e área dos fundos, próximo ao barranco, em que se colocaram varais)	65
FIGURA 18: Espaços de uso coletivo do prédio 5 (área lateral do prédio e acesso com grande quantidade de plantas	65

FIGURA 19: Varais no antigo jardim em frente à casa de Isadora	69
FIGURA 20: Mato no prédio 2	73
FIGURA 21: Área de acesso para o prédio 2	80
FIGURA 22: Bancos na área comum do prédio 1	81
FIGURA 23: Croqui: intervenções pontuais e usos no prédio 1	82
FIGURA 24: Croqui: Planos para intervenções futuras no prédio 1	83
FIGURA 25: Apropriação de espaços - varal no prédio 6	87
FIGURA 26: Detalhe espaço coletivo do prédio 2	88
FIGURA 27: Apropriação de espaços - churrasqueira no prédio 1	89
FIGURA 28: Área de convivência e playground de prédios de apartamentos padrão	90
FIGURA 29: Uso e intervenções em espaço de estacionamento, na França	91
FIGURA 30: Intervenções em espaços públicos	91
FIGURA 31: Slides utilizados por Freire nos círculos de cultura, que mostram a relação do homem com a natureza, com artefatos e produção de cultura. A última imagem é ilustrativa do círculo de cultura	93
FIGURA 32: Cartões das interfaces 1, 2 e 3	94
FIGURA 33: Cartão 1 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: <i>Condomínio, reuniões e planos de intervenções</i>	96
FIGURA 34: Cartão 2 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: <i>Limpeza, lixo e manutenção de áreas verdes</i>	97
FIGURA 35: Cartão 3 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: <i>Relações de vizinhança e processo de remoção</i>	98
FIGURA 36: Cartão 4 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: <i>Conflitos e incômodos nas relações de vizinhança</i>	99
FIGURA 37: Cartão 5 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: <i>Usos e ações nos espaços coletivos</i>	100
FIGURA 38: Ilustração 1 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Bairro pouco adensado</i>	101

FIGURA 39: Ilustração 2 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Bairro adensado</i>	102
FIGURA 40: Ilustração 3 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Hipercentro</i>	103
FIGURA 41: Ilustração 4 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Centro residencial</i>	104
FIGURA 42: Ilustração 5 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Centro comercial</i>	104
FIGURA 43: Ilustração 6 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Favela consolidada</i>	105
FIGURA 44: Ilustração 7 (espaços públicos, interface 2), com o tema: <i>Favela urbanizada</i>	106
FIGURA 45: Cartão 1 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Espaço público de uso espontâneo</i>	107
FIGURA 46: Cartão 2 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Espaço público privatizado</i>	108
FIGURA 47: Cartão 3 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Pólis antiga e esferas pública e privada</i>	109
FIGURA 48: Cartão 4 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Sociedade moderna e esferas social e íntima</i>	110
FIGURA 49: Cartão 5 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Linha espaço-temporal da urbanização da sociedade</i>	111
FIGURA 50: Cartão 6 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Produção do espaço heterônoma (cidade formal)</i>	112
FIGURA 51: Cartão 7 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Autoprodução do espaço (cidade informal)</i>	113
FIGURA 52: Cartão 8 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: <i>Tópicos da teoria e síntese visual do processo de urbanização de favelas</i>	114
FIGURA 53: Uso da interface 1, com discussão acerca da vizinhança original e das questões coletivas antes da remoção estimulada pelo cartão 3: <i>relações de vizinhança e processo de remoção</i>	115
FIGURA 54: Uso da interface 1, com discussão de temas levantados nas etapas anteriores, estimulada pelo cartão 5: <i>Usos e ações nos espaços coletivos</i>	117
FIGURA 55: Uso da interface 1, com discussão de temas levantados nas etapas anteriores	118
FIGURA 56: Uso da interface 1, com discussão de temas levantados nas etapas	

anteriores. A foto mostra a pesquisa e todos os moradores participantes	120
FIGURA 57: Catarina e Joana (interface 1)	121
FIGURA 58: Discussão da interface 3	124
FIGURA 59: Esquema: Sequência de encontros com os moradores	129

Lista de tabelas

TABELA 1: Participantes das entrevistas individuais, prédio, data da entrevista e como conheci	62
TABELA 2: Participantes das conversas coletivas, localização do prédio, data da conversa coletiva, indicação se participou ou não da entrevista individual	64

Lista de abreviaturas e siglas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFD - Casa final desejada

EA/UFMG - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

FACE/UFMG - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

MOM - Morar de Outras Maneiras

PC - Projeto do Cliente

PGE - Plano Global Especifico

PMBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UMEI - Unidade Municipal de Educação Integrada

URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

Sumário

Introdução	17
Pontos de partida	19
Apresentação do contexto de estudo	24
O Aglomerado da Serra	26
O Vila Viva Aglomerado da Serra	30
A concepção da pesquisa	33
1. Primeiros passos	41
1.1 Visitas aos prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra	41
1.2 Planejamento da pesquisa	45
1.2.1 <i>Distribuição de panfletos e conversas informais</i>	48
1.3 Oficinas de fotografia	50
1.4 Definição do grupo de trabalho	54
1.5 Recorte do local e escolha dos prédios	57
2. Consolidação de padrões	59
2.1 Planejamento das entrevistas individuais	59
2.2 Planejamento das conversas coletivas	63
2.3 Os espaços coletivos e as práticas sócio-espaciais	64
2.4 Análise crítica das primeiras conversas	85
3. Imposição e contradições nos espaços coletivos	90
3.1 Definição do experimento	90
3.2 Desenvolvimento de interfaces	94
3.2.1 <i>Interface 1: temas de discussão sobre os espaços coletivos</i>	95

3.2.2 Interface 2: espaços públicos	100
3.2.3 Interface 3: aspectos da teoria	106
3.3 A interação com os moradores	115
3.4 Análise crítica do experimento	126
3.5 Análise crítica da pesquisa-ação	128
4. A ilusão da formalidade	131
Conclusão	139
Referências bibliográficas	142
Apêndice A - Entrevistas individuais e conversas coletivas	146
Apêndice B - Transcrição do experimento	162

INTRODUÇÃO

O pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de validade universal. Ele pode, assim, indicar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e cujo princípio é preciso procurar, não na singularidade das naturezas – ou das “almas” –, mas nas particularidades de histórias coletivas diferentes. (BOURDIEU, 1996, p. 15)

A presente dissertação tem o objetivo, modesto e ambicioso, de apresentar uma perspectiva sobre a mudança de moradores de um contexto informal, com determinadas práticas espaciais, para espaços concebidos por técnicos. Pretende-se que esta pesquisa possa contribuir, dentro dos limites de um estudo acadêmico, para o avanço de uma visão crítica que potencialize a percepção dos impactos de uma imposição externa sobre a realidade sócio-espacial local e amplie as possibilidades de ação daqueles que sofrem tal imposição, estimulando uma atitude questionadora e propositiva.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou suporte em autores como Silke Kapp (2004) e Marcelo Souza (2006) e suas reflexões sobre os conceitos de autonomia e heteronomia. A busca pela autonomia – compreendida como a “*capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas*” (KAPP, 2004, p. 98) – é um desafio aos que, por meio de seu trabalho, pretendem transgredir as regras vindas de fora para oferecer novos repertórios e formas de ação àqueles que dele participam:

A autonomia só existe quando há algo de heterônimo em jogo, quando há algo de exterior, de outro. Mas, a autonomia enquanto capacidade de autodeterminação

pode ocorrer à revelia das forças heterônomas, ao passo que, como direito de autodeterminação, ela é concedida por essas forças mesmas. (KAPP, 2004, p. 98)

Mas o que significa autonomia e heteronomia?

De saída, podemos dizer simplesmente que autonomia é o *direito* de se autogovernar. Auto-nomos, normas ou leis próprias; Hetero-nomos, normas ou leis do outro, do *heteros*. (KAPP, 2004, p. 98)

Segundo Souza (2006), a heteronomia está fortemente presente na sociedade capitalista, o que dificulta a existência de uma espacialidade autônoma e, especialmente, de novas relações sociais mais livres:

Uma sociedade heterônoma tenderá a produzir uma espacialidade heterônoma, a despeito dos enfrentamentos e dos movimentos de resistência que se derem em seu interior, e que, muitas vezes, de uma forma ou de outra, deixarão suas marcas no espaço; já a uma sociedade autônoma corresponderá, evidentemente, uma espacialidade autônoma. Conquistar relações sociais menos heterônomas implica conquistar uma ancoragem das novas relações em uma espacialidade que as estimule e agasalhe. O espaço herdado da heteronomia (...) constitui um obstáculo, um estorvo a ser superado. (...) É muito difícil e, no limite, impossível fazer desabrochar novas relações sociais sobre o solo árido e pedregoso das formas espaciais e das malhas territoriais heterônomas, construídas e implementadas por e para *esta* sociedade, capitalista. (SOUZA, 2006, p. 112)

A partir de tais constatações, concebi as linhas gerais e abordagens que foram utilizadas para acercar-me ao assunto de pesquisa, que introduzo a seguir. O objeto de análise deste trabalho é o impacto, no cotidiano e nas práticas sociais, da mudança de moradores do Aglomerado da Serra para os prédios construídos pelo Programa Vila Viva¹ dentro da favela, bem como dos moradores de fora do Aglomerado que compraram os apartamentos posteriormente. A pesquisa busca compreender como foi afetada a produção do espaço nas áreas externas dos prédios, a partir das práticas espaciais cotidianas e da participação dos moradores dos prédios do Aglomerado da Serra.

¹ A maior parte dos prédios pelo Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, inclusive aqueles que fizeram parte da pesquisa, foi finalizada em 2007 (BELO HORIZONTE, 2007).

A produção do espaço é entendida a partir de Henri Lefebvre (2006); o autor enuncia que “(...) cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu” (LEFEBVRE, 2006, p. 34). Isso significa que o modo de produção dominante se reflete na produção do espaço de determinada sociedade e na espacialidade resultante. O autor demonstra como o espaço (social) é um produto (social) (LEFEBVRE, 2006) e que ele

(...) contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização –, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar (...); todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! (LEFEBVRE, 2006, p. 35)

A teoria de Lefebvre (2006) foi norteadora do caso retratado no presente trabalho. O programa de intervenção de favelas – Vila Viva –, da Prefeitura de Belo Horizonte, e as empresas construtoras contratadas determinaram as relações de produção, bem como o espaço social produzido. Estima-se que quase 3000 famílias do Aglomerado tenham sido removidas ao longo do processo (BALTAZAR *et al*, 2017), sendo que apenas uma pequena parcela de famílias originais foi reassentada – foram construídas somente 856 unidades (FIGUEIREDO, 2014).

Focando a investigação no grupo que permaneceu na favela, mas vivendo nos prédios, a pesquisa prática iniciou-se abarcando 7 dos prédios construídos pelo Vila Viva no Aglomerado da Serra. Os nomes utilizados para se referir aos moradores são fictícios, com vistas a preservar a identidade e privacidade destes.

Pontos de partida

A presente dissertação tem como tema a realidade sócio-espacial² dos prédios de

² A compreensão de socioespacial é diferente da grafia com hífen: “(...) Posso falar de (...) estrutura *socioespacial*, sem hífen: aqui, o ‘social’ meramente qualifica o espacial” (SOUZA, 2013, p.15). Já sobre o conceito que irá ser utilizado no presente trabalho, sócio-espacial, Souza (2013) distingue: “Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. (...) É necessário interessar-

apartamentos no Aglomerado da Serra, especialmente dos seus espaços coletivos, abordando a mudança de moradores da favela para prédios construídos pelo Programa Vila Viva, da Prefeitura de Belo Horizonte. A pesquisa surgiu do interesse em pesquisar formas alternativas de produção do espaço em um contexto urbano de transição do informal para o formal. Partiu também de conceitos abstratos que informaram ao longo do processo meu olhar para o concreto. Na busca por uma abordagem que permitisse observar de perto as relações entre os moradores e das pessoas com os espaços, conjuntamente e criativamente com esses atores, de maneira que eles tivessem voz própria e se manifestassem ao longo do processo, optei por trabalhar com uma pesquisa empírica.

Meu primeiro contato com pesquisas qualitativas em contexto de habitação de interesse social aconteceu enquanto estudante de graduação e bolsista do grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM), da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG). Na iniciação científica, estudamos no grupo o Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra e outras propostas de habitação de interesse social do poder público, notadamente rígidas em sua concepção e que restringiam ou impossibilitavam a continuidade de práticas de produção do espaço privado típicas das favelas, como a autoconstrução. O grupo de pesquisa tem uma crítica ao processo de projeto do Programa, que define o sistema construtivo e reproduz o modo de produção capitalista heterônomo, além de avaliar negativamente as intervenções urbanísticas, desassociadas dos desejos da população.

Em 2013, concluí a graduação em Arquitetura e Urbanismo, com a monografia *Anarquitectura: Táticas para reinventar usos da rua* orientada pela professora Ana Paula Baltazar. Esse trabalho foi o início da abordagem pretendida aqui sobre espaços coletivos e suas apropriações; no caso da monografia, eu enfoquei a regulação urbanística e aqui voltarei o olhar para os espaços coletivos dos prédios do Aglomerado da Serra.

O projeto de pesquisa com o qual iniciei meu processo no mestrado tinha como título *Experiências alternativas de produção do espaço de uso coletivo: uma investigação acerca de métodos de ação tática colaborativa e do makerspace como interface potencial para a transformação social*. A ideia era, inicialmente, abordar a construção de um espaço coletivo

se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o sócio-espacial, no qual o 'sócio', longe de apenas qualificar o 'espacial', é, para além de uma redução do adjetivo 'social', um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais" (SOUZA, 2013, p. 16).

para o *fazer*, a Oficina.cc³, cujo objetivo era valorizar ofícios e trabalhos manuais, além de propor um processo colaborativo que potencializasse uma rede de compartilhamento voltada à produção de bens comuns, como mobiliário urbano, hortas comunitárias e espaços para o lazer.

Houve uma experiência prática, ao longo do mestrado, de intervenção em um contexto de diversidade sócio-espacial, qual seja a fronteira entre um bairro de classe média, o São Lucas, e o Aglomerado da Serra. A proposta era criar uma horta comunitária na fachada e na entrada da Oficina.cc e, a partir disso, lograr uma aproximação dos moradores do entorno. A partir da distribuição de panfletos no bairro e na favela, a iniciativa conseguiu envolver apenas moradores do bairro. Avaliamos na ocasião que a experiência não foi bem sucedida devido ao caráter intervencionista da ação exercida, elaborada e executada pela autora junto a estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Essa avaliação me fez repensar a proposta inicial, com a decisão de buscar uma forma de promover maior autonomia⁴ dos participantes ao trabalhar com o contexto das transformações ocorridas no Aglomerado da Serra.

Assim, uma primeira definição nesse sentido ocorreu quando cursei a disciplina *Cidade e práticas organizativas*, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE-UFMG), oferecida pelo professor Luiz Alex Saraiva. A fotografia se tornou uma ferramenta para levantar e sistematizar dados e, a partir dela, analisei os espaços de uso coletivo no entorno dos prédios construídos pelo Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra. Minha atenção foi despertada pelas formas de apropriação do espaço que havia observado ao passar pelo local e durante as pesquisas em campo enquanto bolsista do grupo de pesquisa MOM (EA/UFMG), na graduação. O ensaio fotográfico evidenciava modificações espaciais feitas geralmente por moradores sobre as intervenções pelo poder público e as questões que elas suscitam. As modificações observadas foram diversas. Os questionamentos levantados ao longo da realização do ensaio levaram à reflexão crítica e ao interesse no objeto como tema de pesquisa:

- Em que medida a urbanização serve ao sistema econômico, no sentido de criar novos “consumidores” dentro da lógica da cidade formal: automóveis, televisão a cabo etc.?

3 A Oficina.cc é um makerspace localizado em Belo Horizonte, criado em 2014, que foi concebido e desenvolvido pela autora em parceria com outros profissionais de diversas áreas.

4 Na busca por uma consonância com a discussão teórica acima mencionada.

- Como a urbanização transforma o comportamento social dos indivíduos, retirando-os de suas casas e colocando-os em prédios, sem relações de vizinhança preservadas?
- Em que medida a apropriação das áreas comuns pelos moradores pode ser vista como precariedade, como privatização do espaço ou como melhorias?
- A resignificação pelos moradores do espaço construído pelo poder público consegue efetivamente retomar, ainda que minimamente, sua liberdade de intervenção no espaço?⁵

Figura 1: Prédios e muros das intervenções do Vila Viva com modificações pelos moradores



Foto: Débora Moura (2016).

As três últimas perguntas foram especialmente importantes para a pesquisa realizada no mestrado e para o levantamento de suas questões basilares: como se dão as práticas cotidianas espaciais e as relações de vizinhança nos espaços cotidianos de uso coletivo dos prédios do Vila Viva Aglomerado da Serra? Quais os efeitos da mudança para os prédios na realidade sócio-espacial dos moradores?

Além dos questionamentos, foi essencial o levantamento de referências, que forneceram inspiração para o desenvolvimento do processo e para as intenções iniciais da pesquisa. A

5 Os questionamentos foram retirados do ensaio elaborado para a disciplina acima citada, não publicado.

principal delas foi a atuação do arquiteto argentino Rodolfo Livingston como arquiteto da família.

A forma de atendimento de Livingston dirige-se a membros de uma classe ou grupo social que tradicionalmente não contratariam arquitetos e para os quais o serviço do arquiteto não seria relevante. Por isso, ele propõe uma forma de consultoria ou de projeto sem elementos superficiais, representações muito elaboradas e códigos técnicos. A intenção é que os clientes se manifestem ao longo de todo o processo, direcionando todas as decisões projetuais a estes.

O método foi desenvolvido para atender a pessoas geralmente escolarizadas, com emprego etc. No entanto, o método foi adaptado pelo grupo MOM (EA/UFGM) para a atuação no universo da favela e de classes mais pobres. Enquanto arquiteta, utilizei com adaptações o método de Livingston em projetos de reforma, e criei junto a outros arquitetos recém-formados um grupo de estudos com a finalidade de discutir o método e a prática cotidiana.

Os Exercícios de Escuta de Livingston (2006), que foram adaptados e apropriados na pesquisa, são simples e precisos e têm características que influenciaram o planejamento e a prática. Livingston os aplica na etapa de Entrevista, após uma Pré-entrevista realizada no momento em que o arquiteto é abordado para realizar o projeto.

No Projeto do Cliente (PC), o morador é convidado a ocupar o papel de arquiteto e desenhar o seu projeto ideal, como imaginado por ele, a partir das condições atuais da casa. Ao longo da elaboração do PC, o cliente pode perceber que suas soluções não seriam as melhores ou que não funcionam tão bem na realidade. No chamado Exercício Fiscal, os moradores devem apontar problemas e levantar críticas sobre o espaço e as relações pessoais durante o uso, mesmo que aparentemente não haja solução.

Outro exercício é a Casa Final Desejada (CFD), em que o morador desenha novamente uma casa, mas dessa vez a ideal imaginada por ele, independentemente do terreno e contexto urbano. Primeiro, ele desenha os chamados “globos de mínima” assinalando o uso ou a ação que acontece em determinado espaço e observando quais usos podem se sobrepor espacialmente e quais entram em conflito. Após esse momento, é convidado a desenhar a própria casa desejada, sem se preocupar com os custos ou as dificuldades que existem em sua casa atual.

Os exercícios têm o papel de ampliar o imaginário dos clientes, ao mesmo tempo em que reduzem a ansiedade destes em querer desenvolver seu próprio projeto. Por serem realizados sobre desenhos, são uma forma de espacializar as ações junto aos moradores. Estas qualidades

foram apropriadas na pesquisa, como veremos adiante, para que os moradores se abrissem a possibilidades não imaginadas anteriormente e descrevessem as atividades recorrentes com atributos espaciais.

Apresentação do contexto de estudo

A decisão de estudar os prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra e os efeitos dessa e outras intervenções heterônomas que o poder público realizou nesse local, como dito anteriormente, veio de perguntas que surgiram ao longo do meu percurso como bolsista e pesquisadora: como se dá a produção do espaço na favela e qual o impacto da mudança dos moradores para os espaços concebidos heteronomamente. No entanto, minha escolha veio sobretudo da percepção da favela como local estigmatizado pela sociedade, o que legitimaria, por um lado, a sua transformação para se aproximar de um ideal de formalidade, mas por outro tende a reduzir possibilidades espaciais e achatar iniciativas dos moradores.

Soma-se a isso o fato de o poder público e o mercado induzirem a formação de favelas quando excluem a população mais pobre das áreas privilegiadas. Em Belo Horizonte, o processo de segregação sócio-espacial está implícito no plano que originou a cidade e inicia-se com sua ocupação. O plano urbanístico higienista do final do século XIX não apenas desconsiderou o terreno e parte dos cursos d'água naturais, ao impor um traçado regular. Desconsiderou também a população de trabalhadores, restringindo o acesso dos construtores à moradia na área urbana planejada, destinada a abrigar funcionários públicos e demais classes dominantes. À medida que se torna uma centralidade urbana regional, atrai cada vez mais moradores, seja do interior de Minas Gerais, de outros estados e imigrantes, buscando oportunidades de trabalho e proximidade a serviços públicos, que muitas vezes não encontram moradia a preços acessíveis. Em um contexto mais amplo, tem-se que

(...) desde o início, o processo de urbanização do país foi marcado pela exclusão e pela segregação da população pobre, que não teve acesso (ou teve de forma precária) à moradia digna e aos serviços de infraestrutura urbana básica, como transporte e saneamento. Historicamente, o poder público, alinhado aos interesses do setor privado e da especulação imobiliária com sua visão mercantil sobre o solo urbano, implementou políticas de expulsão dessa população da cidade ou se eximiu da responsabilidade de implementar políticas de garantia de condições mínimas para uma vida digna na cidade.

(MOTTA, 2013, p. 11-12)

Em Belo Horizonte, à medida que favelas vão se espalhando pela cidade, vão sendo combatidas pelo poder público, o que acaba por expulsá-las gradativamente do centro planejado e de suas proximidades⁶. Apesar disso, a cidade de apenas 120 anos possui mais de 200 favelas, conforme levantamento da URBEL (AFONSO & MAGALHÃES, 2014, p. 33).

A produção do espaço nas favelas está relacionada ao modo de produção capitalista, como mostram Baltazar *et al* (2017, p. 5):

A produção do espaço nas vilas e favelas se faz por meio de práticas de resistência, mas também está intimamente relacionada com o modo de produção capitalista. As práticas de resistência escapam à racionalidade capitalista e buscam de forma criativa oferecer resposta a demandas e urgências cotidianas.

O processo de produção do espaço nas favelas muitas vezes reproduz o que trabalhadores da construção civil aprendem e desenvolvem nos canteiros da cidade formal. No entanto, a prática de resistência está presente na espontaneidade e na forma contínua de construção. Há uma grande variedade de usos dos espaços públicos e privados: morar, plantar, criar, trabalhar, brincar. O processo de ocupação é precário e requer um comportamento ativo em interação com a vizinhança.

⁶ As ações de intervenção urbanizadora pelo poder público antes do Programa Vila Viva são aprofundadas por Cíntia Melo (2016).

O Aglomerado da Serra

Figura 2: Localização do Aglomerado da Serra no município de Belo Horizonte



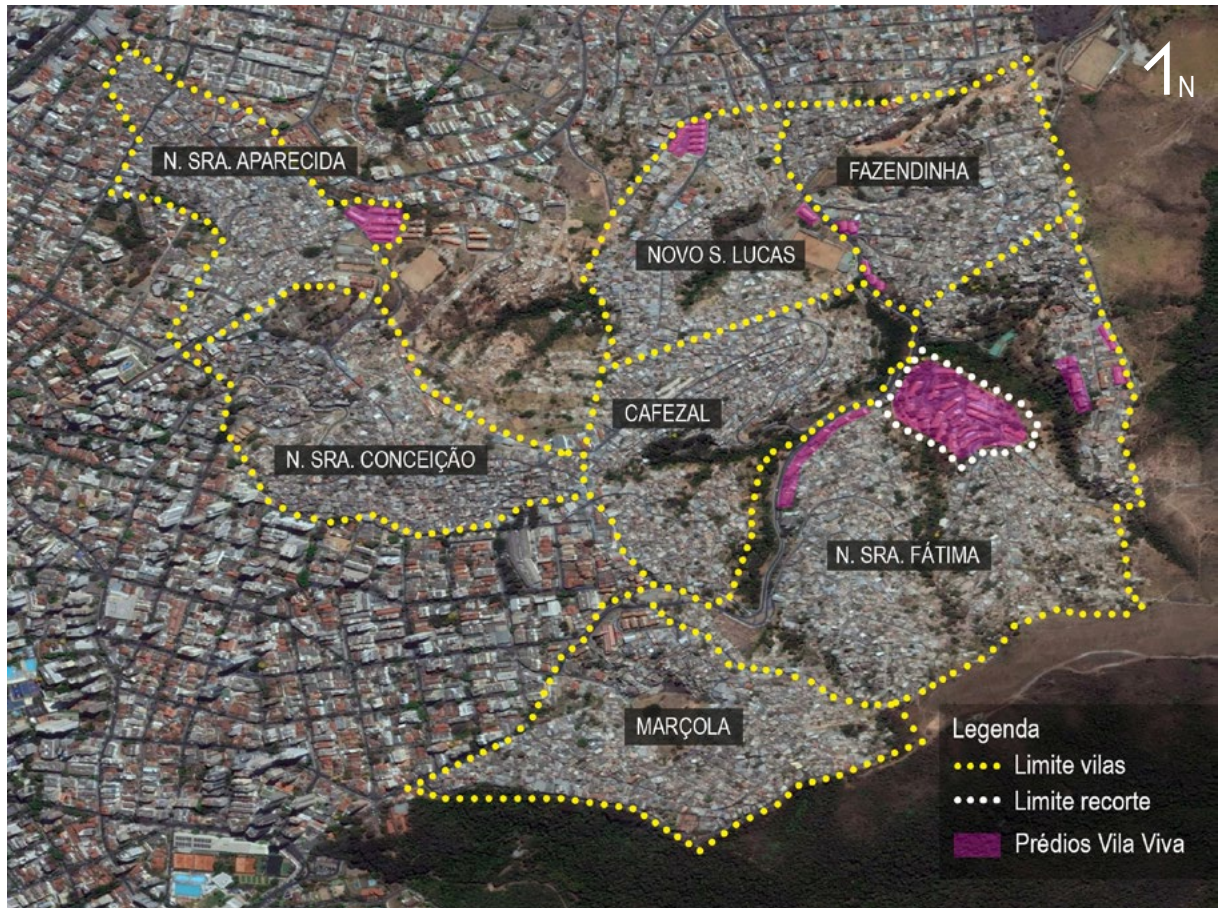
Fonte: Plano Global Específico do Aglomerado da Serra (BELO HORIZONTE, 2000b) (mapa sem escala).

O Aglomerado da Serra é a maior ocupação informal da cidade. Fica em sua maior parte na Regional Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte, sendo que uma pequena parte de seu território está na Regional Leste. Localizado próximo a bairros de classe média e média alta, como Serra, São Lucas e Santa Efigênia, ele é composto pelas Vilas Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Marçola, Nossa Senhora Santana do Cafezal, Novo São Lucas e Fazendinha.

O Aglomerado tem uma população estimada de 50 mil habitantes, em 13.462 moradias,

segundo dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH)⁷. 50% de seus residentes são nascidos em Belo Horizonte, e a maior parte dos demais moradores são originais de outras regiões de Minas Gerais (especialmente dos Vales do Rio Doce e do Jequitinhonha) (MOTTA, 2013).

Figura 3: Vilas que compõem o Aglomerado da Serra, indicação do recorte espacial e dos prédios do Programa Vila Viva



Fonte: Google Maps (2017 - modificado).

Os momentos de ocupação das vilas variam, como também as características físicas de cada área. A Vila Nossa Senhora da Conceição é a mais antiga. Segundo o Plano Global Específico (PGE), foi ocupada por moradores do interior do estado há aproximadamente 80 anos. As primeiras moradias eram de materiais menos duráveis, como zinco, tábuas de madeira e papelão; depois vieram as casas de adobe e, há apenas 50 anos começou a ser utilizada a alvenaria. Na Vila Nossa Senhora Aparecida, há cerca de 50 anos se deu início a construção

⁷ Não há a indicação, no site da PMBH, do ano ou da fonte das informações citadas. Segundo o censo do IBGE de 2010, a quantidade de moradores seria de 38.200.

de casas no local, que não tinha abastecimento de água ou energia. Segundo uma moradora⁸, o processo de ocupação foi pacífico, sendo que a maioria das pessoas que se mudaram para ali vieram do interior do estado (MELO, 2009).

Figura 4: Paisagem do Aglomerado da Serra



Fonte: Márcio Gontijo / O Tempo. Disponível em: <<http://www.anf.org.br/bh-ong-incentiva-projetos-no-aglomerado-da-serra/>>. Acesso: 18 jun. 2017.

A Vila Nossa Senhora de Fátima surgiu há mais de 60 anos; de ocupação mais espontânea, tem seus becos e ruas abertos há apenas 25 anos e energia elétrica há 30 anos. A primeira linha de ônibus a circular no local não tem mais de 12 anos. Algumas áreas no limite dessa vila são relativamente mais recentes (MELO, 2009). Nessa vila foram construídos os prédios de apartamentos do Vila Viva, concluídos em 2007, que receberam também moradores das outras vilas do Aglomerado.

⁸ A pesquisa realizada por Izabel Melo (2009) no Aglomerado da Serra inclui relato da então presidente da Associação de Moradores na época de elaboração do Plano Global Específico; a moradora vivia à 47 anos no Aglomerado.

A Vila Marçola teve ocupação há cerca de 40 anos. Segundo relatos de moradores antigos, os primeiros residentes do local também vêm do interior do estado. Os barracos eram em sua maioria feitos de papelão e lata.

Até 1960, não existia nenhuma forma de abastecimento e a água era buscada na mata do Parque das Mangabeiras. A roupa era lavada onde hoje é o estacionamento do parque. (...) A ocupação começou no terreno onde hoje é o clube Minas Tênis Clube II. Mais tarde foram construídas as primeiras casas de adobe e telhas francesas ou de amianto. Laje e alvenaria foram materiais que só surgiram na década de 70, quando também começaram as primeiras melhorias na vila. A Rua do Hospital Evangélico também era ocupada pela favela. A polícia chegou a fazer várias remoções à força neste local. (MELO, 2009, p. 147)

Como uma expansão da Vila Nossa Senhora da Conceição, a área que corresponde atualmente à Vila Nossa Senhora Santana do Cafezal foi sendo ocupada e se consolidou em 1975. Iniciou-se pelo topo da colina e por caminhos que levavam ao bairro Santa Efigênia. A Fundação João Pinheiro, a partir de estudos realizados sobre o local, levantou informações do processo de assentamento, que ocorreu com um plano de ocupação que definia aqueles que iriam ter acesso à moradia na área (MELO, 2009).

A Vila Novo São Lucas surgiu em 1990, em um terreno íngreme, inicialmente com lonas e sofrendo repressão pela polícia, que vigiava de perto a ocupação. Para consolidar a vila frente à pressão pela remoção forçada, os moradores construíam os barracos à noite e foram buscando o adensamento da área, reforçando seu poder de negociação (MELO, 2009).

Por estar o Aglomerado localizado próximo ao centro de Belo Horizonte, seus moradores têm acesso fácil às Avenidas Afonso Pena, do Contorno e Mem de Sá. Segundo um dos moradores participantes da pesquisa, “você pode morar na Serra, você mora dentro da favela, mas tem uma coisa: você está dentro da capital. A Praça Sete, você vai a pé”⁹. Dessa forma, estão conectados à Regional Centro-Sul e à Leste (MELO, 2016). No encontro das vias coletoras dos bairros vizinhos com as ruas e becos geralmente há estreitamentos e descontinuidades, o que no entanto não parece prejudicar a circulação dos moradores. Os limites com o Parque das Mangabeiras e o Hospital da Baleia encontram-se bloqueados por cercas (MELO, 2016).

9 Trecho retirado da transcrição do experimento, presente no Apêndice C.

O Vila Viva do Aglomerado da Serra

O Vila Viva, programa de intervenção urbanística estruturante e integrada em vilas e favelas, da Prefeitura de Belo Horizonte, traz uma mudança fundamental com relação à política municipal anterior de atuação em assentamentos informais. Na década de 90, foram feitas no Aglomerado da Serra intervenções via Orçamento Participativo, pontuais e paliativas, de durabilidade restrita devido a problemas no contexto urbano não contemplados (FIGUEIREDO, 2014).

Para evitar ações desarticuladas entre si em 1995 foi criado o Plano Global Específico (PGE), que visa orientar a atuação do poder público em favelas. Desde 1996, essas áreas foram definidas pela lei 7.166 como Zona Especial de Interesse Social tipo 1 (ZEIS-1), sendo mantida a seguinte definição na lei 8.137 (2000):

(...) regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e de regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração na malha urbana. (BELO HORIZONTE, 2000a)

Dessa forma, qualquer intervenção do Estado deveria priorizar as transformações mais necessárias aos moradores. O PGE tornou-se uma exigência para que essas intervenções fossem executadas e consistia em um estudo aprofundado sobre determinada favela, feito por uma equipe multidisciplinar da Prefeitura ou contratada. Sua elaboração conta com participação popular, ainda que precária, uma vez que são criados Grupos de Referência formados por lideranças locais para reuniões, em sua maioria apenas consultivas.

O PGE do Aglomerado da Serra foi votado no Orçamento Participativo de 1998. A verba inicial para as intervenções urbanísticas previstas veio do BNDES, através do Projeto Multissetorial Integrado - Serra, em 2004, quando foi contratado o consórcio Camargo Corrêa/Santa Bárbara para a execução das obras. Embora o programa Vila Viva tenha sido lançado em 2005, as intervenções já em andamento pelo PMI foram englobadas pelo programa. A Prefeitura conseguiu novos financiamentos em 2006, por meio do programa Saneamento para Todos, da Caixa Econômica Federal, para concluir intervenções previstas e aumentar o escopo, e em 2007, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (FIGUEIREDO, 2014).

As construtoras contratadas, por questões de agilidade e redução de custos, não seguiram algumas diretrizes importantes do PGE, como a participação popular (MELO, 2017). Uma das intervenções mais polêmicas foi a construção de uma via de 4 pistas, que fragmentou a relação entre as vilas e não considerou os interesses dos moradores. A maioria das remoções deu lugar à via, que consumiu ainda a maior parte dos recursos destinados para a urbanização do Aglomerado.

Fez parte das intervenções ainda a implantação de parques de proteção ambiental e de equipamentos para esporte e lazer, além de obras de infraestrutura, urbanização de becos e execução de novas vias, ampliação do tratamento de água, da coleta de esgoto e de resíduos sólidos (ALMEIDA, 2012). Os prédios foram construídos para reassentar apenas uma parcela da população removida pelas obras e pela alegação de risco geológico: aproximadamente 40%, se considerarmos os dados oficiais da PMBH (BALTAZAR et al, 2017).

A produção do espaço nas intervenções pelo Vila Viva, assim, ocorreu em um processo heterônomo, como na cidade formal. Modificou-se a forma de produção do espaço vigente no Aglomerado que, ainda que não fosse autônoma, tinha abertura à decisão dos moradores e à negociação entre vizinhos. Tanto o modo de produção (mais geral) quanto o sistema construtivo (específico para as intervenções) ignoram as práticas construtivas locais.

Com relação ao modo de produção, houve um negligenciamento do valor de uso pela padronização imposta pelo valor de troca no modo de produção capitalista usual na cidade formal. O sistema construtivo gerou, principalmente no caso dos prédios, um engessamento das unidades habitacionais, impedindo a negociação entre vizinhos (algo que era costumeiro antes da mudança para os apartamentos). No caso dos prédios, o projeto arquitetônico formalmente rígido e a alvenaria estrutural dificultam fortemente a flexibilidade interna, a ampliação e redução das unidades. E, no caso das intervenções urbanas, a rigidez dos espaços dificulta a apropriação espontânea dos mesmos pelos moradores.

Como a quantidade de apartamentos produzida foi de cerca de 40% dos reassentamentos que deveriam ser feitos, apenas uma parte das famílias pode optar por residir nos apartamentos, enquanto a maior parte foi forçada a buscar moradia, principalmente, nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde os preços são mais baixos (BALTAZAR et al, 2017). Além disso, as intervenções transformaram a dinâmica imobiliária local; houve valorização de imóveis e terrenos, principalmente daqueles próximos à avenida de ligação, causando novas expulsões.

Estão entre os problemas comumente relatados o pequeno espaço interno das unidades habitacionais, a relação com a vizinhança — houve ruptura dos laços comunitários, já que não foram considerados no processo de reassentamento¹⁰ —, o aumento do custo de vida e a falta de espaço externo adequado à manutenção das práticas cotidianas anteriores à remoção, que muitas vezes acabam sendo abandonadas, como o plantio de árvores frutíferas, hortaliças e a criação de animais — que reduziam os gastos familiares com alimentação (MOTTA, 2013). Os apartamentos são de dois quartos, não adequando-se a famílias com muitos filhos ou que precisem de mais cômodos. A adaptação das pessoas que continuam vivendo na favelas para a vida nos prédios é difícil e muitos moradores entram em depressão ou vendem os apartamentos antes mesmo de regularizar a situação de propriedade do imóvel.

Após a entrega dos prédios habitacionais houve inúmeros casos de venda de apartamentos, ainda que a venda e o aluguel sejam considerados ilegais pela URBEL. Segundo pesquisa realizada com moradores dos prédios 4 anos após finalizados, 45,6% dos entrevistados não pretende continuar no apartamento e 24% deles não era o morador original do Aglomerado da Serra que recebeu o apartamento (BALTAZAR *et al*, 2017). Com isso, a população tornou-se mais heterogênea, com uma parte considerável de moradores vindos de fora da favela, com hábitos e práticas cotidianos diversos com relação aos removidos. Isso aponta uma mudança brusca nas relações de vizinhança, inicialmente apenas nos ditos predinhos, mas que acaba tendo reflexos em todo o Aglomerado.

Historicamente, com a urbanização do Aglomerado (chegada da COPASA, principalmente) se iniciou uma certa mudança no modo como os moradores lidavam com os espaços públicos, pois passaram a entender como espaços a serem cuidados pelo Estado e não mais coletivamente pelos moradores. Contudo, ainda continuavam a negociar entre si alguns espaços de uso coletivo ou compartilhado. Com a aglomeração de vizinhos desconhecidos de uma só vez para usar e gerir o espaço coletivo dos predinhos, a relação de negociação que era construída ao longo do tempo, acomodando diferenças, é totalmente alterada. Entender como acontece o uso coletivo nos prédios e como impacta as relações de vizinhança é um dos objetivos desse trabalho.

10 Uma pesquisa realizada com moradores dos prédios do Aglomerado revelou que, em 66,7% dos casos, os vizinhos não se mantiveram os mesmos (BALTAZAR *et al*, 2017).

A concepção da pesquisa

Para enfrentar a problemática que envolve a favela e a atuação do poder público em seu território, seja para levantar questionamentos, seja para ampliar entendimentos, optei por iniciar a pesquisa por um processo de escuta dos moradores. Tendo como viés o estudo sócio-espacial, em que assume-se que o espaço é fundamental para as relações sociais e as relações sociais impactam a produção do espaço, a escolha por analisar os espaços coletivos no caso específico da Vila Nossa Senhora de Fátima e dos prédios de apartamentos veio da observação, a partir do ensaio fotográfico, de que nesses espaços se reproduzia uma lógica informal de atuação pelos moradores, bem como da percepção de que o uso deles poderia trazer conflitos à coletividade.

Fui construindo ao longo do processo uma lente teórica, a partir das definições iniciais da pesquisa, para observar e analisar o que era levantado. A lente não foi, assim, totalmente formatada *a priori*, estando aberta a novas inclusões posteriores. A lente se revelará ao longo da descrição do processo de pesquisa e na crítica do material levantado, não em uma ordem cronológica de estudo, mas de acordo com as questões que se mostraram relevantes em cada momento e assunto relatado.

Uma das questões é a manutenção das áreas externas coletivas criadas pelos planejadores urbanos, um problema que surge na mudança para os prédios e gera conflitos, no caso do Vila Viva Aglomerado da Serra. Kapp (2012) mostra por que isso é problemático; o poder público supõe que essas áreas tenham manutenção pelas pessoas, mas isso muitas vezes é dificultado pelo próprio planejamento, rígido, dado como “pronto” e que cria “espaços mortos” e inacessíveis.

A contribuição de Hannah Arendt (2010) com relação ao caráter público de espaços trouxe elementos essenciais para a discussão das condições sócio-espaciais na realidade atual e anteriormente, na favela. Abordarei a situação de desmobilização de moradores que passam a viver nos prédios, relativamente distantes fisicamente e desconectados das questões coletivas próprias à favela, mas que também não se engajam em novas questões comuns dos prédios.

Lefebvre (2006) também é uma referência para a pesquisa; em seu livro *A produção do espaço*, o autor desenvolve a dialética da tríade espacial, que consiste em três componentes dialeticamente interconectados. São eles a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação, que podem ser lidos como espaço percebido, concebido e vivido.

A análise é centrada principalmente na inferência de que os espaços planejados dos prédios manifestam a concepção abstrata ou as representações do espaço, de maneira a dificultar modificações pelos moradores, sejam elas físicas ou de imaginário. O espaço da favela autoproduzida relaciona-se mais fortemente com o espaço vivido e os moradores geralmente tendem a resgatar nas intervenções que realizam sobre o espaço coletivo essa forma de produção.

A partir dos pressupostos teóricos e em busca de uma forma de atuação menos heterônoma, conforme dito anteriormente, escolhi o método de pesquisa-ação como referência principal no contexto da metodologia própria às ciências sociais (THIOLLENT, 1986). Na tentativa de evitar impor meus próprios preconceitos e opiniões, a intenção da pesquisa é aproximar da realidade dos moradores e de seu cotidiano da maneira menos intrusiva possível. A pesquisa-ação é definida por Thiollent como

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 14)

Por ser um método que se baseia no empirismo e na participação e que tem como foco a realização de uma ação, tem tanto objetivos práticos como objetivos de conhecimento, a serem levantados e discutidos com os participantes. A escala de atuação está compreendida entre a macrossocial e a microssocial, ou seja, entre a esfera da sociedade e o domínio do indivíduo (THIOLLENT, 1986). O método parecia ser adequado para a abordagem das práticas espaciais cotidianas e intervenções, que foram observadas desde a primeira visita em que foi realizado o ensaio fotográfico. Permitiria conhecer o modo de produção a partir da própria produção dos moradores, trazendo um instrumento de reflexão coletiva para o contexto. Isso também pelos principais aspectos do método, abaixo indicados:

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encamnhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação

social e problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;

d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;

f) a pesquisa não se limita a uma forma ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o nível de consciência das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 1986, pág. 16)

Os participantes relacionam-se com os pesquisadores de forma cooperativa, buscando juntos os problemas da situação, que serão resolvidos pela ação ou melhor compreendidos por meio da conscientização coletiva. Os pesquisadores, por sua vez, “(...) desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas” (THIOLLENT, 1986, p. 15).

Tendo introduzido o método, passo à organização da pesquisa-ação proposta neste trabalho; as fases do processo podem ser muito variáveis, pois seu planejamento depende muitas vezes da reflexão sobre cada passo dado. Thiollent (1986) não apresenta um roteiro predeterminado, mas indicações de etapas que podem ser combinadas de forma flexível, tendo como ponto de partida a fase exploratória e como chegada a divulgação dos resultados. Entre etapas e tópicos intermediários, estão o tema da pesquisa, a colocação dos problemas, o lugar da teoria, as hipóteses, o seminário, campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa, a coleta de dados, a aprendizagem, os saberes formal e informal e o plano de ação (THIOLLENT, 1986).

Devido ao tempo reduzido da pesquisa no período de realização do mestrado, decidi abordar a fase exploratória, o tema da pesquisa, a colocação dos problemas e o lugar da teoria¹¹. A mobilização dos participantes é um fator importante que pode ser dificultado pelo curto tempo de uma pesquisa acadêmica deste tipo e trouxe alguns efeitos que serão abordados ao longo da dissertação. Eu optei por conhecer moradores espontaneamente em prédios que me despertaram interesse pelo uso ou intervenções realizadas pelos moradores em seus espaços coletivos, em vez de recorrer a lideranças locais.

As táticas de aproximação da comunidade de interesse para a pesquisa exploraram a potencialidade da fotografia como meio de agregar pessoas em torno das discussões almejadas

11 O planejamento inicial compreendia ainda o seminário que, no entanto, não foi realizado.

e articular pensamentos espaciais. Na primeira visita, em que teria um contato inicial com os moradores e potenciais participantes da pesquisa, levei uma câmera fotográfica como elemento (ou interface) entre a pesquisadora e as pessoas que se apropriam dos espaços coletivos, seja cotidianamente ou esporadicamente. Seria realizada em um sábado, uma vez que este é um dia em que a maior parte das pessoas não trabalha e poderia estar mais aberta à conversação. Atrair a curiosidade dos moradores com a câmera era intencional, mas o cuidado de não fotografar os rostos das pessoas, apenas as situações observadas, se mostra importante para evitar desconfiâncias ou a exposição das mesmas, o que não seria desejável para o processo. Obviamente, os registros seriam importantes para mapear os usos e também para desenvolver panfletos para etapas seguintes.

A realização de oficinas de fotografias foi idealizada desde o princípio, pelo potencial em introduzir assuntos espaciais, o que já foi comprovado em pesquisas anteriormente desenvolvidas pelo grupo de pesquisa MOM (EA/UFMG). Para convocar moradores para essa oficina, novas visitas seriam realizadas, ampliando o alcance da pesquisa a outros moradores com os quais não tive a oportunidade de conversar na primeira visita. Foi realizado, nesse momento, um planejamento geral dos encontros, esquematizado em roteiro. Cada item do planejamento era definido após a realização do item anterior. O roteiro inicial é apresentado a seguir:

Figura 5: Roteiro inicial da pesquisa-ação

Roteiro pesquisa-ação | Prédios Vila Nossa Senhora de Fátima

Débora Moura

Ação	Data	Descrição	Local
1. Oficina de fotografia	26/02 domingo 10h	Fotografar as áreas comuns dos prédios	Rua das Pitangas
2. Discussão fotos	26/02 domingo 13h30	Projetar fotos e conversar (aberto)	_____
3. Exercício de escuta	1ª semana março	Jogo com moradores	Apartamentos / Área comum dos prédios
4. Discussão dos problemas	1ª semana março	Entrevista com moradores	Área comum dos prédios
5. Experimento 1	2ª semana março	Teste com interface	_____
6. Seminário	3ª semana março	Conversa coletiva	_____
7. Experimento 2	4ª semana março	Teste com interface	_____

_____, Rua/Beco _____, N°/bloco _____

Grupo Morar de Outras Maneiras (MOM) - Universidade Federal de Minas Gerais

Assim, ao apresentar a oficina, já teria em mente a duração aproximada do processo da pesquisa-ação até o ponto definido de realização. No entanto, na prática, as etapas e tópicos que fizeram parte da pesquisa-ação se transformaram, o que será esclarecido adiante. O roteiro seria entregue a alguns moradores que demonstrassem mais interesse na pesquisa, juntamente com os panfletos para a oficina de fotografia.

A oficina tem como objetivo a identificação e a discussão com moradores sobre problemas e questões relacionadas ao espaço cotidiano. Isso se manifesta no desenvolvimento do panfleto e na forma de abordagem pretendida, com explicação aos participantes antes e durante a oficina. A discussão das fotos com a apresentação em tamanho maior (seja projeção, televisão ou na tela de um computador) possibilita a elaboração de questionamentos e percepções espaciais pelos participantes.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, apresento o planejamento da pesquisa-ação, as primeiras visitas e as oficinas de fotografia. Este capítulo descreve o planejamento da pesquisa de maneira geral e o processo de realização da oficina de fotografia.

As entrevistas individuais (indicadas no roteiro inicial como Exercício de escuta) fornecem a base de levantamentos mais completa da pesquisa. Para isso, foi definida uma forma de abordagem mais aberta, por meio de fotos e desenhos e de um segundo momento entrevista semi-estruturada. A primeira parte teve como inspiração os *Exercícios de Escuta* do método de Livingston (2006).

Ao longo das entrevistas individuais surgiu um primeiro indício do que eu denomino consolidação de padrões, que faz parte de minha contribuição acadêmica acerca da realidade observada. A consolidação de padrões relaciona-se ao desejo dos moradores de ter espaços de convivência que simulam ou imitam espaços padronizados em prédios de classe média e reflete um ideal que se manifesta também em outros aspectos cotidianos, embora talvez menos claramente. Não me refiro aqui a nenhuma teoria existente sobre padrões ou sua consolidação, nem remeto a algum autor que tenha abordado anteriormente o termo. O padrão, na presente dissertação, será compreendido como aqueles espaços de condomínios residenciais consumidos principalmente pelas classes média e alta.

Na etapa de conversas coletivas (no roteiro inicial, Discussão dos problemas), ao se

reunirem moradores de um mesmo prédio, o intuito era mapear coletivamente os problemas e as soluções encontradas pelos moradores para a resolução de questões pertinentes para eles. O segundo capítulo dedica-se à descrição do planejamento e das entrevistas individuais e conversas coletivas, além de abordar a análise crítica dessas primeiras conversas.

O Experimento 1 seria inicialmente uma dinâmica em um dos prédios participantes, escolhido por apresentar potencial de mobilização devido a uma maior quantidade de pessoas entrevistadas nas etapas anteriores. A ideia era apresentar para os moradores algumas imagens de áreas de lazer de apartamentos padrão em contraste com usos dos espaços públicos variados, com apropriação ativa pelas pessoas. Tentei marcar com moradores de um dos prédios participantes a realização do Experimento 1 e não consegui por falta de disponibilidade desses.

Decidi não insistir no Experimento 1, desistindo também da realização do Experimento 2, pela compreensão de que o foco em alguns dos prédios poderia dispersar a mobilização dos moradores de outros prédios. A etapa seguinte, segundo o roteiro, seria o Seminário. Ao constatar que seria precoce uma proposta que demandaria maior envolvimento dos moradores, optei por adaptar a ideia inicial convocando para uma discussão com moradores de diferentes prédios. Embora tenha sido inicialmente planejado como seminário, não se concretizou como tal, e passei a denominar na dissertação a etapa como experimento.

Dependendo da interpretação que se faz dos dois autores, pode-se inferir que tenha sido uma preparação para o seminário. Para Certeau, o seminário

é um laboratório comum que permite a cada um dos participantes articular suas práticas e seus conhecimentos próprios. É como se cada um trouxesse o “dicionário” de seus materiais, suas experiências e suas ideias e, sob o efeito de trocas necessariamente parciais e de hipóteses teóricas necessariamente provisórias, lhe fosse possível produzir frases a partir desse rico vocabulário, quer dizer, “bordar” ou colocar em discurso suas informações, suas questões, seus projetos etc.

(CERTEAU, 2017, p. 1)

De toda forma, por meio da proposição de interfaces, busquei seguir o ideal de promover “trocas” e “hipóteses teóricas” (CERTEAU, 2017) e induzir uma participação mais efetiva dos participantes pela apresentação de imagens, que teriam o papel de diminuir o destaque da pesquisadora como articuladora. Além disso, uma das intenções era colocar em discussão a

ideia de dominação, mobilizando a construção dos participantes sobre a própria dominação, baseada na atuação do educador Paulo Freire no nordeste brasileiro para a alfabetização de adultos (BROWN, 1978).

Os círculos de cultura de Freire tem esse nome pois os envolvidos nesse processo se organizam em formato circular. Segundo Brown (1978), seriam necessárias 30 horas para que as pessoas se tornassem aptas a ler. Para além da alfabetização em si, as ações tem caráter político, que se manifesta nas questões abordadas ao longo do processo. A própria figura do animador, que não seria professor no sentido tradicional da palavra, mas um mediador, indica que se trata de uma forma mais igualitária de apreender a realidade do analfabeto, não o colocando como inferior ou apenas aprendiz. Os participantes criam cultura e é isso que Freire quis promover com essa proposta (BROWN, 1978).

Imagens eram utilizadas por Paulo Freire como forma de promover discussões e o aprendizado de palavras que estivessem em seu cotidiano e em sua maneira própria de criar cultura. Ao mesmo tempo, ao se ver como produtor de cultura, o indivíduo era estimulado a perceber e conceber as formas de dominação a que estão sujeitos (BROWN, 1978). A discussão do material levantado nas conversas anteriores e de novos assuntos, indicados por imagens e gráficos, tinha um objetivo similar. A introdução de teorias que discutem questões pertinentes à realidade dos prédios, em contraste com a vivência anterior na favela, poderia também ampliar o papel de pesquisadores aos moradores. O terceiro capítulo apresenta o experimento, bem como os planos iniciais para as etapas apontadas no roteiro inicial, concluindo com uma análise crítica desta etapa e da pesquisa-ação de modo geral.

No quarto capítulo, faço a crítica do material levantado, tanto com relação às especificidades locais e dos participantes como no que se refere à lente teórica. Abordo a ilusão da formalidade, hipótese que perpassa a dissertação e é explorada neste capítulo. A conclusão apresenta considerações finais e aponta para os desdobramentos possíveis da pesquisa.

CAPÍTULO 1

PRIMEIROS PASSOS

O capítulo é dedicado ao planejamento da pesquisa, desde a sua definição, e à análise das condições locais e dos participantes. Inclui a forma de aproximação da comunidade de interesse para a pesquisa, que já inicia a discussão com alguns moradores, introduzindo os assuntos que serão abordados em seguida.

1.1 Visitas aos prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra

Figura 6: Fotografia de prédio do Vila Viva Aglomerado da Serra



Foto: Débora Moura (2016).

Numa primeira aproximação da relação dos moradores com os espaços coletivos dos prédios, foi realizado um ensaio fotográfico¹². O contexto da discussão era inicialmente a cidade-organização e as práticas organizativas, o que levou à forma de análise e de categorização daquilo que se tornou objeto de observação. Os estudos organizacionais, linha de pesquisa da Administração, são alvo de discussões e polêmicas em sua área, sendo muitas vezes interpretados como conversações, voltadas para a apreensão de identidade de um grupo (RODRIGUES; CARRIERI, 2001).

Trata-se de um lugar marcado por disputas teóricas, no qual o conhecimento se constrói na disputa sobre a verdade inerente a conceitos e esquemas referenciais. Assim, a identidade a ser assumida para o campo deveria ser não apenas flexível, mas incorporar a inovação como natural ou parte do processo de construção teórica. Ao adotarem a idéia de “conversações” como elementos definidores do campo, Clegg e Hardy (1996) sugerem que o conhecimento organizacional é produto da diversidade de locais, leitores e intérpretes, característica que lhe atribui uma identidade precária e constantemente sujeita a negociações. Esta idéia não apenas comporta a noção de que a teoria organizacional é um produto da cultura, senão que se trata também de um empreendimento, cujos produtos são freqüentemente negociados e submetidos a ajustes de significados. (RODRIGUES; CARRIERI, 2001, p. 83)

O trabalho teve referências de interpretação relacionadas aos estudos organizacionais; identifiquei nos prédios do Vila Viva Aglomerado da Serra as práticas de resignificação e de resistência. A transposição dos moradores da favela para os prédios levou a uma resignificação da própria vida cotidiana e da condição sócio-espacial, resultando em novos elementos que refletem a influência imediata da cidade formal (grades, arame farpado e interfone, por exemplo) e das preocupações de sua população com a segurança, principalmente. A resistência à imposição dos espaços concebidos por técnicos e desassociados da realidade cotidiana e das práticas de produção do espaço dos moradores ocorre com intervenções e ocupações que manifestam demandas não contempladas.

Depois desse primeiro momento, realizei novas visitas ao local já com a pesquisa em mente, aos finais de semana, quando teria mais movimento, além de pessoas utilizando o espaço com tempo disponível para conversar. Assim, realizei um segundo ensaio fotográfico,

12 O ensaio fotográfico foi realizado para a disciplina *Cidade e práticas organizativas*, ministrada por Luiz Alex Saraiva, no primeiro semestre de 2016.

após um primeiro recorte espacial, com o intuito de conhecer moradores, introduzir a intenção da pesquisa e registrar as intervenções e os usos dos espaços. Os registros também tinham por intuito, além de socializar com as pessoas do aglomerado, levantar imagens que pudessem ser usadas em panfletos para divulgar a oficina de fotografia, próxima etapa da pesquisa.

Figura 7: Recorte espacial para a pesquisa-ação



Fonte: Google Maps (2017 - modificado).

Os prédios são distribuídos em algumas das vilas (fig. 3), estando distantes entre si e pouco articulados espacialmente, em sua maior parte. Por se tratar de uma área muito extensa, mostrou-se necessário um recorte espacial. O ensaio fotográfico inicial, de 2016, foi realizado na Rua São João e Avenida Jefferson Coelho da Silva. No entanto, optei por restringir ainda mais a área de trabalho para a realização da pesquisa-ação uma vez que, nos prédios dispostos ao longo da Rua São João, os espaços coletivos de forma geral eram mais diversificados e mesmo amplos, em muitos casos. O recorte espacial passa por toda a extensão da Rua São João, incluindo as ruas de acesso aos prédios que partem dela, e por um trecho da Rua Nossa Senhora de Fátima. O local tem a maior concentração de prédios do Aglomerado da Serra.

Iniciei as fotos da parte de baixo da Rua S. João; no primeiro prédio visitado, havia moradores utilizando a área externa: crianças brincando, andando de bicicleta, e adultos sentados em bancos. Um deles, Gilberto, estava arrumando o portão de entrada e me apresentou o espaço: os bancos de caixote, feitos pelos moradores, e a mesinha de plástico,

que as crianças costumam usar e no dia ele utilizava de apoio para as ferramentas; a área na lateral do prédio, onde fazem churrascos (numa churrasqueira feita a partir de um tambor de máquina de lavar) e que ele pretende cobrir com telha; as plantas, no jardim da frente e nos fundos do prédio, plantadas por uma vizinha. Segundo ele, a terra não é boa para plantio, então a maioria é plantada em vasos.

Figura 8: Banco na área coletiva, expandindo a casa, em um dos prédios da Rua das Ameixas



Foto: Débora Moura (2017).

Figura 9: Crianças empinando pipa no final da Rua das Ameixas



Foto: Débora Moura (2017).

Na Rua das Ameixas, havia crianças brincando, soltando pipa (fig. 9), andando de bicicleta e velotrol. Nos prédios que se voltam para essa rua, vi várias cadeiras e bancos sendo utilizados pelos moradores como forma de expandir o espaço doméstico – da sala – para a parte externa – o corredor externo junto à rua (fig. 8). Por outro lado, em um dos prédios foi levantado um muro fechando a visibilidade das janelas do primeiro andar para a rua. Assim, as relações do espaço interno com os espaços coletivos dos prédios e com a rua são bastante variáveis.

Na Rua N. Sra. de Fátima, observei nas visitas anteriores que alguém havia colocado uma cobertura de lona e, quando voltei para o ensaio fotográfico, isso havia se transformado; havia no local uma estrutura de madeira com telha (fig. 10). Tal intervenção me interessou especialmente pela intenção de se criar uma estrutura mais duradoura e de uso coletivo. Como ficava junto a um ponto de ônibus, as pessoas aproveitavam a cobertura para se proteger do sol e, segundo relatos, também da chuva.

Figura 10: Cobertura à Rua N. Sra. de Fátima



Foto: Débora Moura (2017).

1.2 Planejamento da pesquisa

Com a definição do método de pesquisa e a intenção de prosseguir até o lugar da teoria, para orientar o desenvolvimento da parte prática criei o roteiro de trabalho apresentado anteriormente. Thiollent (1986) diferencia a configuração da pesquisa-ação a partir dos objetivos e do contexto de aplicação:

Num primeiro caso, a pesquisa-ação é organizada para realizar os objetivos práticos de um ator social homogêneo dispendo de suficiente autonomia para encomendar e controlar a pesquisa. (...)

Num segundo caso, a pesquisa-ação é realizada dentro de uma organização (empresa ou escola, por exemplo) na qual existe hierarquia ou grupos cujos relacionamentos são problemáticos. (...)

Num terceiro caso, a pesquisa-ação é organizada em meio aberto, por

exemplo, bairro popular, comunidade rural, etc. Nesse caso, ela pode ser desencadeada com uma maior iniciativa por parte dos pesquisadores que, às vezes, devem se precaver de possíveis inclinações “missionárias”, sempre propícias à perda do mínimo de objetividade que é requerido na pesquisa. (...) (THIOLLENT, 1986, p. 17)

A presente pesquisa inclui-se no terceiro caso indicado por Thiollent (1986). Por isso, o processo teve que ser desenvolvido atentamente para não correr o risco de se aproximar de uma atuação missionária. Com relação a isso, Kapp *et al* (2012) discutem e criticam formas de atuação mais comuns de arquitetos nas favelas, incluindo-se entre elas a atuação missionária. Sobre essa forma de atuação:

Assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.

À diferença da atuação tecnocrática, cuja heteronomia é perceptível para grande parte dos arquitetos, as imposições da atuação missionária são mais sutis. Elas envolvem esquemas mentais provenientes de processos de socialização e aprendizado dos quais os indivíduos raramente têm consciência. (KAPP *et al*, 2012, p. 3)

Justamente por ser mais sutilmente heterônoma, cair em uma atuação missionária é um risco que se corre ao partir para uma pesquisa em contexto de habitação de interesse social em geral. Por estarmos envolvidos em uma lógica do capital simbólico, que “continua dominando o imaginário do campo arquitetônico” (KAPP *et al*, 2012, p. 4), fica difícil perceber a forma de dominação e imposição que aparece quase como natural — embora seja culturalmente construída.

Mas Kapp *et al* (2012) apontam a forma de trabalho de Livingston (2006) como uma ruptura com relação a essa lógica. Por ter experiência prática de alguns anos de trabalho como arquiteta baseados no método de Livingston (2006), tendo inclusive a oportunidade de criar um grupo de estudos e discussões sobre o assunto, acredito que me despi razoavelmente dessa forma de atuação; no entanto, resquícios e deslizos podem acontecer, por isso foi importante uma atenção redobrada ao momento do planejamento e da execução de ações. E, de toda forma, Kapp *et al* (2012) fazem uma ressalva com relação à aplicação de métodos de trabalho voltados para a atuação como arquiteto: “Todavia, pudemos constatar que, no contexto das favelas,

mesmo esse grau de abertura [de Livingston] não é suficiente para superar o já mencionado hiato entre autoprodução e campo arquitetônico convencional. A lógica do atendimento ainda prevalece e é preciso ir além” (KAPP *et al*, 2012, p. 5). E continuam:

Nenhum arquiteto missionário deixa de perceber esse hiato. Porém sua atuação se caracteriza como missionária justamente por ele continuar decidido a melhorar a vida alheia segundo seus próprios parâmetros (conscientes ou inconscientes) e se sentindo capaz de ‘atender’ o cliente, resolvendo os problemas que lhe são trazidos. Subjaz à sua atuação o *habitus* arquitetônico que menospreza questões sociais e econômicas levando à certeza de que as desigualdades sociais serão reduzidas pelo acultramento e pelo esforço dos pobres, como se numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado e não um instrumento de distinção de classe. (KAPP *et al*, 2012, p. 5)

Tentou-se evitar tal risco por meio de encontros planejados passo a passo e pela forma de dialogar com os participantes, buscando evitar assumir o papel supostamente superior de técnica especializada. Mas, acima de tudo, não realizar propostas mas servir como mediadora de um processo encabeçado pelos próprios participantes, no qual eles decidam e se posicionem conforme suas próprias opiniões e desejos. Ainda segundo Kapp *et al* (2012, p. 5), “caberá ponderar (...) se [os profissionais de arquitetura] ampliarão a dependência das pessoas em relação a seus serviços ou se ampliarão suas possibilidades de autonomia”. A última possibilidade é aquela que se busca nesta pesquisa.

A primeira forma de abordagem dos moradores foi por meio da fotografia; a princípio, pelos meus próprios registros – momento no qual busquei uma primeira aproximação do caso e dos moradores envolvidos – e, num segundo momento, pela realização de oficina de fotografia. A última é uma estratégia de aproximação para engajamento dos moradores da comunidade de interesse para a pesquisa. Ela foi utilizada anteriormente em algumas pesquisas do grupo MOM (EA-UFGM).

A oficina de fotografia tem como intenção aproximar dos moradores e iniciar uma articulação de temas de interesse para a pesquisa. Entre os pressupostos estavam registrar as práticas e transformações do espaço, reunir moradores para a discussão e definir um grupo inicial de referência para as próximas ações programadas. A ênfase de abordagem - “transformações do espaço, jeitos de usar” - foi voltada para os interesses da pesquisa e estava presente nos

panfletos de divulgação da oficina e na explicação sobre a oficina desde o princípio.

Após as oficinas, o roteiro previa encontros com os moradores participantes, iniciando com entrevistas individuais, conversas coletivas entre os moradores de um mesmo prédio e encerrando com um experimento com interfaces para discussão dos assuntos abordados anteriormente e introdução de teorias com moradores de diferentes prédios. O objetivo disso é um aprofundamento progressivo dos assuntos abordados e uma crescente autonomia de pensamento e de ação dos participantes.

O processo de pesquisa-ação, além de auxiliar uma compreensão ampliada da situação real que se coloca, com relação a pesquisas convencionais, pode ser muito rico para os moradores no momento da ação e também para expandir o seu imaginário com relação a suas possibilidades em seu desenrolar. Segundo Thiollent (1986, p. 24):

(...) podemos captar informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva. Quando as pessoas estão fazendo alguma coisa relacionada com a solução de um problema seu, há condição de estudar este problema num nível mais profundo e realista do que no nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas.

No caso específico dessa dissertação, a ação propriamente dita não está planejada, mas o processo de engajamento dos moradores para o levantamento que pretende informar ações futuras já é entendido como rico por si, pois os moradores vão refletir sobre suas próprias práticas espaciais no intuito de levantar problemas próprios e pensar como abordá-los.

A seguir, apresento o processo de formação do grupo de trabalho, a partir de conversas informais – ao longo da distribuição de panfletos – e da oficina de fotografia.

1.2.1 Distribuição de panfletos e conversas informais

Nos dias 07/02/2017 e 08/02/2017, terça-feira e quarta-feira, foram distribuídos panfletos para divulgar a oficina que seria no dia 11/02/2017. Durante os dias da semana é mais difícil se encontrar pessoas nas ruas, então minha estratégia foi distribuir na maior parte dos prédios do

recorte espacial que conseguisse e explicar sempre que possível do que se tratava e quais as intenções, realizando conversas informais com moradores.

O primeiro prédio que visitei fica na Rua S. João, número 20; o mesmo onde havia fotografado os bancos e a churrasqueira. Lá, conversei com Maria Lúcia e Luísa, que também estavam na área externa comum no dia em que fiz o segundo ensaio fotográfico. Elas me contaram onde moravam e porque foram removidas e reassentadas no prédio. Disseram que têm planos para melhorias internas, além das externas citadas pelo morador Gilberto acima citado, como pintura nas paredes da escada, colocação de cerâmica no piso e no espelho da escada. Aproveitei para questionar quando teriam mais disponibilidade de conversar e disseram que preferiam encontros aos domingos, pois sábado é dia de arrumar a casa.

Na Rua da Mangueira, reconheci por fora o apartamento de Regina, que conheci na época em que apliquei um questionário como bolsista do grupo MOM (EA-UFMG). Conversamos um pouco, ela me contou de seu histórico como liderança local e como militante do Partido dos Trabalhadores (PT). Disse que já havia lutado muito pelas melhorias nas condições de vida e de mobilidade da vila e que participava ativamente das campanhas de candidatos do PT. Segundo a moradora, muitas das melhorias que ocorreram na Vila Cafezal foram fruto de sua militância, como a colocação de pontos de ônibus e a instalação de centros de saúde. A moradora tinha reclamações sobre a situação dos prédios, principalmente com relação ao vandalismo e descuido com os espaços.

Houve três tentativas de fazer a oficina; a primeira, teve apenas um interessado e não foi realizada, a segunda aconteceu com duas adolescentes. Senti então a necessidade de convocar a terceira, que no entanto não teve muita adesão dos moradores, embora a cada distribuição de panfletos eu testasse uma forma diferente de abordar as pessoas. A terceira foi realizada com uma adulta e duas crianças. No Largo da Castanheira, encontrei um prédio cuja entrada estava coberta de plantas por todos os lados. Lá, conversei com o morador Wagner, que me contou que plantou tudo aquilo e que era ele quem cuidava.

Figura 11: Panfleto distribuído nos prédios do Vila Viva Aglomerado da Serra



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Panfletos foram utilizados posteriormente para indicar a data e local das etapas seguintes.

1.3 Oficinas de fotografia

As oficinas foram realizadas no dia 19/02/2017 e no dia 26/02/2017. No momento das oficinas de fotografia, eu ainda não tinha definido uma área para a pesquisa-ação. A oficina serviu para checar grupos interessados, o que ajudou a delimitar fisicamente a área a ser pesquisada.

Oficina de fotografia 1

Cheguei às 10h e passei na casa da Beatriz, que havia confirmado a presença alguns dias antes. Ela convidou a amiga, Yasmin. Elas tem cerca de 16 anos e moram em um prédio na Rua

Nossa Senhora de Fátima, na esquina com a Rua São João.

Expliquei o funcionamento das máquinas, questões como o enquadramento e algumas ferramentas básicas das câmeras, além de falar sobre o foco dos registros, que seria o uso e as intervenções em espaços de uso coletivo.

Conversamos sobre os espaços que elas usavam no dia a dia, as duas disseram que ficam pouco no apartamento e gostam de ficar na frente do prédio para “ver o movimento”, onde encontram amigos e conhecidos. Beatriz disse que costuma descer a Rua São João também, mas não apontou algum lugar específico.

Começamos pela parte superior, onde há alguns prédios. Passamos pela cobertura em frente ao prédio delas e disseram que quem fez foi o Baiano, que vendia churrasquinho no local, para os dias de chuva. Naquele horário, havia algumas pessoas sob a cobertura, se protegendo do sol.

Em seguida, fomos descendo a Rua São João. Elas não viam muito o que fotografar nos prédios, fotografavam a paisagem e alguns detalhes, como um prédio que tinha um grafite.

Chegamos à Avenida Jefferson Coelho da Silva e atravessamos a rua, passando por uma área junto ao parque em que havia alguns bancos. As meninas ficaram surpresas e fotografaram, mas não sabiam quem havia feito ou usava aquele espaço, que estava fechado por um portão. Após alguns minutos andando na Avenida no sentido da Praça do Cardoso, vimos alguns cavalos numa área junto ao parque, semelhante àquela em que havia os bancos, também com um portão trancado. Elas fotografaram e seguimos em frente, em direção à Praça, e no caminho fotografaram grafites e pinturas nos muros de arrimo.

Na Praça do Cardoso, estava havendo um evento de carnaval, e atravessamos, chegando à Rua Flor de Maio. Seguimos, dando a volta para chegar aos prédios por cima, na Rua Pedra Verde. Fotografaram mais alguns grafites e voltamos para o prédio em que moravam.

A conversa iria acontecer na Escola Municipal Professor Edson Pisani (EMPEPI), no entanto as garotas sugeriram que acontecesse no próprio apartamento da Beatriz, uma vez que só as duas amigas participaram e o horário na escola era restrito. Eu sugeri que os pais presenciassem a conversa para termos mais pessoas para discutir.

Voltei após o horário de almoço e apresentamos as imagens na televisão da casa da Beatriz. Sua mãe, Isadora, e seu irmão estavam presentes. Convidei ainda a mãe da Yasmin, que no entanto não pode participar. Os presentes comentaram sobre as fotos, principalmente a dos bancos na Avenida Jefferson Coelho da Silva, que chamaram a atenção também dos que não participaram da oficina. Essa imagem suscitou a discussão do porque não havia espaços como aquele, “de convivência”, nos predinhos. Isadora comentou que quem organizou os prédios teve pouco cuidado em fazer espaços próprios para o uso, deixando áreas verdes inúteis, que não recebem manutenção e nas quais os moradores jogam lixo. Ela disse que paga pela manutenção da parte da área verde, mas que os outros moradores não se preocupam e não ajudariam com dinheiro. Isadora comentou que os jardins em frente ao apartamento seriam suficientes, que seria interessante ter um espaço mais elaborado para o uso nos fundos.

Isadora, ao ver uma imagem de plantas em um dos prédios, comentou ainda que em alguns prédios as pessoas se organizam melhor e cooperam uns com os outros, mantendo uma caixinha mensal para reparos e revezando na limpeza dos espaços. Segundo ela, no caso do seu prédio isso seria impensável, dado o desleixo das pessoas que usam o espaço.

Oficina de fotografia 2, dia 26/02/2017

Aguardei desta vez na Rua das Pitangas, um pouco abaixo da Unidade Municipal de Educação Integrada (UMEI), pelos participantes da oficina. Marina, filha da Luísa, chegou um pouco antes do horário combinado e aguardamos um pouco mais antes de fotografar. Eu havia encontrado com ela no dia anterior, e já sabia que ela tinha uma boa noção de fotografia, então conversamos sobre o tema das fotos. Expliquei que seriam fotos sobre os espaços coletivos e as intervenções que os moradores fazem neles, independentemente de serem consideradas “positivas” ou “negativas”.

Figura 12: Fotos da segunda oficina (espaço coletivo do prédio de Isadora e de outro prédio, vistos a partir da Rua São João)



Fotos: Marina (2017).

Subimos a Rua São João até a Rua Nossa Senhora de Fátima e Marina fotografou a plantação de milho na área comum do prédio 6. Marina fotografou basicamente plantações e espaços verdes dos prédios.

Descemos novamente a Rua São João e ela seguiu fotografando as áreas verdes dos prédios. Chegamos até o Largo da Castanheira e duas garotas se juntaram a nós: Karina, de aproximadamente 12 anos (filha de Janaína, entrevistada posteriormente) e Natália, de aproximadamente 10 anos. Karina já conhecia Marina da EMPEPI e me conhecia, de uma visita que havia feito anteriormente. As duas pegaram as câmeras e fizeram fotos mais aleatórias, menos focadas na proposta da oficina.

Figura 13: Fotos da segunda oficina (paisagem, mureta em prédio a qual algumas pessoas usam de assento, crianças brincando no prédio de Regina)



Fotos: Karina (2017).

Figura 14: Fotos da segunda oficina (barranco, área sob a escada e elementos de segurança instalados pelos moradores no prédio de Marina)



Foto: Natália (2017). Arquivo da autora.

Descemos até a Rua São João, 20, e fomos para o apartamento de Marina passar as fotos para seu computador. Acabamos por exibir as fotos no local, pelo mesmo motivo que na oficina anterior. Luísa, mãe de Marina, também participou da discussão das fotos. Da discussão, foi interessante observar que as moradoras viam como natural a apropriação dos espaços coletivos, algo indissociável da vida cotidiana. No entanto, isso não é algo percebido por eles como forma de resistência. Elas comentaram sobre as fotos mas não houve discussões muito produtivas desta vez.

1.4 Definição do grupo de trabalho

O grupo de trabalho foi criado principalmente ao longo das visitas para tirar fotos, distribuir panfletos, nas oficinas de fotografia e por indicações de outros moradores. Ele é formado por homens e mulheres adultos, em sua maioria de 25 a 60 anos, em idade ativa de trabalho. Em termos culturais, são escolarizados, alguns com formação técnica. Pode ser identificado com a nova classe trabalhadora, os chamados “batalhadores brasileiros” por Jessé Souza (2012). Embora em alguns aspectos, tragam ainda características da “ralé”¹³ analisada pelo mesmo autor, eles demonstram que escaparam da “prisão no ‘aqui e no agora’ das necessidades primárias de sobrevivência” (SOUZA, 2009, p. 417) por meio da disciplina, autocontrole e capacidade de prospecção, que marcam a realidade dos batalhadores.

A seguir, apresento as pessoas que inicialmente se disponibilizaram a integrar o grupo

¹³ Conforme definição criada pelo autor.

da pesquisa e que indicaram os demais participantes. Gilberto, que conheci na primeira visita enquanto fotografava os espaços coletivos, tem aproximadamente 35 anos. Apesar de ter formação técnica de eletricista, disse que não encontrou emprego na sua especialidade e atualmente trabalha como faxineiro na EMPEPI. Além de sua ocupação fixa, faz trabalhos temporários como eletricista aos finais de semana, complementando sua renda; disse ainda que sabe mexer com construção, conhecimento que ele coloca à disposição para executar intervenções nos espaços comuns. Mesmo que não tenha uma ocupação adequada à sua formação, parece viver bem e mora sozinho em um apartamento, sendo que sua irmã conseguiu outro - sobre que se pode inferir que a casa em que os dois moravam antes da remoção era grande.

O contato com Fernando foi a partir da indicação de Gilberto. Fernando aparenta ter cerca de 30 anos e vive com os pais, junto a dois irmãos, também adultos; a família mora em apenas um apartamento. Apesar da origem humilde - o pai é servente de pedreiro e a mãe, dona de casa -, os filhos buscaram, por diferentes caminhos, “mudar de patamar” (expressão utilizada por ele), ou seja, modificar as condições sociais da família. Ele estuda informática e um dos irmãos é engenheiro. O outro irmão “faz muitas coisas”, no entanto não quis continuar os estudos, o que para Fernando é um desperdício. Os estudos tem, geralmente, um papel importante na formação dos batalhadores, e a vitória nos estudos pode ser um pressuposto para se ter sucesso no mercado de trabalho.

O contato com Marina, de 27 anos, foi também por indicação de Gilberto. Ela trabalha na EMPEPI como educadora. Ela trabalha de dia, faz faculdade de Pedagogia à noite e ainda cuida da mãe. Além dessas atividades, parece ter um papel importante na Igreja Evangélica local. Mesmo que poucos tenham falado sobre sua religiosidade, este tema é relevante para se compreender os “batalhadores brasileiros”, uma vez que ele ganha força em contextos de desigualdade socioeconômica (SOUZA, 2012).

Conheci Regina enquanto bolsista do grupo MOM (EA-UFMG) e a reencontrei por reconhecer seu apartamento. Ela é aposentada e vive com o marido acamado e o filho adotivo, que cria desde pequeno e hoje tem cerca de 17 anos. Ela se preocupa com a convivência do filho com alguns colegas de escola que possam trazer más influências à sua criação, como jovens envolvidos com o tráfico ou usuários de drogas ilícitas.

Janaína é empregada doméstica e vive com os dois filhos; é das poucas pessoas que

pretendem se manter no apartamento, e ainda teme não ter condições para isso: “se Deus quiser, enquanto eu tiver o emprego, quero ficar aqui”.

Conheci Wagner durante visitas para distribuição de panfletos, por observar as intervenções que ali fazia e as plantas que havia plantado e cuidava. Neste momento, estava desempregado, mas logo arrumou um emprego como porteiro de um prédio comercial na área central. Mostrou-se cansado no novo emprego com o ritmo de trabalho, pois estava acostumado a “trabalhar na área de segurança” de prédios residenciais, que são mais tranquilos e tem menor demanda. Apesar de demonstrar habilidades manuais e proatividade nas questões relativas ao prédio, disse ter aprendido “na vida” e não por meio dos estudos.

Os homens aparentam ser muito ligados ao futebol; algumas vezes, ao tentar marcar um encontro, tinha dificuldade de conseguir um horário que todos estivessem disponíveis por conta dos jogos às quartas à noite e domingos à tarde. No prédio de Regina, há uma grande bandeira do Clube Atlético Mineiro na janela de um dos apartamentos.

Há lideranças locais, como Regina, que já trabalharam na realização de benfeitorias na vila. Com relação às modificações nos espaços comuns, a maioria participa ativamente de intervenções, sendo responsáveis por conseguir materiais, pela mão de obra e pela organização do espaço de maneira geral. Em alguns dos casos, são síndicos dos prédios e/ou promovem benfeitorias constantemente, sejam elas aprovadas e apoiadas ou não pelos demais moradores.

Inicialmente, foram realizadas entrevistas e conversas informais com o maior número possível de moradores, mas grande parte destes não prosseguiu na pesquisa até as etapas seguintes, conversa coletiva e experimento. Isso se deu, possivelmente, pelo restrito tempo para a articulação — potencializada por diversos fatores a serem abordados oportunamente. Acredito, ainda assim, que a amostra foi suficiente para um desenvolvimento adequado do trabalho.

Após as oficinas, chegou-se a um grupo de 11 pessoas para realizar entrevistas individuais ou conversas informais; em seguida, em quatro prédios foram realizadas conversas coletivas com os moradores. Das 11 pessoas envolvidas inicialmente, apenas 7 seguiram na pesquisa, participando das conversas coletivas. Finalmente, participaram do seminário apenas 2 pessoas entrevistadas individualmente, além de três moradores que envolveram-se na pesquisa posteriormente.

1.5 Recorte do local e escolha dos prédios

A área de estudo escolhida foi a Rua São João e um trecho da Rua Nossa Senhora de Fátima, um recorte espacial considerado factível para a realização da pesquisa. Como dito anteriormente, o recorte apresenta uma maior concentração de prédios, o que facilitaria a realização de ações em prédios diferentes em que todos pudessem ir à pé e em pouco tempo.

Figura 15: Localização dos prédios escolhidos para a pesquisa (1 a 7)



Fonte: Google Maps (2017 - modificado).

A escolha dos prédios analisados ocorreu de acordo com o interesse dos moradores e com o uso que estes faziam do espaço coletivo no momento em que eu distribuía panfletos ou fazia visitas. O interesse em estudar alguns dos prédios, especialmente, vinha da realização de intervenções pelos moradores. As intervenções iam desde colocação de mobiliário de permanência, de churrasqueiras e balanços em árvores, de plantas em vasos ou plantadas no terreno, diretamente.

Os espaços analisados têm em comum, embora variem bastante em tamanho e qualidade espacial, o fato de não terem por base a premissa de planejamento por profissionais, mas tendo sido criados a partir da apropriação de áreas residuais no entorno dos prédios. Isso gera alguns espaços com amplas possibilidades, mesmo que em alguns prédios tais espaços sejam bem escassos. De toda forma, os moradores que se envolveram mais com a pesquisa eram moradores de prédios com áreas consideráveis. Geralmente, o espaço coletivo é dividido por prédio, cada um deles tendo 4 andares e 8 unidades no total. Isso gera um compartilhamento para cerca de 20 a 25 pessoas.

CAPÍTULO 2

CONSOLIDAÇÃO DE PADRÕES

Os padrões de consumo são construções sociais que se manifestam nos desejos dos moradores dos prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra para os espaços coletivos. A consolidação de padrões faz parte de um processo de adaptação à vida nos chamados predinhos e surge a partir da influência dos modelos de consumo próprios às classes média e alta. Essa expressão, à qual me referi na introdução, é abordada ao longo da narrativa das entrevistas individuais e conversas coletivas.

Além disso, pretendo introduzir oportunamente reflexões teóricas no presente capítulo. Também serão mencionados aspectos metodológicos, do planejamento das etapas, e uma análise crítica das primeiras conversas. Pensadas como continuidade, as entrevistas individuais e conversas coletivas são etapas complementares no processo e, por isso, seus relatos são reunidos em um item único.

2.1 Planejamento das entrevistas individuais

A primeira etapa de discussão com os moradores foi a entrevista individual, dividida em dois momentos; o primeiro, em que propus introduzir os assuntos junto a fotos e desenhos, que seriam manipulados pelos participantes, e o segundo, constando de perguntas que comporiam uma entrevista semi-estruturada. A ideia de aproximar dos moradores a partir da lógica da imagem para depois partir para a discussão de temas foi uma estratégia para que despertassem interesse pela pesquisa mais facilmente, uma vez que a lógica do discurso é menos envolvente, especialmente neste contexto.

As imagens consistiam em uma vista de satélite dos prédios - o que geralmente gera interesse pela possibilidade de se localizar no território - e em algumas fotografias que realizei nos ensaios dos espaços coletivos e do uso, em tamanho menor. Nesta dinâmica inicial, seria proposto aos moradores que identificassem onde cada ação ocorria e comentassem sobre o que aquelas imagens despertavam neles, ou o que pensavam sobre o conteúdo. Além disso, buscou-se entender se as intervenções refletiam interesses individuais ou poderiam apontar para o uso comum dos espaços.

Figura 16: Algumas das fotografias utilizadas na primeira dinâmica da entrevista individual



Fotos: Débora Moura (2017).

A primeira foto (fig. 16) apresenta um dos prédios, localizado à Rua das Ameixas, em que se construiu um muro onde havia a cerca. A transformação era radical, uma vez que o espaço entre o muro e a parede do prédio era muito reduzido, prejudicando a iluminação e a ventilação dos espaços internos. As duas fotos seguintes mostram os bancos e a churrasqueira do prédio 1. Na foto da direita, vê-se um brinquedo no entorno de um prédio, também à Rua das Ameixas. Outras fotos apresentadas mostravam gaiolas de estacionamento e áreas verdes com plantio.

Na segunda dinâmica, foi feito um croqui da planta do prédio e dos espaços comuns rapidamente, sem atentar para a escala ou detalhes específicos, mas com o mínimo para que os moradores identificassem os espaços e indicassem os usos e ações que neles aconteciam, ainda que fossem esporádicos.

Ainda sobre o desenho, eram feitas perguntas sobre os problemas existentes, mesmo que não tivessem solução aparente. A dinâmica foi inspirada no *Projeto do Cliente* (PC) e no

Exercício Fiscal, que fazia parte dos exercícios de escuta, desenvolvidos por Livingston (2006) para a etapa de entrevista em um processo de projeto arquitetônico.

A terceira dinâmica, ainda sobre a planta, era baseada no exercício de Livingston *Casa Ideal*, em que se pede aos moradores para imaginarem novos usos. No caso das entrevistas individuais, eu pedia aos moradores para que se colocassem no lugar de propositores (mesmo que fosse algo institucionalizado, como a Prefeitura, ou um construtor com conhecimento técnico) e apontassem onde os usos poderiam acontecer. Essa dinâmica era importante para ampliar o imaginário dos moradores, criar mais interesse na proposta e estimular a mobilização dos moradores, dependendo da viabilidade real das intervenções pensadas.

Terminadas as dinâmicas, eu parti para as perguntas, que sistematizei em um roteiro aberto, para uma entrevista semi-estruturada. No roteiro, está explícito o que queria saber dos moradores e o que sistematizei para possibilitar que a conversa acontecesse sem indução. Listo abaixo as perguntas sugeridas no roteiro:

- Há quanto tempo mora aqui? Como veio para cá? Tinha plantio ou criação de animais?
- Há alguém da sua vizinhança de antes da remoção morando no mesmo prédio?
- Como funciona o condomínio? Há síndico no prédio?
- Há alguma caixinha ou arrecadação do condomínio para além das contas de luz e água?
- Você pensa em manter-se no prédio ou mudar-se? Por quê?
- Como acontece o uso dos espaços comuns? Há regras de uso?
- Há algo no espaço coletivo que cria algum tipo de incômodo?
- Já se sentiu incomodado com a vizinhança? Por quê?
- Do que menos gosta e do que mais gosta nos espaços comuns?
- Já interferiu de alguma forma nos espaços comuns?
- Gostaria de intervir de alguma forma nesses espaços? Como?

- Alguém da casa tem capacitação ou habilidades manuais?
- Você venderia algo ou anunciaria algum serviço se isso fosse permitido nos prédios?
- Você acha que a Prefeitura aprovaria os usos e modificações?
- Os vizinhos se juntam para benfeitorias? Por exemplo, mexer no espaço coletivo, consertar telhado - ou mesmo para eventos e festas.
- Gostaria de plantar? E de criar animais?
- Quais os espaços públicos (praças, parques) que mais chamam a sua atenção na cidade?
O que pensa sobre eles?
- Quem faz a manutenção e limpeza do espaço coletivo? Há revezamento entre vizinhos?
- O prédio tem gaiola de estacionamento? Quem fez? Qual é a regra de uso?

Os objetivos com as entrevistas individuais eram identificar conflitos e problemas nos espaços comuns dos prédios, as dinâmicas de produção do espaço pelos moradores, os usos dos espaços comuns e as relações de vizinhança.

Os moradores que foram entrevistados estão listados abaixo, junto a informações complementares, como número do prédio e data da entrevista, ordenados pelo número do prédio:

Tabela 1 - Participantes das entrevistas individuais, prédio, data da entrevista e como conheci

Nome	Prédio	Data da entrevista	Como conheci
Gilberto	1	11/03/17	Ensaio fotográfico
Marina e Luísa	1	12/03/17	Oficina de fotografia 2
Fernando	1	13/03/17	Indicação de Gilberto
Maria (conversa informal)	1	13/03/17	Indicação de Luísa
Regina	2	12/03/17	Visitas iniciais
Flávia	3	12/03/17	Distribuição de panfleto
Janaína	4	13/03/17	Oficina de fotografia 2
Wagner	5	12/03/17	Visitas iniciais
Isadora	6	08/03/17	Oficina de fotografia 1
Mônica	6	12/03/17	Indicação de Isadora
Paula (conversa informal)	7	12/03/17	Indicação de Elizabeth

Fonte: Elaboração própria (2017).

2.2 Planejamento das conversas coletivas

O objetivo das conversas coletivas era iniciar a discussão coletiva sobre assuntos levantados individualmente, definir o tema de abordagem e buscar apontamentos para próximas etapas, do experimento e do seminário. Elas ocorreram do dia 18 ao dia 21 de março de 2017. Foram esclarecedoras com relação aos consensos e conflitos de interesses existentes. Além disso, serviram como uma primeira articulação coletiva.

O roteiro utilizado para orientar a discussão é resumido abaixo:

- Iniciar citando os principais problemas levantados nos prédios, que vão do lixo jogado nas áreas comuns, o mato alto, a terra ruim para plantio, ruído até tarde, até a falta de organização dos moradores.

- Questionar se a ocupação dos espaços comuns pode ser relacionada à mudança ou adaptação para o apartamento ou a algum aspecto deste.

- Perguntar como se dá a convivência entre os moradores do prédio.

- Levantar discussão sobre tema da pesquisa, relacionada aos espaços de uso coletivo nos prédios do Vila Viva da Vila Nossa Senhora de Fátima. Verificar relevância do tema para os moradores.

- Perguntar como foi o trabalho de construção (e de concepção) das intervenções que já foram feitas. Buscar entender se as intervenções já executadas foram decididas coletivamente - e com que grau de engajamento dos outros moradores, se para apoiar a ideia, se para dar ideia, para construir ou se foi um morador de cima para baixo.

- Citar planos para a melhoria e qualificação espacial dos diferentes prédios: área de lazer, de convivência, de estacionamento, quiosque, horta comum, horta vertical etc.

- Entender se alguém já participou de algum processo parecido e quais são as expectativas de cada um.

- Discutir qual seria a prioridade de intervenção melhor aceita pela maioria.

- Discutir sobre “espaço de uso coletivo”, espaço público e privado e controle, acesso e

manutenção dos espaços.

Os moradores que participaram das conversas coletivas estão listados abaixo, junto a informações complementares, como número do prédio e data da entrevista, ordenados pelo número do prédio:

Tabela 2 - Participantes das conversas coletivas, localização do prédio, data da conversa coletiva, indicação se participou ou não da entrevista individual

Nome	Prédio	Data da entrevista	Participou da e. i.?
Fernando	1	21/03/17	Sim
Gilberto	1	21/03/17	Sim
Luísa	1	21/03/17	Sim
Maria Lúcia	1	21/03/17	Não
Manuel	1	21/03/17	Não
Regina	2	19/03/17	Sim
João	2	19/03/17	Não
Dalva	2	19/03/17	Não
Mãe de Natália	2	19/03/17	Não
Wagner	5	18/03/17	Sim
Joana (esposa de Wagner)	5	18/03/17	Não
Gilberto	5	18/03/17	Não
Zé Maria (pai de Joana)	5	18/03/17	Não
Paula	5	18/03/17	Não
Catarina	5	18/03/17	Não
Isadora	6	19/03/17	Sim
Mônica	6	19/03/17	Sim
Pedro (marido de Isadora)	6	19/03/17	Não

Fonte: Elaboração própria (2017).

2.3 Os espaços coletivos e as práticas sócio-espaciais

Fui à Vila Nossa Senhora de Fátima diversas vezes para marcar e realizar as entrevistas individuais e conversas coletivas com moradores dos prédios a partir do contato inicial que fiz nas visitas e nas oficinas de fotografia. Muitos dos moradores tinham pouca disponibilidade, uma vez que saíam cedo e trabalhavam até a noite durante os dias de semana e aos finais de semana concentravam compromissos familiares, de trabalho (no caso de ter ocupações além do emprego), estudos, cuidados com a casa etc. Aproveitei para, a cada nova visita, observar aspectos dos espaços de uso coletivo, como a baixa iluminação noturna e o lixo jogado nos barrancos.

Figura 17: Espaços de uso coletivo do prédio 1 (área frontal do prédio e área dos fundos, próximo ao barranco, em que se colocaram varais)



Fotos: Débora Moura (2017).

Em determinados prédios analisados, observei que os espaços de uso coletivo tem mais possibilidades de uso para permanência, por seu tamanho, fechamento e por outras características próprias: os prédios 1 e 5 (fig. 17 e 18). Coincidentemente, seus moradores apresentaram-se mais organizados, seja pela atuação dos síndicos (caso do prédio 5) – que são os mesmos desde 2007 – ou pela colaboração natural entre vizinhos (no prédio 1).

Figura 18: Espaços de uso coletivo do prédio 5 (área lateral do prédio e acesso com grande quantidade de plantas)



Fotos: Cintya Ornelas (2017).

Ao chegar no prédio 1 para marcar entrevistas individuais, encontrei Gilberto e Fernando na entrada do prédio. Os dois instalavam juntos alguns refletores para a iluminação da área externa comum. Sobre a entrevista, Gilberto disse que poderia participar no momento, pois no domingo estaria ocupado e durante os dias de semana trabalha até as 20h. Passamos primeiro por algumas imagens que mostravam elementos de uso do próprio prédio e aproveitei para perguntar se ele havia participado da execução. Gilberto contou que ele e Fernando são os que mais “fazem”, os mais atuantes do prédio, mostrando-se satisfeito.

Após as entrevistas individuais e a conversa coletiva, percebi que neste prédio havia uma discrepância entre o que a síndica (Marina) propunha e os moradores de fato faziam. Se, por um lado, ela entendia que as intervenções deveriam partir de uma escolha de todos, por outro, alguns moradores demonstraram mais iniciativa que outros e parecem conceber e executar sem necessariamente consultar os demais vizinhos.

Na entrevista individual com Marina, ela contou que convoca uma votação quando vão fazer alguma ação ou mudança nos espaços de uso coletivo. De toda forma, não são todos os moradores do prédio que comparecem, mas geralmente apenas aqueles que pagam o condomínio; ela também não “corre atrás” pois teria “mais o que fazer”. Já na conversa coletiva, sem que ela estivesse presente, Gilberto e Fernando mostraram que contribuem mais ativamente, uma vez que não conseguem fazer sempre reuniões pela falta de tempo. Jorge disse confiar que o que é bom para eles será bom para todos, assumindo uma posição de passividade e abertura para que poucos decidam.

Já no caso do prédio 5, os síndicos parecem dominar e ser responsáveis pelas decisões do condomínio e do espaço comum, e os outros aparentam não se interessar, ou se sentir pouco à vontade uma vez que o casal sempre toma a frente. Wagner fez algumas intervenções em uma área na lateral do prédio, onde plantou algumas árvores frutíferas e hortaliças. As ações que acontecem nessa área são: fazer churrascos, sentar, conversar etc. Junto à churrasqueira há alguns banquinhos fixos feitos por ele e próximo há um pneu pendurado numa árvore, servindo de balanço. Mas ele contou que as crianças e jovens brincam mais na rua de acesso.

Ele cuida de um galo e uma galinha, que ganhou de um conhecido e comentou que não era presente, mas ia “dar mais trabalho” para ele. Fez um galinheiro na parte de cima do barranco cercado, e mais pra cima cuidava ainda de um pato. Ele disse que as árvores ajudam a isolar o som externo para o apartamento.

O Wagner foi o único entrevistado do prédio 5, mas me disse que iria convocar outros moradores que estivessem disponíveis para a conversa coletiva. De fato, ele e a esposa, Joana, conseguiram convocar várias pessoas e aparentam ter uma relação tranquila, embora não necessariamente amigável. O casal falava mais, discutindo entre si a maioria das questões; já os outros aparentavam se sentir pouco à vontade por comentarem bem menos, e apenas pontualmente. No entanto, em determinado momento da conversa, Paula demonstrou sua opinião acerca do uso dos espaços, apontando para conflitos existentes entre os vizinhos:

Paula: Uso pouco aqui. [...] Saio de manhã cedo e chego à noite. [...] [Sobre uma possível ação coletiva:] Dependendo do ponto de vista, do que vai acontecer lá, tendo a participação de todo mundo, é interessante. Que igual eu falo, eu não sou muito a favor de muita coisa. Então, ele tem as plantas, já questionamos várias vezes [...] mas não teve jeito. Eu queria ter plantas comestíveis, remédio, erva, ter plantas assim. Não é planta de molhar, de gastar água. É meu problema. Então acho assim, colocar direto aqui, eu penso que esse espaço podia ser mais bem aproveitado, cavar, arrancar isso tudo aqui [...] aumentar o que a gente precisar fazer lá atrás, eu penso numa churrasqueira, em colocar umas mesinhas, um teto.

Joana: [impossível compreender] Área de lazer.

Assim, mesmo que haja uma aparente ordem, que Wagner disse manter “com punho firme”, o espaço foi concebido, executado e aparentemente é também mais utilizado por ele, uma vez que já há uma churrasqueira e bancos que poderiam ser usufruídos por todos que Paula não chega sequer a citar. Seguindo a conversa, surgem indícios da consolidação de padrões no imaginário dos moradores participantes:

Paula: ... uma área de lazer bacana, fazer um churrasco, chamar os amigos, comemorar um dia das mães.

Joana: Um aniversário.

Paula: É. E, assim, fora isso... [interrupção]

Zé Maria: Ela quer fazer, tipo assim, como se fosse um salão de festas.

Paula: Isso, um mini, mas assim... [impossível compreender] Fazer uma “amarração”, um telhado qualquer, uma água que vai ali no meio, sabe? Uma coisa bacana, que pudesse aproveitar o espaço, que pudesse *tirar* alguma coisa. Usar o espaço [impossível compreender]. Mas só... Daqui pra cá [refere-se à área de acesso] [impossível compreender], tem um varalzinho ali que a gente quase não usa. [Risos] e aquela área também depois do portão, também que não... A gente não sabe o que que é aquilo ali, ali tem taioba...

(Conversa coletiva prédio 5)

Paula aparentemente desconsidera e desvaloriza o que atualmente existe nos espaços coletivos de seu prédio. Remete a espaços padronizados de conjuntos habitacionais próprios do mercado imobiliário, embora sua realidade sócio-espacial não se mostre tão condizente com esse tipo de demandas. Os prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra são isolados entre si, não configurando conjuntos habitacionais, tendo sido construídos com a premissa de custo mínimo, apenas assegurando o reassentamento de parte das famílias removidas pelas obras do Programa. Essa premissa se refletiu na baixa qualidade de materiais empregados, por exemplo, o que foi um problema constantemente relatado por moradores nas conversas coletivas.

Paula parece inclusive idealizar um espaço heterônimo, executado por construtoras, que seria para ela mais adequado do que aquele que de fato foi produzido por moradores. O uso de expressões típicas do mercado imobiliário pode ser um indicativo disso, embora também possa ser uma tentativa de expressar os desejos de uma forma que eu, jovem, branca e de classe média, pudesse compreender mais facilmente. De toda forma, os modelos padrão de espaço de uso comum empregados na fala dos participantes provêm de discursos de *marketing*, que vão sendo incorporados no imaginário dos participantes da pesquisa.

O mercado imobiliário direcionado às camadas populares da população se expandiu, sem dúvida, durante os mandatos dos candidatos do PT na presidência do Brasil. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 para conceder “incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais” (ROLNIK *et al*, 2015, p. 129). O intuito, em sua primeira versão, era de atender às faixas de 0 a 3, de 3 a 6 e de 6 a 10 salários mínimos (ROLNIK *et al*, 2015).

Iniciativas habitacionais de âmbito nacional como esta transformaram a relação que a população mais pobre tinha com a moradia. Os batalhadores brasileiros, especialmente, tendem a aspirar a aquisição da casa própria, o que se manifesta cada vez mais claramente a partir da ampliação da capacidade de consumo e da cessão de crédito.

As conversas informais ocorreram por uma oportunidade que surgiu no momento e aproveitei para fazer perguntas rápidas, sem passar pelas dinâmicas. Em um dos casos, a intenção era entrevistar a Elizabeth, que mora um pouco abaixo da UMEI, na Rua São João. Eu a conheci quando distribuía panfletos para a oficina de fotografia mas ela havia se mudado desde o primeiro contato e, por indicação de vizinhos, cheguei até seu novo apartamento. Ela passou a morar com outras duas mulheres e conversei rapidamente com elas, mas não

quiseram participar, parecendo desconfiadas e pouco interessadas. Mesmo assim, indicaram Camila e o marido - do mesmo prédio - que, ainda que não “se dessem muito bem”, poderiam acrescentar mais.

Somente Camila estava presente no momento e me explicou que haviam se mudado há pouco tempo mas, desde então, tiveram problemas com a vizinhança. A dificuldade não foi com relação à vida no apartamento em si, uma vez que sempre haviam morado em prédios antes. A questão é que, por esta razão, haviam se acostumado a uma organização mais clara e a ter maior receptividade dos vizinhos com relação a benfeitorias. Ela e o marido tentaram implementar mudanças para aproximar o funcionamento dos outros prédios em que haviam morado.

De forma semelhante, outros participantes que adquiriram o apartamento mais recentemente tiveram iniciativas na intenção de solucionar problemas. É o caso de Isadora, que mudou-se há dois anos e, logo após a mudança, instalou varais na área de jardim em frente à sua casa, com aval de Soraia, a síndica à época:

Isadora: O varal foi assim, eu cheguei, tinha um jardim ali muito feio. Aí eu perguntei a Soraia, que era a síndica, aí eu falei com a Soraia se eu podia ‘estar’ tirando, ‘estar’ limpando ali fora e colocando o varal. Ela falou que aqui embaixo ela não tinha nada a ver, que eu podia fazer porque a área é do pessoal aqui de baixo. Eu falei ‘então, já que é assim, eu não gosto de planta mesmo, então vou fazer o varal’. Aí fiz o varal e falei com todo mundo que eu estava fazendo o varal mas quem quisesse usar, podia usar. Nunca deu problema não. Porque ajudou todo mundo.

(Conversa coletiva prédio 6)

Figura 19: Varais no antigo jardim em frente à casa de Isadora



Foto: Débora Moura (2017).

Por mais que não tenha sido a princípio uma proposta pensada para a coletividade, mas um reflexo da inadequação do espaço interno, logo a moradora abriu para os outros moradores, determinando que cada apartamento usaria um dia da semana. Isadora acredita que a imposição de regras é muito importante e, inclusive, deixou claro que era a favor da cobrança de multa caso algum vizinho infringisse as regras colocadas em reunião. Apesar de não ser a síndica, as reuniões de condomínio acontecem em sua casa e ela disse que “ajuda muito” a Mônica, que é a síndica atual. Quando cheguei em seu apartamento para fazer a entrevista individual, Isadora e o marido, Márcio, estavam olhando as contas devidas; entre elas, água e luz do condomínio, que estavam atrasadas. Ela disse que tem desavenças com alguns vizinhos por causa disso.

O condomínio funciona em quase todos os prédios, com síndico e pagamento das contas comuns em dia. Apenas no prédio 2 Regina contou que não há síndico e ninguém paga as contas, por isso a luz e a água foram cortadas. No início, apenas ela e Carlos pagavam mas, em determinado momento, eles pararam, pois pesava muito no orçamento mensal.

Regina: Eles não ‘paga’ nada, não vão pagar nada não. Eles ‘quer’ viver assim, ó [faz um gesto], de graça. A vida não é assim não. Sem consciência. Nada é de graça. [...] Tem que pagar. Tem gente na Rua Embaúba que não paga nem a água da casa deles, está sem água. Onde já viu isso?
(Conversa coletiva prédio 2)

Regina disse que quiseram colocar as contas do prédio em seu nome e ela recusou, para ela era um absurdo que a Urbel não tivesse feito registro do prédio. No prédio 5, a síndica, Joana, aceitou que a Urbel passasse as contas para seu nome, por receio que cortassem os serviços:

Wagner: A última vez que a gente viu um cara da Prefeitura, ele veio aqui, pregou um papel na porta com a numeração [...] Vieram aqui ameaçando cortar a luz do condomínio, nós tivemos que ir lá na Urbel passar o nome do condomínio para o nosso nome, no caso para o nome dela [Joana], para não cortar. Só que tem uma coisa: aquele prédio ali não cortou, o outro ali não cortou e muitos aí não pagaram o condomínio. Porque não cortou. Só nós, que fomos bobos, que fomos lá.

Joana: Mas teve mais gente.

Wagner: É, mas assim...

Joana: Mas eu acho melhor ficar regularizado, pra depois não ter aquele papo...

(Conversa coletiva prédio 5)

Em dois prédios, 1 e 5, além das contas há a cobrança de caixinha, ou fundo de condomínio, que cobre despesas eventuais para a melhoria dos espaços e serviços comuns. Apesar da coincidência, isso acontece em poucos prédios, segundo comentários dos moradores. São esses também os prédios em que os moradores, de maneira geral, se mostraram menos acomodados com relação a uma eventual necessidade de manutenção pela Prefeitura, procurando formas próprias de solucionar problemas.

Kapp (2012) mostra por que a manutenção das áreas externas é problemática. A autora parte de uma tipologia de espaços cotidianos desenvolvida durante a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) para acercar-se das questões relativas à produção do espaço e ao direito à cidade, a partir dos entendimentos de Lefebvre (2008) e David Harvey (2008), conforme Kapp (2012). Os conjuntos habitacionais formam um grupo de três tipos, de interesse social, populares e de classe média ou alta:

O grupo dos conjuntos inclui as situações em que uma instância única (planejador, equipe técnica, empreendedor etc.) define arruamento, parcelamento, espaços e equipamentos públicos ou coletivos e edificações, numa única operação ou em operações conjugadas. O empreendimento assim planejado define, por si só, um ambiente urbano, uma vizinhança ou, enfim, um espaço cotidiano. Portanto, trata-se de um espaço que não resulta de um processo histórico ou orgânico de produção, mas de deliberações feitas principalmente no momento do planejamento com o pressuposto de que, uma vez construído, o empreendimento estará 'pronto' e não precisará ser modificado. (KAPP, 2012, p.8)

O impasse com relação à manutenção vem dessa lógica, de que o espaço seria entregue "pronto" para ser utilizado. No entanto, áreas verdes são deixadas à revelia pelo poder público e demonstram o descompasso entre o que se pensa e como se executam as intervenções, criando possibilidades de conflito.

(...) Nos *Conjuntos de interesse social* (Tipo 1) verticalizados cujas unidades não têm acesso direto ou áreas externas privativas (os prédios de apartamentos), os maiores problemas ocorrem justamente nas áreas condominiais, incluindo corredores, fachadas e espaços residuais em torno das edificações. Os

planejadores supõe que os moradores devam fazer a manutenção dessas áreas, mas como são estruturadas e regradas para impedir iniciativas locais, isso raramente acontece. Só há manutenção quando há novas intervenções do poder público. (KAPP, 2012, p. 9)

As áreas verdes muitas vezes tornam-se espaços “inúteis” (comentário de Isadora) para os moradores, isso quando não criam problemas por si só. No prédio 1, Fernando e seu pai roçaram a área do barranco e usaram um produto chamado Roundup para “baixar o mato”. No prédio 5, Wagner disse capinar as áreas verdes do entorno. Mas essas são excessões à regra; é mais comum que os moradores não intervenham nessas áreas.

Mesmo que eu tenha deixado claro que não tinha relação com qualquer órgão público, reclamações e demandas dos moradores para a prefeitura eram constantemente colocadas em discussão. Na conversa coletiva do prédio 5, os moradores comentaram sobre a falta de manutenção conscientes de que a prefeitura não se responsabiliza por isso depois de algum tempo, embora tenham se mostrado confusos com o período:

Wagner: Na verdade, prefeitura não vem dar manutenção aqui, não.

Joana: Que a manutenção é dois anos, depois de dois anos não tem manutenção mais.

Wagner: Cinco anos. Cinco anos que eles falam, é a lei, né? Então assim, eles nunca vêm dar manutenção, não. Não tem manutenção nenhuma.

(Conversa coletiva prédio 5)

Regina, do prédio 2, foi uma moradora que reclamou muitas vezes sobre o mato alto em seu prédio, esperando alguma atitude por parte da prefeitura.

Regina: Problema muito sério e muito grave. Está horrível isso aí, é um matagal. É cobra, é rato, é barata, tudo que é inseto. A gente dormiu com cobra dentro de casa. Entendeu? Eu não estou mentindo não, é verdade. É aranha, é escorpião, aquela ‘lacriona’ perigosa. É desse jeito. Ninguém está nem aí, não. [...] Depois que o Márcio Lacerda entrou, que atrapalhou tudo. Antes era tudo direitinho, a gente ligava, pedia as coisas vinha tudo direitinho, tudo direitinho. Pimentel arrumou isso, ficou um brinco.

(Conversa coletiva prédio 2)

Ela pareceu não estar ciente de que a prefeitura não faria a manutenção depois de dois anos e relaciona a mudança de prefeito com o descaso com o Aglomerado. O mandato de

Fernando Pimentel como prefeito foi até o final de 2008, que coincidiu com o fim do período de manutenção pela Urbel. De toda forma, o mato nasce em uma área de difícil acesso e de fato praticamente impossibilita o corte pelos moradores.

Figura 20: Mato no prédio 2



Foto: Débora Moura (2017).

Regina: Esse capinzão aí que a Prefeitura não toma uma providência. Eu, não tem como eu ir capinar ali. Porque isso é pirambeira, isso é coisa para eles, está na hora de limpar essa porcaria aí. [...] Isso é a prefeitura que tem fazer, não é nós. Aqui só mora idoso. Tem uns que não 'é idoso' mas trabalha.
(Conversa coletiva prédio 2)

Regina chamou a atenção, ainda, para queimadas que ocorrem nessas áreas verdes quando o mato está muito alto - que os moradores do prédio 5 também relataram - e que trazem prejuízos para os prédios:

Regina: E aí, volta e meia, a gente está com problema, que 'nego' passa aí em bando, 'taca' fogo, aí explode negócio de luz, aí nós fica sem luz a noite toda. Tem dois postes aqui também que 'está' sem lâmpada, tem mais de ano que está aí. E o Márcio Lacerda, nada, ele não vem de jeito nenhum. Quando era

na época de Pimentel, era muito bem monitorado, nós cuidávamos disso aqui muito bem. Mas após o mandato dele venceu, aí entrou o Márcio Lacerda. Esse homem foi um horror. Ele nada fez aqui, só fez prejudicar os moradores, prejudicar todo mundo, deixou uma invasão horrorosa aqui, estragou a vila toda, os trabalhos do Pimentel, os parques 'está' tudo invadido aí. E ele trabalhou pro prol dele, o pobre ele abandonou.
(Conversa coletiva prédio 2)

Por seu passado de lutas pela melhoria, Regina fica indignada com as mudanças que vem acontecendo no Aglomerado, nos últimos anos.

Regina: Tudo aqui 'foi' nós que 'buscou'. [...] Agora, eu morando aqui embaixo não estou vendo nada lá. Porque o que acontece, eu fazia muita coisa, eu não deixava acontecer, não. Eu corria atrás, eu pegava, eu olhava. Mas estou aqui agora, não tem como né?
(Conversa coletiva prédio 2)

Regina foi a moradora entrevistada que mostrou-se mais ativa antes da mudança para o prédio; como ela contou, sempre buscou melhorias para o Aglomerado da Serra. Apesar disso, disse que agora fica difícil para ela aproximar-se das questões comuns, ficando à parte dos assuntos do Aglomerado como um todo.

O afastamento de moradores que passam a morar nos prédios se dá principalmente por uma mudança na lógica de ocupação e de relação entre os moradores. Na favela, havia resquícios de um domínio público e isso ocorre por diversas razões. Em *A condição humana*, Arendt (2010) apresenta as noções de esfera pública, privada e social; será importante compreender seu pensamento para analisar as realidades da favela e dos prédios. Segundo a autora, a gênese das esferas pública e privada ocorreu nas cidades políticas da Antiguidade - o exemplo usado por Arendt é a *pólis* grega - e cada uma delas tinha seu papel e limite bem definidos.

Uma vez que as razões que levam à existência da vida são obscuras, não compreendidas pela racionalidade humana, as necessidades próprias ao ciclo vital eram ocultas, limitadas ao domínio privado. Neste domínio ocorriam, então, atividades relacionadas à manutenção da vida, entre elas o trabalho. Os escravos e as mulheres, dominados pelo chefe da família - que governava a casa - e voltados para a realização destas atividades, permaneciam restritos à esfera privada (ARENDR, 2010).

O domínio público era reservado, assim, aos homens livres. O termo “significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. (...) A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos (...)” (ARENDT, 2010, p. 61). As atividades admitidas na esfera pública eram aquelas consideradas superiores pelos gregos: o discurso e a ação. Por meio delas, os homens congregavam-se em torno dos assuntos comuns e tinham a possibilidade de transcender à vida terrena (ARENDT, 2010).

É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por séculos tudo o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo. Durante muitas eras antes de nós - mas já não agora -, os homens ingressavam no domínio público por desejarem que algo seu, ou algo que tinham em comum com os outros, fosse mais permanente que as suas vidas terrenas. (...)

(...) Pois a *pólis* era para os gregos, como a *res publica* para os romanos, antes de tudo sua garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência dos mortais, se não à sua imortalidade. (ARENDT, 2010, p. 68-69)

Somente na luz da esfera pública seria possível alcançar a excelência. Há coisas que não suportariam essa luz e o irrelevante não pode ser abrigado nela; por isso, o irrelevante e as atividades consideradas inferiores se tornam naturalmente privados. Há, assim, um equilíbrio entre as esferas que permite sua coexistência (ARENDT, 2010).

A propriedade era um meio de assegurar a possibilidade de participar do mundo comum, ao mesmo tempo sendo um refúgio da publicidade. Uma vida vivida totalmente no domínio público se tornaria superficial. A importância do espaço privado para a coletividade era tão grande que a linha divisória entre as casas relaciona-se com a origem da palavra grega *nomos*, que significa lei, mas também distribuir, possuir e habitar; origem de palavras como autonomia e heteronomia. O valor dado à propriedade então difere da noção moderna de propriedade privada, uma vez que esta se tornou uma riqueza como qualquer outra, perdendo o valor de uso do espaço (ARENDT, 2010).

A *vita activa* vem da tradição do pensamento e originalmente referia-se a um modo de vida político. Opõe-se à *vita contemplativa*, voltada para uma apreensão da eternidade e que era valorizada pelos filósofos da Grécia antiga e foi o modo de vida predominante no feudalismo

Europeu, sob a religião cristã. A *vita activa* volta a ter importância na retomada das cidades no medievo, mas de maneira diferente: “Com o desaparecimento da antiga cidade-Estado (...), a expressão *vita activa* perdeu o seu significado especificamente político e passou a denotar todo tipo de engajamento ativo nas coisas deste mundo” (ARENDT, 2010, pág 16). O engajamento se dirige, assim, a atividades da obra e, posteriormente, do trabalho. A obra e o trabalho se distinguem, para Arendt (2010); a primeira representa a condição da mundanidade, em que - por meio da violência e para a transformação de matéria prima - são criados artefatos, com durabilidade, enquanto o trabalho mantém o homem preso ao ciclo vital, sendo ainda mais distante de uma forma digna de vida.

Com as transformações próprias da modernidade, a organização política, as atividades humanas predominantes e a relação entre as pessoas mudam drasticamente. A sociedade “(...) não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis” (ARENDT, 2010, p. 46).

Os Estados-nação caracterizam-se por uma administração similar à do chefe da família e são orientados para assegurar a riqueza individual - que era originalmente privada -, tendo a economia como principal preocupação coletiva. Surge a esfera social, que

(...) exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma enorme família que tem apenas uma opinião e um único interesse. Antes da moderna desintegração da família, esse interesse comum e essa opinião única eram representados pelo chefe do lar, que comandava segundo essa opinião única e esse interesse, e evitava uma possível desunião entre os membros da família. A notável coincidência da ascensão da sociedade com o declínio da família indica claramente que o que ocorreu, na verdade, foi a absorção da unidade familiar por grupos sociais correspondentes. (...) O fenômeno do conformismo é característico do último estágio desse moderno desdobramento. (ARENDT, 2010, p. 48-49)

Ao reunir pessoas sob uma igualdade idealizada, onde os conflitos são amenizados pela opinião única “(...) a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária” (ARENDT, 2010, p. 49). Faz com que não haja algo que se interponha a eles;

Arendt (2010) ilustra com o exemplo de pessoas em torno uma mesa em uma sessão espírita; se subitamente a mesa desaparecesse, essas pessoas “já não estariam separadas, mas tampouco teriam qualquer relação entre si por meio de algo tangível” (ARENDR, 2010, p. 64).

O domínio público, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que caiamos uns sobre os outros, por assim dizer. O que torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvido, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato que o mundo entre elas perdeu seu poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las. (ARENDR, 2010, p. 64)

Ao mesmo tempo em que a esfera pública deixa de ter sua importância de relacionar as pessoas, há um “(...) enorme enriquecimento da esfera privada por meio do moderno individualismo” (ARENDR, 2010, p. 47). A esfera pública passa a existir como uma função da esfera privada, que se torna a preocupação comum, como já dito. Mesmo assim, todas as outras esferas vão sendo dominadas pela social, que se amplia com rapidez:

Desde o advento da sociedade, desde a admissão das atividades domésticas e da administração do lar no domínio público, uma das principais características do novo domínio tem sido uma irresistível tendência a crescer, a devorar os domínios mais antigos do político e do privado, bem como a esfera da intimidade, instituída mais recentemente. Esse constante crescimento, cuja aceleração não menos constante podemos observar no decorrer de pelo menos três séculos, deriva sua força do fato de que, por meio da sociedade, o próprio processo da vida foi, de uma forma ou outra, canalizado para o domínio público. (...) Uma das características da privacidade, antes da descoberta do íntimo, era que o homem existia nessa esfera não como um ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie animal humana. Residia aí, precisamente, a razão última do vasto desprezo nutrido por ela na Antiguidade. (...) (ARENDR, 2010, p. 55-56)

A sociedade moderna, sendo uma sociedade de trabalhadores e, ao mesmo tempo, de consumidores - uma vez que trabalho e consumo são parte do mesmo ciclo vital - tem seus membros quase unicamente voltados para o sustento de si próprios. Por mais que atinja uma certa excelência na atividade do trabalho, com o desenvolvimento de tecnologias para as quais muitas vezes não há uma real demanda ou sem que os criadores possam vislumbrar seus desdobramentos, eles perdem seu caráter humano, que o distingue dos demais animais (ARENDR, 2010).

Com isso, apesar de a autora considerar que na modernidade não há uma esfera pública estabelecida, pode-se inferir que a condição da favela apresenta maior possibilidade de existência um domínio público do que a dos prédios. Como um morador disse, “há mais individualidade do que antes, nos barracos” (Conversa coletiva prédio 5); mesmo que vivam em prédios, agora os moradores são forçados a conviver com pessoas com as quais talvez não se relacionassem, não fosse o fato de obrigatoriamente dividir espaços e contas. Regina foi uma das moradoras a lamentar o fato de não terem se mantido as relações de vizinhança. “[...] eles tinham que ter selecionado as pessoas para por aqui. [...] Podia ser gente conhecida” (Conversa coletiva do prédio 2). Em apenas um dos casos, a maior parte da vizinhança original se manteve: no prédio 5.

Além dessa questão, que difere da relação entre vizinhos na favela (principalmente naquelas mais consolidadas, onde geralmente as pessoas se conhecem desde o início da ocupação e buscaram juntos por provisão de infraestrutura e transporte público, por exemplo), temos nos prédios uma imposição de cima para baixo da forma em que cada família deve viver e um engessamento das unidades habitacionais que, dadas como prontas, como já dito, dão a sensação de que não seria necessário lutar por mudanças e melhorias. O acomodamento dos moradores, somado ao comportamento normatizado que se espera deles - para uma boa convivência entre vizinhos, é preciso que cada um cumpra certas “regras”, como evitar fazer barulho, especialmente à noite, não deixar animais livres nas áreas comuns etc.) - faz com que os resquícios do domínio público desapareçam.

E isso se reflete na desconfiança com relação a presença de pessoas estranhas ao prédio, que não sejam moradores. Sobre o caráter dos espaços de uso coletivo, a maioria considera que são (semi)privados, restritos aos vizinhos do mesmo prédio, e pensam que o ideal é permanecer assim. Wagner, num descuido, refere-se ao espaço comum como se fosse seu:

Wagner: No caso, o meu espaço aqui, o espaço aqui é privado né? É privado, é só para os moradores daqui.

Joana: Porque eles não vem para cá para ajudar, eles vêm pra bagunçar.

Wagner: Mas tem que restringir mesmo o acesso de pessoas de fora para cá porque não dá, não. Já pensou, os outros de fora virem para cá? Se colocar churrasqueira nas costas [...]. Tem que tem alguém para falar alguma coisa, porque senão vira bagunça.

(Conversa coletiva prédio 5)

No prédio 6, os participantes se mostraram aliviados com o conserto da fechadura do portão, que impediu o acesso de pessoas de fora, antes mais comum:

Mônica: Agora que fechou o portão é mais nosso. Porque antes colocava moto aqui.

Isadora: Estava sem fechadura, então o pessoal, às vezes estava subindo aqui para ir comprar alguma coisa, eles vinham e subiam a escada para poder cortar caminho. Vinham, deixava a moto aqui, saíam. Agora, arrumou o portão aqui, está deixando fechado, às vezes eles vem e o portão está fechado, eles voltam. Então é da gente mesmo.

(Conversa coletiva prédio 6)

Isadora havia dito na entrevista individual que a área comum era, ainda, um local em que pessoas envolvidas com o tráfico de drogas costumava esconder motos roubadas, deixando-as ali por algum tempo. Ela disse, então, que por morar no primeiro andar teria “menos liberdade”, pela possibilidade iminente de ter pessoas desconhecidas usando o espaço.

Já no prédio 1, na conversa coletiva, os moradores concordaram com o uso da expressão “espaço de uso coletivo” para se referir ao espaço comum de acesso dos moradores, utilizando eles mesmos o termo “público”. Gilberto contou que ficou explicando uma vez em reunião de condomínio para uma vizinha que o espaço era comum de todos, que tinha que ter mais cuidado que no espaço da casa pois deveria ser preservado para os outros moradores. A consciência de que o espaço se torna responsabilidade coletiva também aparece em um papel pregado no portão com a mensagem: “Parabéns por passear com seu cão. Obrigado por recolher as fezes dele, afinal... ‘O prédio é parte pública e não privada do seu animal’”.

Regina contou, na conversa coletiva do prédio 2, que um funcionário da Urbel uma vez falou com ela e os vizinhos da mesma rua: “O espaço de vocês é o apartamento. Lá vocês mandam. Mas, do lado de fora, ninguém manda. É de todos”. Mesmo assim, em outro momento da conversa, ela disse: “Para mim, é privado né? Que é para os ‘morador’. Mas aqui tem essa rua, bicho entrando”.

Figura 21: Área de acesso para o prédio 2



Fonte: Google Street View. Disponível em: <<http://www.maps.google.com>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Ainda durante a conversa, Carlos falou sobre um plano de alguns vizinhos de colocar portão fechando o acesso. Regina explica que isso seria proibido porque ali é rua, ou seja, seria espaço público de responsabilidade da Prefeitura. Ela repete muitas vezes um discurso que seria dos técnicos da Urbel; para ela, o que eles dizem “é isso e pronto”:

Regina: A Urbel não permite portão aqui, porque não pode, é contra a lei. Eu mesma falei e pronto. É contra a lei porque isso aqui é rua, né? É rua dos moradores, mas é uma rua que aqui tem que entrar caminhão de entrega, caminhão de mudança. Entendeu? Porque não pode ficar carro aqui de caminhão de mudança no meio da rua porque é perigoso. Então é entrada, não pode ser fechada, é uma rua, é proibido. [...] Eu falei, eu não quero encrenca, confusão com a Urbel. E o que eles ‘falar’, está falado. E vamos respeitar o direito, né? Porque se fosse para colocar portão, eles mesmos colocariam. Então, se eles não colocaram, é porque não pode, é proibido.
(Conversa coletiva prédio 2)

A moradora contou também sobre o estacionamento de carros na rua que dá acesso para seu prédio, a regra que a Urbel definiu e o que de fato acontece.

Regina: O estacionamento aqui que é problema. É um problema sério. Negócio de botar carro.

Entrevistadora: É quem chegar primeiro que para?

Regina: É, que colocam. É, aqui tem ‘esses’ espaço. Mas aqueles que não

tem a garagem, aí 'coloca' aqui. Mas o pessoal do prédio de lá que quer parar aqui. [...] A garagem foram os próprios moradores que 'começou'. Aí a Urbel interferiu, fez reunião e deu um modelo. [...] A Urbel 'falou', não pode cada morador pegar um espaço e falar: 'isso é meu, garagem é minha'. 'Ela' explicou, se sua garagem tiver desocupada e tiver um morador com o carro e não ter lugar para parar vai ter que por. Não acontece, cada um tranca sua garagem.

(Conversa coletiva prédio 2)

No prédio 1 que, como dito anteriormente, conta com uma área razoavelmente grande para usos de permanência, surgem intenções relacionadas a estacionamento que ameaçam a manutenção desses usos.

Figura 22: Bancos na área comum do prédio 1



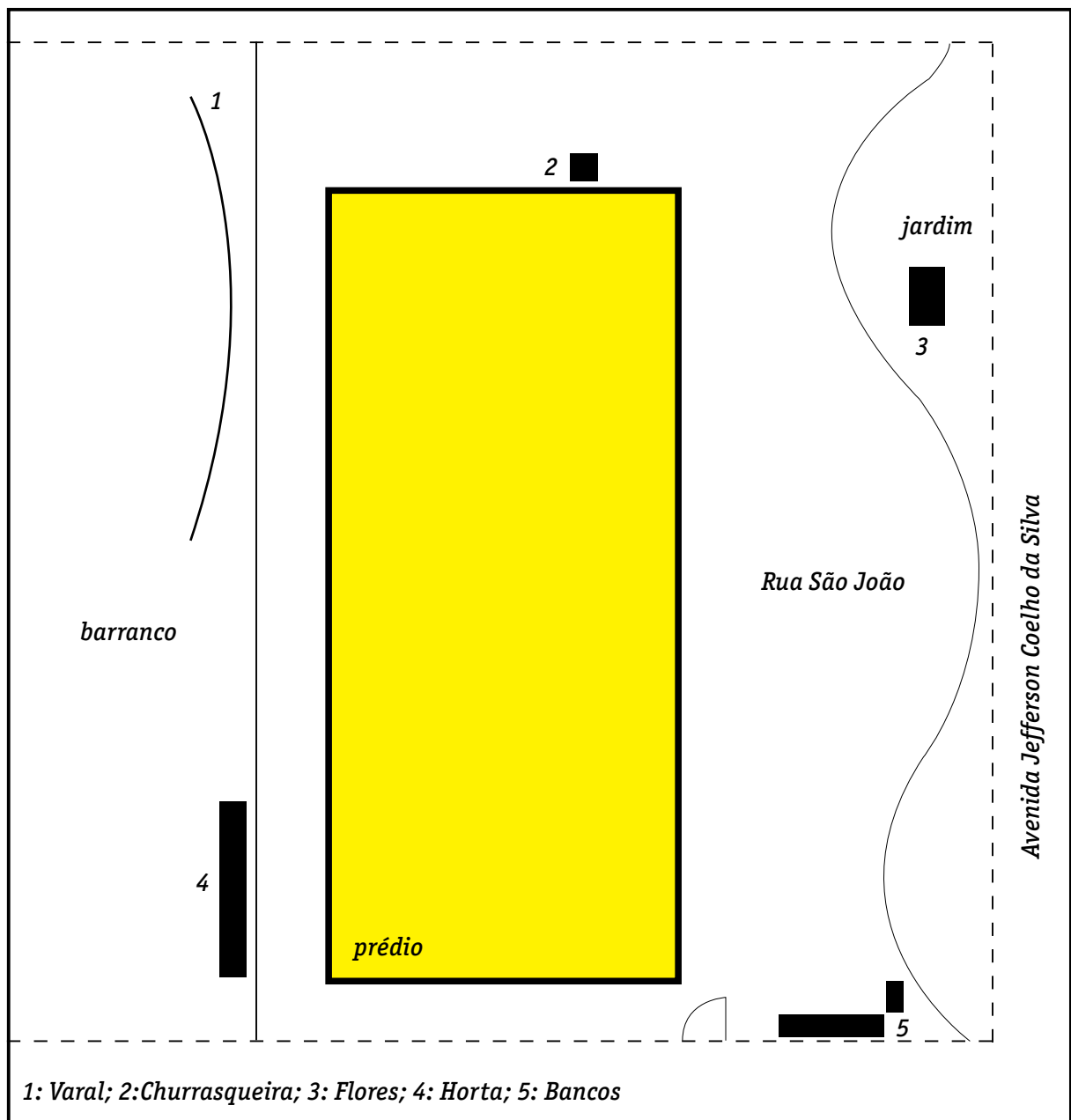
Foto: Débora Moura (2017).

Os usos que acontecem atualmente são as brincadeiras das crianças, as festas na área da churrasqueira, em que fazem churrascos menos de uma vez por mês. Os bancos, usado pelos mais novos até os mais velhos, foram feitos por Fernando, seu pai, Márcio e Gilberto. Há um varal compartilhado, que fica perto do barranco e da área de churrasco. O pai de Fernando cultivava uma pequena horta nos fundos do prédio; preparou a terra com esterco da roça. Há ainda plantas e flores de Laura, plantadas quase sempre em vasos uma vez que o jardim tem uma fina camada de terra sobre piso de cimento (fig. 23). Percebe-se claramente que os moradores produzem espaço segundo uma lógica mais próxima daquele produzido nos barracos e nos

espaços públicos próprios da favela. No entanto, como já foi dito, eles almejam uma realidade que se aproxima de conjuntos habitacionais comumente encontrados no mercado imobiliário, próprios das classes médias.

Gilberto pensa em colocar brita em parte do jardim, aproveitando o espaço para outros usos (outros moradores sugeriram a construção de um quiosque no local). Pensa também em ajeitar a churrasqueira, colocando uma cobertura da lateral do prédio até a divisa do terreno. Renata utiliza a expressão “área de convivência” para se referir a essa ideia. Outro plano dos moradores para o local, segundo ele, seria de criar vagas de estacionamento na área.

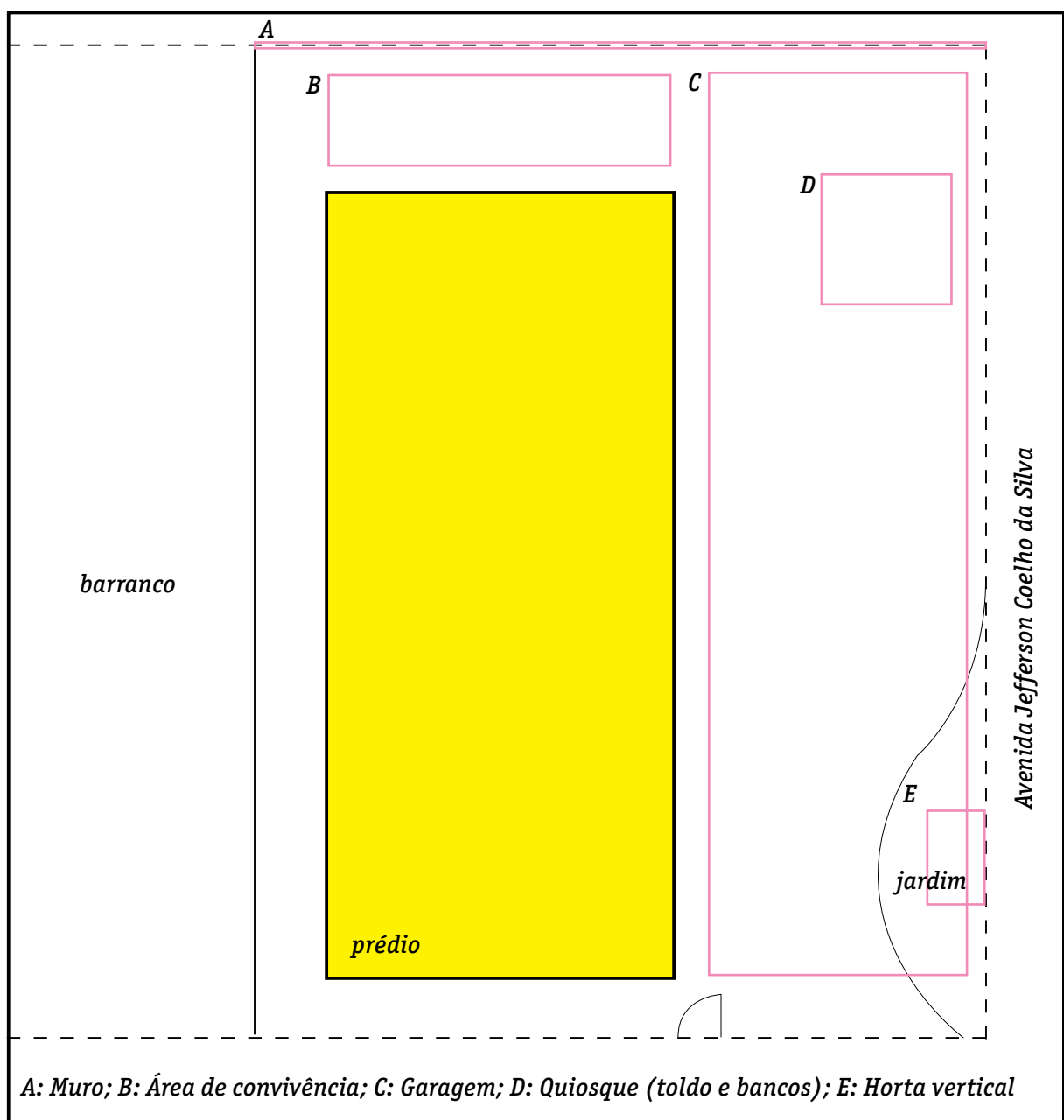
Figura 23: Croqui: Intervenções pontuais e usos no prédio 1



Fonte: Elaboração própria (2017).

Ao perguntar qual intervenção que ele faria, ele opta pela última, que demandaria fazer rampa de acesso para carro e tirar todo o jardim da frente. Seria possível criar seis vagas, segundo a previsão de Gilberto. Mas ele mesmo diz que teriam que ver na Prefeitura se seria aceito.

Figura 24: Croqui: Planos para intervenções futuras no prédio 1



Fonte: Elaboração própria (2017).

O fato de escolher essa opção, a mais radical, e de haver outros vizinhos que apoiam a ideia demonstra que a priorização de carros pode se sobrepor a demandas comuns existentes por uma área externa, uma vez que ela é bastante utilizada atualmente. Outros vizinhos, no entanto, acham absurda essa possibilidade, como é o caso de Fernando. Fernando, por mais que pense em mudar-se do apartamento, pois isso significaria para ele crescer, está bastante envolvido nas ações que ocorrem nas áreas comuns e deseja acima de tudo melhorar o local.

Finalmente, as opiniões sobre o apartamento com relação a onde morava antes variam bastante; Wagner é um dos que acreditam que o apartamento foi bom para sua família, embora tenha críticas: “Pelo tamanho, até que não é ruim não, por que lá em cima no barraco, faz de qualquer jeito né? Aqui foi engenheiro, arquiteto, teve um pessoal né? Mas a reclamação principal é dos materiais mesmo. [...] Material de péssima qualidade mesmo” (Conversa coletiva prédio 5). Por outro lado, ele aponta que nem todos ficaram satisfeitos com a mudança:

Wagner: Se você for olhar no aspecto de foi bom pra quem e ruim pra quem, aí você teve muita gente. Foi bom pra muitos e ruim pra muitos. Tem pessoa que não teve escolha. Pessoa que tinha um barraco com um cômodo e um banheiro, a indenização dele ia dar uns 20 mil, ele teve que vir pra cá. Mesmo que ele tendo uma área lá da casa dele que dava pra fazer mais casa, mas... o que ele tinha era aquilo ali. A prefeitura não estava pagando terreno, só estava pagando obra no terreno né? Então assim, pra muita gente não teve opção não.

(Conversa coletiva prédio 5)

De fato, grande parte dos moradores do Aglomerado removidos tinham a intenção de permanecer na favela e, para muitos, a única opção seria morar nos apartamentos construídos pelo programa Vila Viva. Como observado por Luana Motta (2013, p. 90):

A combinação entre desejo de ficar na favela, indenizações baixas (apenas das benfeitorias), especulação imobiliária na favela devido às intervenções e a exigência do Programa de reassentamento monitorado de que o imóvel a ser adquirido esteja em situação legal (o que exclui aqueles localizados na favela) resultou em um cenário no qual os apartamentos se tornaram a única chance de permanência no local, o que levou muitos moradores a “escolherem” morar nos conjuntos construídos na própria favela.

Apesar de as três opções de indenização estarem previstas pelo Programa, muitos entrevistados que saíram de suas casas por estarem em área de risco afirmaram que não tiveram opção (...).

Mesmo optando pelos apartamentos, são comuns reclamações de moradores, o que reflete a dificuldade de adaptação acarretada pela mudança de tipo habitacional, pelo maior gasto e pela ausência de quintal e de becos e ruas à porta de casa, que configurem espaço de permanência e encontro. Além disso, como relatado por Wagner, há muitos problemas com os materiais utilizados e a execução, como problemas em encanamentos (MOTTA, 2013).

2.4 Análise crítica das primeiras conversas

As etapas de entrevistas e de conversas coletivas foram importantes para iniciar a abordagem dos assuntos com os moradores, proporcionando discussões que para eles eram relativamente novas, sobre os espaços de uso coletivo e os impactos que a produção e o uso trazem para a vida cotidiana nos prédios.

O conhecimento adquirido e a compreensão ampliada dos moradores após a elaboração de cada etapa foram fundamentais para que a pesquisa fosse dinamizada e se transformasse ao longo do processo. No entanto, limitações podem ser observadas com relação às atividades propostas.

Nas entrevistas individuais, como dito anteriormente, a base da primeira dinâmica era inspirada nos *Exercícios de Escuta* de Livingston (2006). Essa escolha se mostrou positiva para que os moradores manifestassem suas opiniões e ideias acerca dos espaços coletivos, pois os desenhos eram feitos com foco – um melhor detalhamento, por exemplo – nessas áreas.

O que se mostrou menos eficiente foi a entrevista semi-estruturada preparada, que poderia ter sido mais direcionada para o que eu buscava entender. Os comentários acerca dos problemas encontrados muitas vezes remetiam a questões individuais do apartamento ou gerais sobre os materiais utilizados na construção, e não sobre os espaços coletivos. O tema relacionado ao espaço público e as opiniões pessoais acerca disso não trouxeram discussões mais amplas, como foi esperado inicialmente. Conhecer mais da realidade anterior à mudança para os apartamentos também teria sido interessante; houve a tentativa de retomar o assunto no experimento, como veremos adiante.

As conversas informais da etapa de entrevistas individuais poderiam ter sido feitas com mais tempo e horário marcado. Com isso, o envolvimento dos moradores em etapas posteriores

poderia ter sido mais consistente, visto que contribuições como a de Camila, do prédio 7, por exemplo, foram muito relevantes para a discussão.

De maneira geral, acredito que o diálogo com a lente teórica poderia ter sido mais bem desenvolvido, talvez pela introdução de elementos da teoria já nas conversas coletivas, que acabaram sendo apenas um aprofundamento dos assuntos discutidos anteriormente. No entanto, isso seria interessante principalmente para adiantar etapas, o que possibilitaria uma eficiência maior no processo, mas não necessariamente uma melhor forma de aproximação da comunidade.

Figura 25: Apropriação de espaços - varal no prédio 6



Foto: Débora Moura (2017).

Figura 26: Detalhe espaço coletivo do prédio 2



Foto: Débora Moura (2017).

Figura 27: Apropriação de espaços - churrasqueira no prédio 1



Foto: Débora Moura (2017).

CAPÍTULO 3

IMPOSIÇÃO E CONTRADIÇÕES NOS ESPAÇOS COLETIVOS

O presente capítulo apresenta a descrição da etapa denominada experimento, além de análises críticas deste e da pesquisa-ação. Investiguei as consequências da imposição da forma de habitação e suas contradições, que se manifestam na produção do espaço coletivo. O experimento aconteceu no dia 13 de maio, um sábado, por volta das 17h. Os participantes foram Wagner, Catarina, Joana e seu irmão, Marcos, do prédio 5, e Gilberto, morador do prédio 1.

3.1 Definição do experimento

O chamado Experimento 1 foi pensado no planejamento inicial como uma dinâmica em um dos prédios participantes, escolhido de acordo com o envolvimento das pessoas. Essa dinâmica consiste em apresentar para os moradores algumas imagens de áreas de lazer de apartamentos padrão em contraste com usos variados de espaços públicos, com apropriação ativa pelas pessoas.

Figura 28: Área de convivência e playground de prédios de apartamentos padrão.

Fonte: Folha Vitória. Disponível em: <http://www.folhavitoria.com.br/economia/noticia/2016/07/condominios-apostam-em-diferenciais-na-area-de-lazer.html>.



Figura 29: Uso e intervenções em espaço de estacionamento, na França



Fonte: À nous le parking. Disponível em: <http://www.collectifetc.com/realisation/a-nous-le-parking-2>.

Figura 30: Intervenções em espaços públicos

A intenção era promover a discussão sobre as “áreas de convivência” e “de lazer” que, como demonstrado anteriormente, muitas vezes foram colocadas nas entrevistas e conversas coletivas como desejáveis para espaços comuns.

Em um segundo momento, os participantes manipulam croquis com perspectivas dos espaços e recortes de objetos e elementos sobre os quais falaram nas primeiras conversas e que poderiam dispor nos espaços, um exercício para entender as prioridades e interesses do conjunto de moradores. O Experimento 1 seria realizado no prédio 1; este foi escolhido por ter sido o que mais moradores alcançou nas etapas anteriores e cujas possibilidades de intervenção foram mais exploradas. Tentei marcar com os moradores quatro vezes, mas em nenhuma delas consegui reunir mais de um morador e, pela necessidade de seguir em frente com o processo, não realizei essa etapa e foquei no desenvolvimento da seguinte, mudando a estratégia de mobilização.



Fonte: Street Seats for the People: Bold Guerrilla Furniture. Disponível em: <https://weburbanist.com/2012/03/06/street-seats-for-the-people-bold-guerrilla-furniture>.

Após o Experimento 1, o planejamento inicial previa a realização de um seminário. Mas, pela não realização do Experimento 1 e pela constatação de que seria ainda precoce essa proposta, que demandaria uma atuação mais efetiva pelos participantes, optei por adaptar a ideia inicial e desenvolver interfaces para levar aos moradores, que passarei a denominar simplesmente “experimento”. A intenção seria abordar os assuntos de interesse para a pesquisa e que fossem também relevantes para os moradores de diferentes prédios, na tentativa de envolvê-los por uma forma de mobilização mais incisiva, explicando a cada morador a importância daquela etapa e convocando para uma data e horário mais fáceis para eles. Na segunda tentativa de fazer o experimento, consegui reunir moradores de ao menos dois prédios, o que me pareceu suficiente para a discussão almejada.

O experimento consistiu, de fato, na interação dos moradores com três interfaces desenvolvidas especificamente para a nova situação. A motivação para o prosseguimento do experimento sob novas circunstâncias foi buscada no pensamento de Paulo Freire, a partir da interpretação de Brown (1978).

Houve uma tentativa de abordar mais incisivamente nesta etapa as práticas culturais e hábitos, que começaram a ser identificados nas primeiras conversas. A interpretação livre do pensamento de Freire a partir de seus princípios para a educação de adultos em condições de opressão foi inspirada em passagens como a que se segue:

(...) Freire e seus colegas discutiam temas de nacionalismo, desenvolvimento, analfabetismo e democracia. Eles apresentavam esses tópicos com fotos ou slides, e encaminhavam um diálogo no qual eles trocavam pontos de vista com os não alfabetizados. (...)

No entanto, Freire e sua equipe encontraram muitos não alfabetizados brasileiros tão submersos nas lutas diárias que não tinham consciência se ou como eles poderiam mudar suas vidas de alguma maneira. Eles resistiam à fala de que tinham problemas. Eles acreditavam que as condições de suas vidas eram dadas pela vontade de Deus ou pelo destino. Para mudar essa atitude passiva, Freire introduziu o conceito antropológico de cultura, isto é, a distinção entre natureza e cultura. Freire acreditava que a discussão dessa distinção levaria os não alfabetizados à descoberta de que eles eram criadores de cultura tanto quanto as pessoas alfabetizadas, e que as condições de suas vidas eram feitas por homens e, portanto, sujeitas a mudanças. (BROWN, 1978, p. 6¹⁴)

14 Tradução nossa. No original: (...) Freire and his colleagues arranged discussions of such topics as nationalism, development, illiteracy, democracy. They introduced these topics with pictures or slides,

O experimento foi desenhado para introduzir a ideia de que as pessoas são criadoras de cultura e, portanto, podem transformá-la. A intenção era mobilizar o entendimento de que ocorrem formas de dominação explícitas e implícitas no processo de produção do espaço. Os processos de dominação configuram-se, assim, como uma construção social.

Os slides utilizados por Freire são apresentados a seguir. Foram inspiradores no desenvolvimento de interfaces que, analogamente, seriam importantes para promover a interação desejada na pesquisa-ação.

Figura 31: Slides utilizados por Freire nos círculos de cultura, que mostram a relação do homem com a natureza, com artefatos e produção de cultura. A última imagem é ilustrativa do círculo de cultura.



Fonte: BROWN, 1978.

then led a dialogue in which they exchanged points of view with nonliterate. (...)

Yet Freire and his teams found many Brazilian nonliterate so submerged in their daily struggles that they had no awareness of whether or how they could change their lives in any way. They resisted being told they had problems. They believed that the conditions of their lives were due to God's will or to fate. In order to change this passive attitude Freire introduced the anthropological concept of culture, that is, the distinction between nature and culture. Freire believed that discussing this distinction would lead nonliterate to the discovery that they are makers of culture as much as literate people are, that aspects of their lives are man-made and therefore subject to change.

3.2 Desenvolvimento de interfaces

A interface é uma forma de mediação entre o pesquisador e os participantes. Com esse instrumento, o pesquisador abre mão de um papel central na dinâmica, proporcionando uma interação mais equilibrada entre os participantes. Entre os diferentes tipos, na presente pesquisa optei por interfaces que informassem e ampliassem o imaginário. Inserir informações técnicas e da teoria que permitissem a transferência de conhecimentos sem depender do técnico. Para ampliar o imaginário, apresentei cenários urbanos que levantam a discussão de maneira mais aberta possível, indicando questionamentos mas sem orientar e determinar os caminhos da discussão. As interfaces foram apresentadas em cartões, que funcionaram em uma dinâmica semelhante a de jogos.

Figura 32: Cartões das interfaces 1, 2 e 3



Foto: Débora Moura (2017).

Primeiramente, foram propostas interfaces de maior facilidade de interação, partindo gradualmente para conteúdos de maior complexidade e menos diretamente associados ao cotidiano dos moradores.

3.2.1 Interface 1: temas de discussão sobre os espaços coletivos

A interface 1 partiu da organização de temas de discussão¹⁵ levantados ao longo das entrevistas individuais e das conversas coletivas. Alguns desses temas, indicados a seguir, foram utilizados para a elaboração dos cartões:

Cartão 1:

- Condomínio e regras de uso dos espaços comuns;
- Transformações que imaginam para o espaço.

Cartão 2:

- Limpeza e manutenção das áreas comuns;
- Problemas de falta de manutenção dos espaços comuns.

Cartão 3:

- Histórico, como e quando se mudou para o local;
- Relações de vizinhança.

Cartão 4:

- Problemas que vizinhos e as pessoas “criam”.

Cartão 5:

- Usos, ações e intervenções que se dão nos espaços comuns.

A primeira interface foi desenhada para ampliar as possibilidades de discussão das relações de vizinhança de antes e depois da mudança e a discussão com os moradores participantes sobre essas relações, suas possíveis causas e potenciais soluções. Além disso, algo mais implícito é a tentativa de abordar novamente as questões já discutidas com perguntas novas, de maneira a promover interação entre os moradores. Escolhi os temas indicados acima pela sua pertinência para a pesquisa e para compreender opiniões pessoais, percepções e influências externas que se manifestam na fala dos participantes, trazendo para o debate do tema da transição espacial do informal para o formal a partir da mudança para os prédios.

¹⁵ Os temas são utilizados no Apêndice A para organizar o material das entrevistas e conversas coletivas.

Os cartões apresentam uma estrutura similar entre si, com um relato breve sobre algum aspecto que chamou a atenção em determinado prédio em que foram aplicadas as entrevistas individuais e conversas coletivas, seguido por algumas perguntas relacionadas e com pictogramas ao lado que ilustram as questões. Ao me referir a estes cartões, irei denominar os cartões da interface 1 como *elementos geradores de interação*.

No primeiro cartão (fig. 33), o assunto é o funcionamento do condomínio, de reuniões, de intervenções e sobre os planos para os espaços de uso coletivo. A intenção era entender a dinâmica da relação entre os vizinhos e como os moradores e o síndico lidam com a falta de pagamento e outras transgressões às regras coletivamente definidas para a convivência. Além disso, suscita a discussão sobre as forma de planejamento de intervenções nos espaços comuns.

Figura 33: Cartão 1 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: Condomínio, reuniões e planos de intervenção

Abaixo, temos um relato sobre um dos prédios estudados:



Os moradores fazem reuniões de condomínio, mas geralmente participam apenas metade deles, os que pagam o condomínio. A síndica dá mais satisfação para quem paga o condomínio.
Sempre que vão fazer alguma intervenção nos espaços comuns, fazem uma reunião e convocam todos os moradores para votar e ver quem é a favor ou não (precisa de metade dos votos mais um para ser aprovado).

Todos os moradores do seu prédio pagam o condomínio todo mês?

Os vizinhos aparecem em reuniões de condomínio?

Como funciona quando vão fazer intervenções no seu prédio?

Quais os planos de novas intervenções no espaço comum de seu prédio?

Fonte: Elaboração própria (2017).

No cartão 2 (fig. 34), tive a intenção de abordar a limpeza dos espaços coletivos, relacionando com o lixo jogado nesses locais e com a manutenção de áreas verdes e o papel da Prefeitura. A ideia era mapear conflitos que poderiam surgir pela imposição da demanda de limpeza e manutenção de áreas verdes, que é responsabilidade dos condôminos. Além disso, poderia apontar para as relações de poder dos síndicos e sua capacidade de manter a ordem.

Figura 34: Cartão 2 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: Limpeza, lixo e manutenção de áreas verdes

Abaixo, temos um relato sobre os prédios estudados:

Em alguns dos prédios, cada vizinho limpa apenas a sua área imediata e há revezamento para limpar as áreas comuns. Em outros, não há qualquer revezamento ou discussão coletiva sobre isso. Alguns contratam uma pessoa para capinar a área de jardim de tempos em tempos.


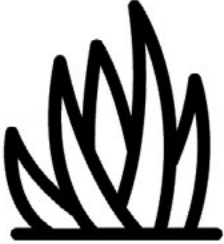
Como funciona a limpeza dos espaços comuns do seu prédio?

Os vizinhos se ajudam na limpeza desses espaços?

Os vizinhos jogam lixo nas áreas comuns?

Como funciona a manutenção dos jardins?

Você acha que a Prefeitura deveria auxiliar na manutenção dessas áreas?

Fonte: Elaboração própria (2017).

O cartão 3 (fig. 35) aborda a perda ou a manutenção dos laços de vizinhança a partir da mudança dos chamados barracos para os prédios. Ele é relevante na medida em que aprofunda a discussão sobre as práticas sociais e os laços afetivos entre os moradores da vizinhança original em comparação com a nova situação.

Figura 35: Cartão 3 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: *Relações de vizinhança e processo de remoção*

Abaixo, temos um relato sobre os prédios estudados:



Sobre a manutenção ou não da mesma vizinhança anterior à remoção, alguns dizem que “se for olhar, é tudo a mesma vizinhança”, ou seja, a maioria dos moradores veio das vilas próximas. Outros dizem que a vizinhança não havia sido mantida, enquanto uma moradora disse que tem gente da vizinhança original que veio para os prédios também. Outra contou que alguns vizinhos de onde morava antes moram na Januária e na Mem de Sá.

Você mantém contato com algum morador de sua vizinhança original?

As relações antes eram diferentes das relações com os vizinhos atuais?

Quais eram as principais questões entre vizinhos antes da remoção?

Para onde foram os vizinhos originais? Ou eles se mantiveram no local?

Fonte: Elaboração própria (2017).

O cartão 4 (fig. 36) buscou levantar conflitos, como aquelas geradas por ruídos e festas, além de provocar a discussão acerca de melhorias ou pioras desde a mudança para os prédios. Assim, tem como foco os possíveis incômodos que a nova condição sócio-espacial imposta ocasionou.

Figura 36: Cartão 4 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: *Conflitos e incômodos nas relações de vizinhança*

Abaixo, temos um relato sobre um dos prédios estudados:



Quando foi entregue o prédio, “estava bonitinho, mas as pessoas não zelam”. Me contaram de uma vez em que moradores fizeram uma festa na entrada de seu prédio, com o som muito alto e muita bagunça, confusão. Chamaram a polícia, mas um pouco depois que as viaturas se foram, o som voltou e não parou até as 11h da manhã do dia seguinte.

Os seus vizinhos já causaram incômodos?

Como funcionam as festas dentro do próprio prédio?

As festas que acontecem no Aglomerado chegam a incomodar em sua casa?

Qual a mudança de quando o prédio foi entregue até hoje? Melhorou ou piorou?

Fonte: Elaboração própria (2017).

O cartão 5 (fig. 37) diz respeito às diferentes formas de apropriação dos espaços coletivos. A intenção desta abordagem foi entender, a partir da reação dos moradores, se e como se mantiveram ações e hábitos cotidianos comuns na favela, como criação de animais e de plantas.

Figura 37: Cartão 5 (elementos geradores de interação, interface 1), com o tema: Usos e ações nos espaços coletivos


Abaixo, temos um relato sobre os prédios estudados:

As ações que acontecem na área comum deste prédio são churrascos e sentar, conversar etc. Junto à churrasqueira há alguns banquinhos fixos e próximo há um pneu pendurado numa árvore, servindo de balanço. Mas as crianças e jovens brincam mais na rua de acesso. Um morador fez um galinheiro na parte de cima do barranco cercado, e mais pra cima cuidava ainda de um pato. Acredita que as árvores ajudam a isolar o som externo para o apartamento.

Quais ações acontecem na área comum do seu prédio?

Você gostaria de cuidar de animais em sua casa?

Seu prédio é arborizado? Você concorda que isola o som?



Fonte: Elaboração própria (2017).

3.2.2 Interface 2: espaços públicos

A segunda interface (que denomino *espaços públicos*) envolve maior capacidade de abstração e relaciona-se à apresentação de ilustrações, em variadas situações, de espaços públicos e diferentes formas de apropriação pelas pessoas. Irei apresentá-la a partir de uma categorização¹⁶ das imagens nos seguintes grupos espaciais, relativos à cidade de Belo Horizonte:

- Espaços públicos de bairro (menos adensado ou mais adensado): Ilustrações 1 e 2;

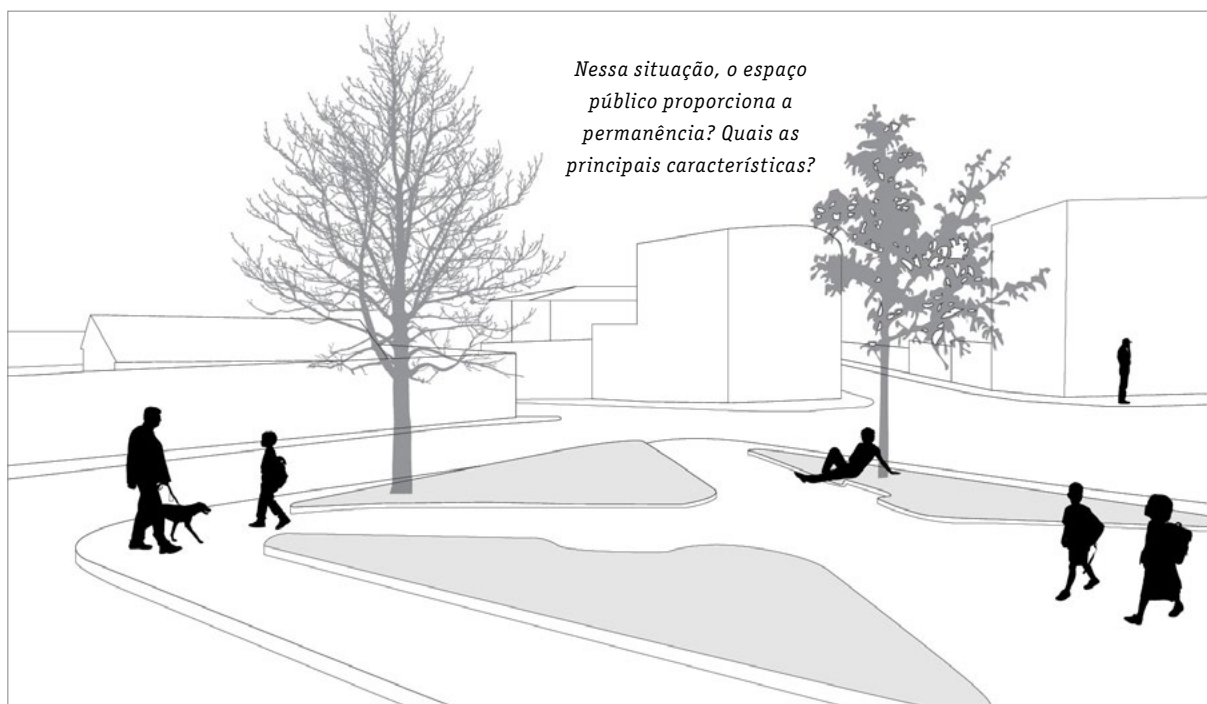
¹⁶ Tal categorização foi utilizada para o desenvolvimento das ilustrações, que são retomadas a partir da minha monografia de TCC (MOURA, 2013).

- Espaços públicos do centro¹⁹ (hipercentral, residencial ou comercial): Ilustrações 3, 4 e 5;
- Espaços públicos de vilas / aglomerados (consolidados ou urbanizados): Ilustrações 6 e 7.

Ao trazer para a discussão as ilustrações da primeira categoria (bairro), minha intenção era observar reações e percepções dos moradores acerca de espaços públicos que, apesar de terem em comum o fato de ser mais providos de recursos (técnicos, econômicos etc.) do que a favela, não configuravam sempre espacialidades adequadas para a permanência das pessoas.

Na ilustração 1 (fig. 38), tem-se como cenário uma área residencial de um bairro pouco adensado de Belo Horizonte, com construções residenciais unifamiliares, pouca oferta de comércio e serviços em vias de baixo tráfego, sem possibilidade de convívio na calçada. Ainda que haja uma praça, essa não tem muitos elementos de sombra ou mobiliário para sentar, o que torna o espaço pouco atraente para permanência, caracterizando-se como espaço de passagem.

Figura 38: Ilustração 1 (espaços públicos, interface 2), com o tema: Bairro pouco adensado

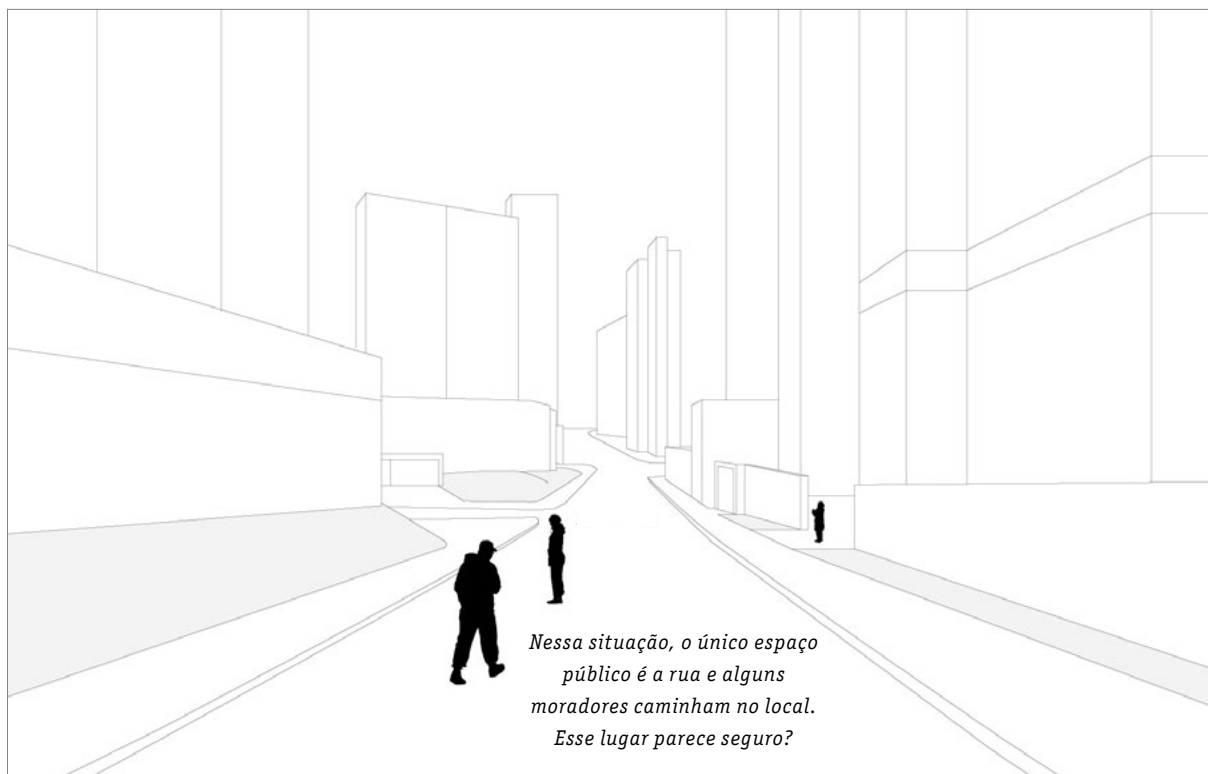


Fonte: Elaboração própria (2017).

¹⁹ Como “centro”, refiro-me à área interna delimitada pela Avenida do Contorno, em Belo Horizonte.

A ilustração 2 (fig. 39) mostra uma visada de uma rua de bairro altamente adensado, com edifícios multifamiliares de apartamentos para a classe média e alta. Minha percepção sobre a imagem é descrita a seguir. A conformação da rua, sem espaços voltados para a permanência, privilegia o trânsito de automóveis. O espaço das calçadas não configura sequer um espaço agradável à passagem de pedestres, pelas calçadas estreitas e ausência de vegetação. O zoneamento monofuncional provoca monotonia aos transeuntes. A segregação social, transmitida implicitamente pela própria espacialidade, manifesta-se no controle por seguranças e porteiros, na falta de praças (as áreas de lazer encontram-se no interior dos prédios, apartadas da rua) etc. Os espaços verdes não promovem uso e, na prática, não fazem parte do espaço público, uma vez que ocupam terrenos privados e seu uso é controlados pelos seguranças e porteiros. A pergunta presente na ilustração relaciona-se à sensação de segurança ou de insegurança que a imagem transfere aos participantes do experimento. Minha intenção ao levar essa imagem era provocar a discussão acerca da qualificação do espaço e das lógicas de consumo, além da própria questão da padronização de desejos, já anunciada anteriormente. Embora algumas das demandas e desejos da classe média sejam transferidos por meio da publicidade à classe baixa, a ideia era compreender se teriam interesse em viver nesse tipo de ambiente.

Figura 39: Ilustração 2 (espaços públicos, interface 2), com o tema: *Bairro adensado*



Fonte: Elaboração própria (2017).

Na ilustração 3 (fig. 40), vemos uma situação em que se relacionam espaços públicos na área hipercentral de Belo Horizonte. Ela mostra claramente a contraposição entre um parque cercado e um baixio de viaduto, com uma via entre ambos. A grande arborização e as áreas gramadas do parque possibilitam diversos usos em seu interior. Por outro lado, por mais que haja permanência dentro do parque, a barreira que a cerca configura não permite expansão de usos para a calçada adjacente; tal calçada torna-se apenas espaço de passagem. Já o viaduto oferece uma grande área sombreada e protegida da chuva, possibilitando usos muito diversos. Por ser comumente ocupado por moradores de rua, o baixio de viaduto é estigmatizado pela sociedade, de maneira geral. No entanto, as potencialidades de usos individuais e coletivos são amplas e foram apenas indicadas na imagem.

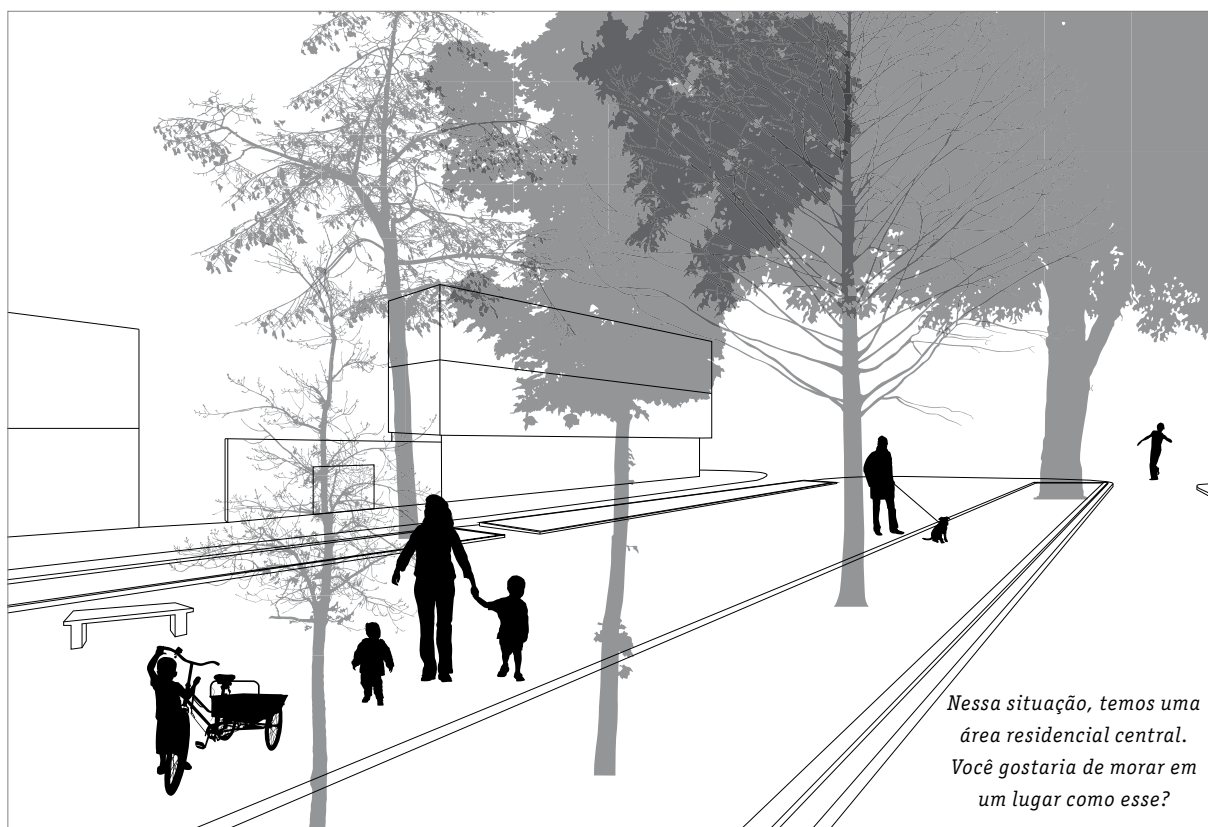
Figura 40: Ilustração 3 (espaços públicos, interface 2), com o tema: Hipercentro



Fonte: Elaboração própria (2017).

As outras ilustrações do centro são caracterizadas pelo uso principal da área: residencial (ilustração 4) ou comercial (ilustração 5). A cena com espaços públicos da área central residencial (fig. 41) apresenta um canteiro central arborizado e pessoas utilizando as áreas comuns para passear com o cachorro e crianças. Já a imagem da área central comercial apresenta transeuntes em compras, em trânsito etc. em uma praça arborizada.

Figura 41: Ilustração 4 (espaços públicos, interface 2), com o tema: Central residencial



Fonte: Elaboração própria (2017).

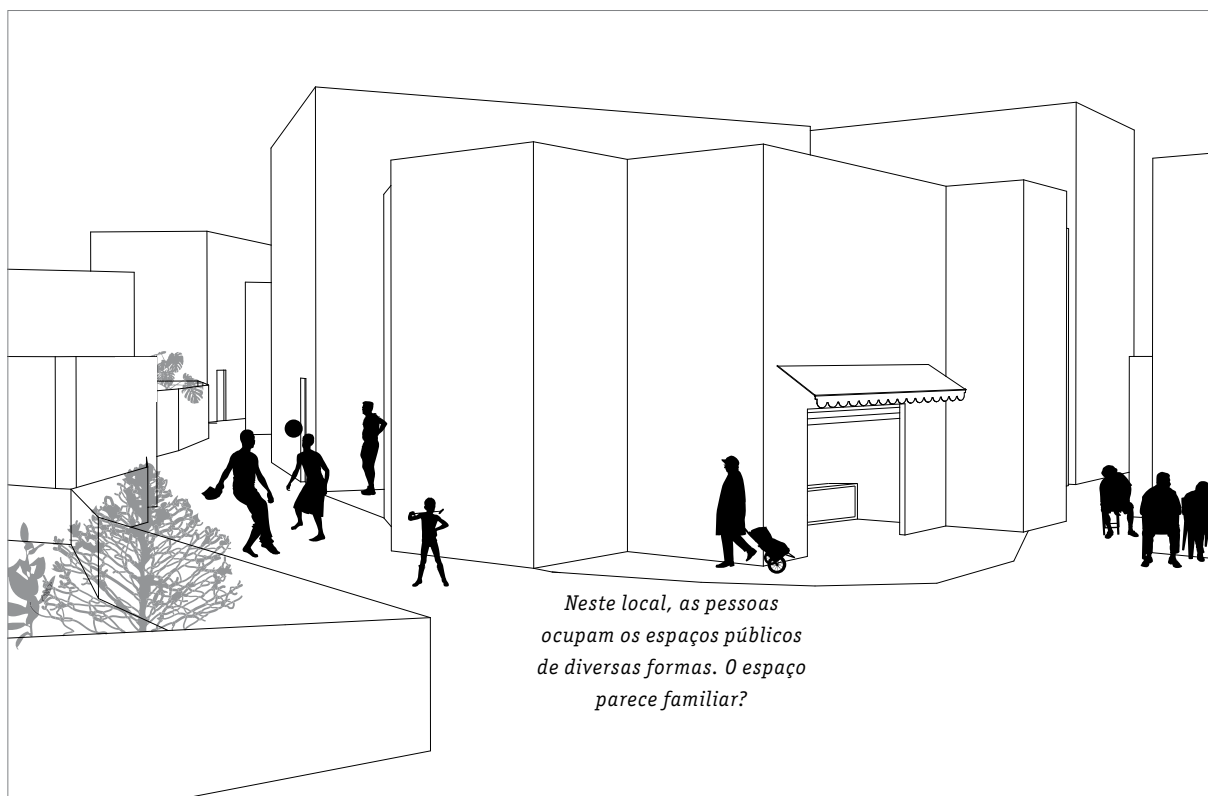
Figura 42: Ilustração 5 (espaços públicos, interface 2), com o tema: Central comercial



Fonte: Elaboração própria (2017).

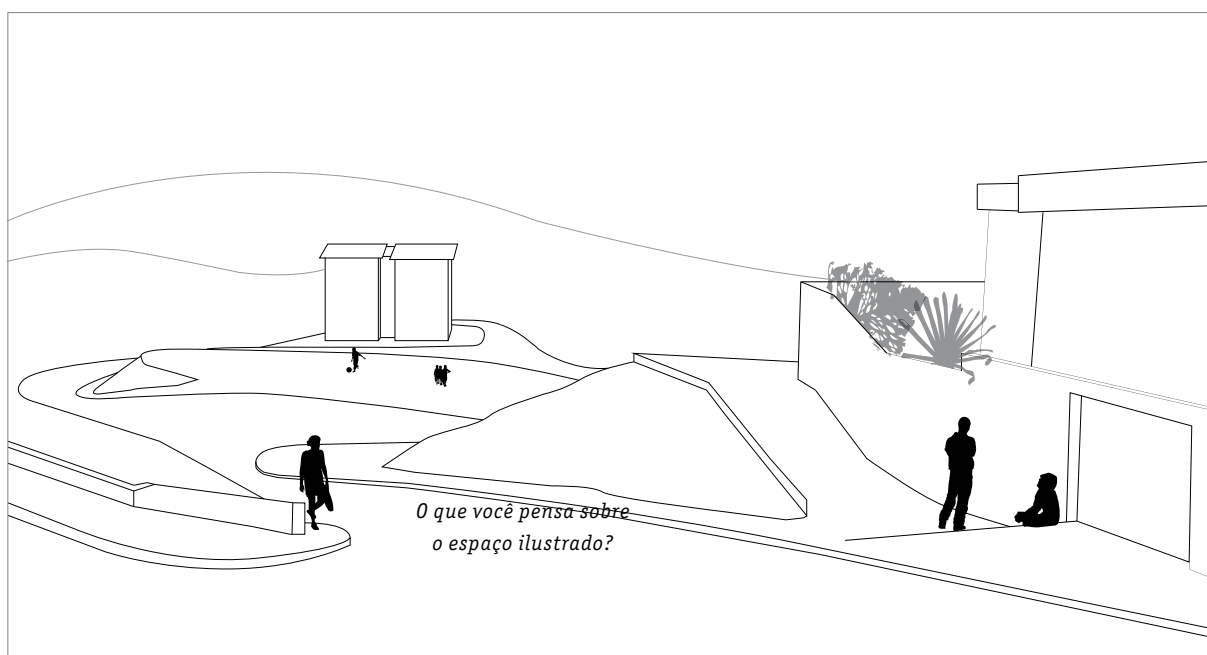
As últimas ilustrações mostram espaços públicos de favelas, sejam elas consolidadas (fig. 43) ou urbanizadas (fig. 44). Uma favela consolidada pode ter recebido também obras de urbanização; no entanto, quis distinguir espaços produzidos por moradores, em negociação constante, daqueles concebidos por planejadores.

Figura 43: Ilustração 6 (espaços públicos, interface 2), com o tema: Favela consolidada



Fonte: Elaboração própria (2017).

Figura 44: Ilustração 7 (espaços públicos, interface 2), com o tema: Favela urbanizada



Fonte: Elaboração própria (2017).

3.2.3 Interface 3: aspectos da teoria

A terceira interface consistiu na tentativa de apresentar de forma sistematizada o pensamento dos autores relacionados à pesquisa¹⁸. Ao me referir a estes cartões da interface 3, irei denominá-los como *aspectos da teoria*. A apresentação de tais pensamentos teve como intenção a introdução de assuntos que eu buscava tratar na dissertação mas com os quais os moradores ainda não haviam entrado em contato. Por meio de ilustrações e infográficos que trariam de maneira mais palatável a teoria analisada, além de uma explicação oral simplificada dos temas abordados, eu poderia alcançar a discussão e avançar o conhecimento geral sobre a prática espacial dos moradores.

Para além disso, a importância de trazer tais noções teóricas e representações gráficas para o contexto do Aglomerado da Serra reside também em levar para os participantes da pesquisa um instrumento de análise elaborado por mim. Busquei apresentar meu lugar enquanto pesquisadora, com o meu repertório teórico e material gráfico. Para isso, a explicação

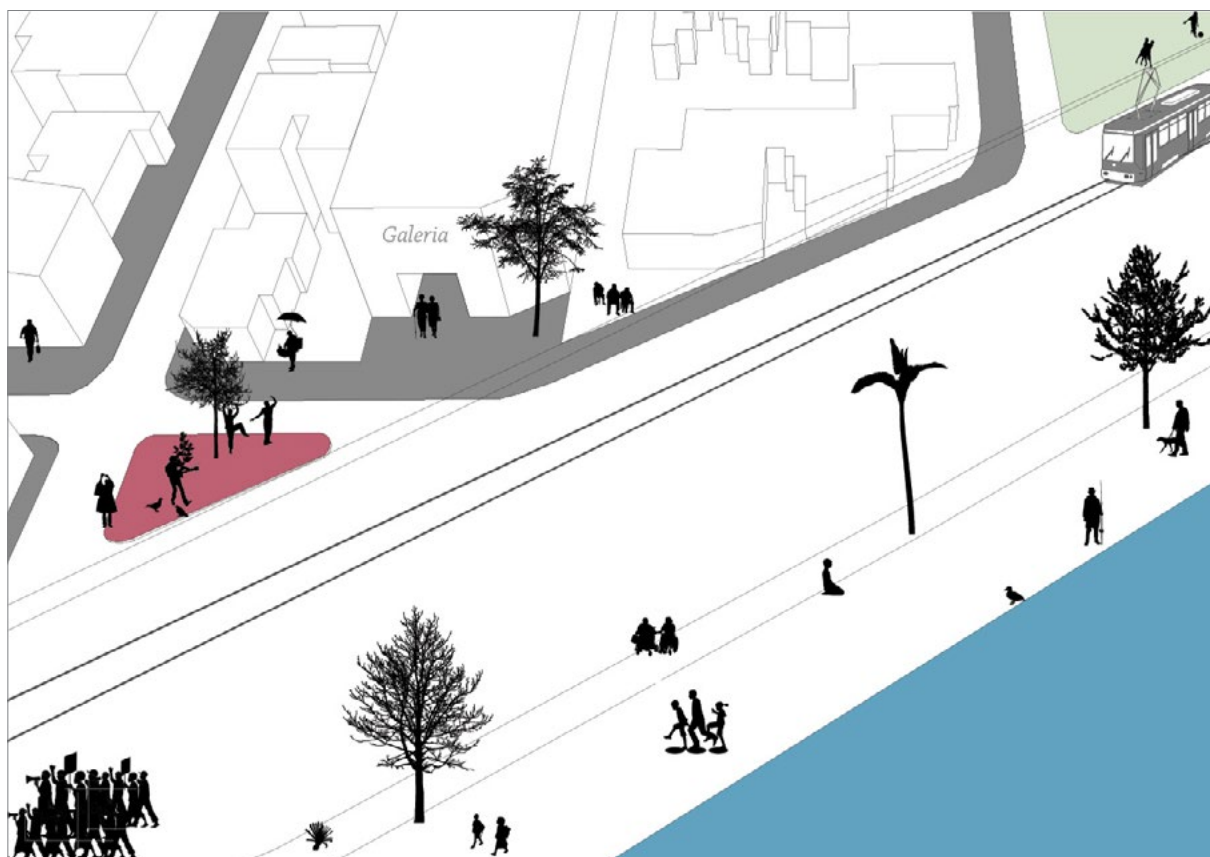
¹⁸ Venho trabalhando alguns dos autores utilizados na presente dissertação desde a monografia do TCC (MOURA, 2013). Os gráficos do TCC sistematizam conceitos de espaço público e privatizado, esferas pública, privada, social e íntima, produção do espaço heterônoma e autoprodução, processo de urbanização e foram retomados para informar interfaces usadas no experimento.

complementar deveria ser a mais acessível possível, na tentativa de levar para os moradores algo que pudesse ser relevante para os mesmos.

Os cartões são igualmente organizados em categorias para facilitar sua explicação. No caso da interface 3, são propostos 5 temas:

- Espaço público e espaço privatizado: Cartões 1 e 2;
- Esferas pública e privada (pólis antiga) e esferas social e íntima (modernidade): Cartões 3 e 4;
- Linha espaço-temporal da urbanização: Cartão 5;
- Produção do espaço heterônimo e autoprodução do espaço na favela: Cartões 6 e 7;
- Tópicos da teoria e síntese visual do processo de urbanização de favelas: Cartão 8.

Figura 45: Cartão 1 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Espaço público de uso espontâneo



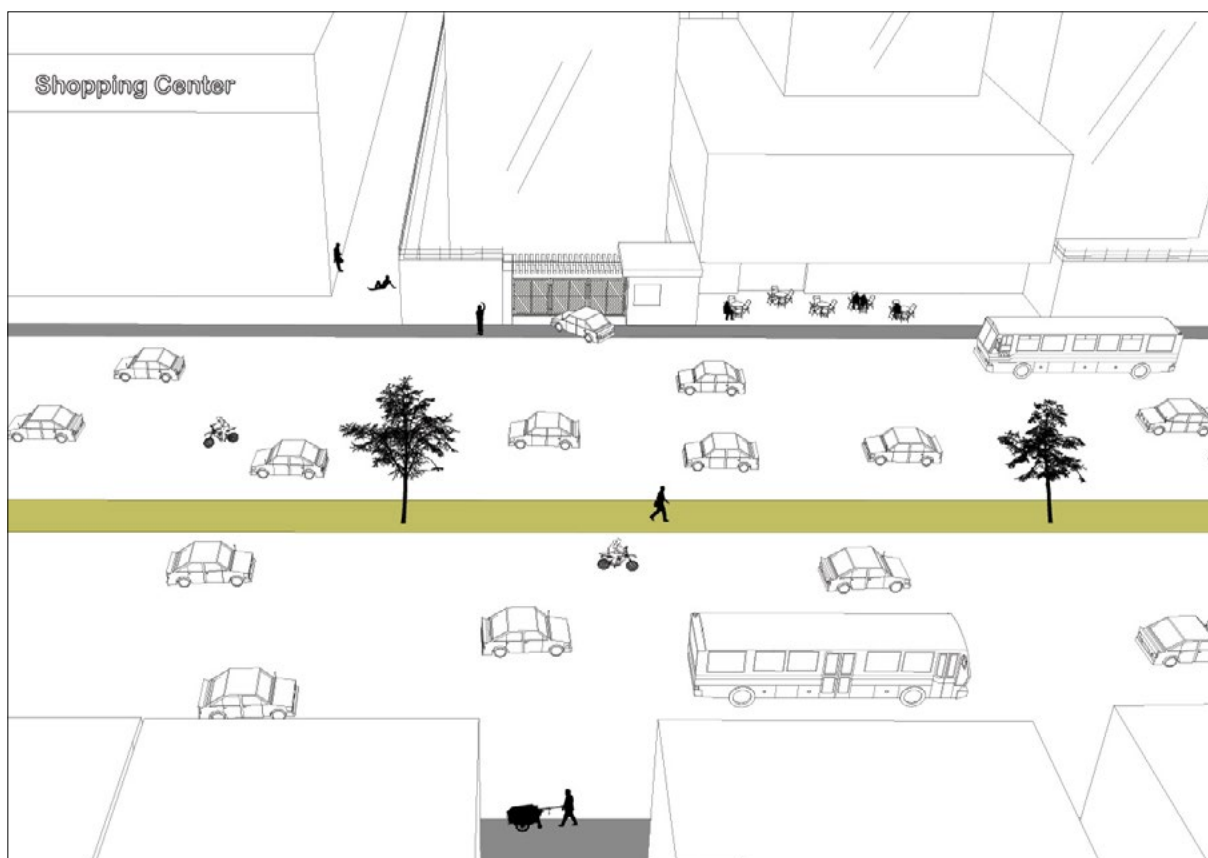
Fonte: Elaboração própria (2013).

Os cartões número 1 e 2 apresentam realidades urbanas bastante distintas entre si. O primeiro (fig. 45) mostra uma paisagem idealizada, com vegetação e um curso d'água aberto, com construções que dialogam com o espaço público, praças e transporte público desassociado de vias para carros. Nela, o uso é espontâneo, diverso e potencializa o encontro e usos de permanência.

Na imagem 2 (fig. 46), há uma paisagem urbana mais próxima do que se vê nas grandes cidades brasileiras, com vias que muitas vezes encobrem rios canalizados, muros e prédios sem uma boa interface com a rua, usos para permanência associados ao consumo, como restaurantes, cafés e bares. A priorização dos carros, motos e ônibus ocorre em detrimento da qualidade do ar; os espaços não privatizados são escassos.

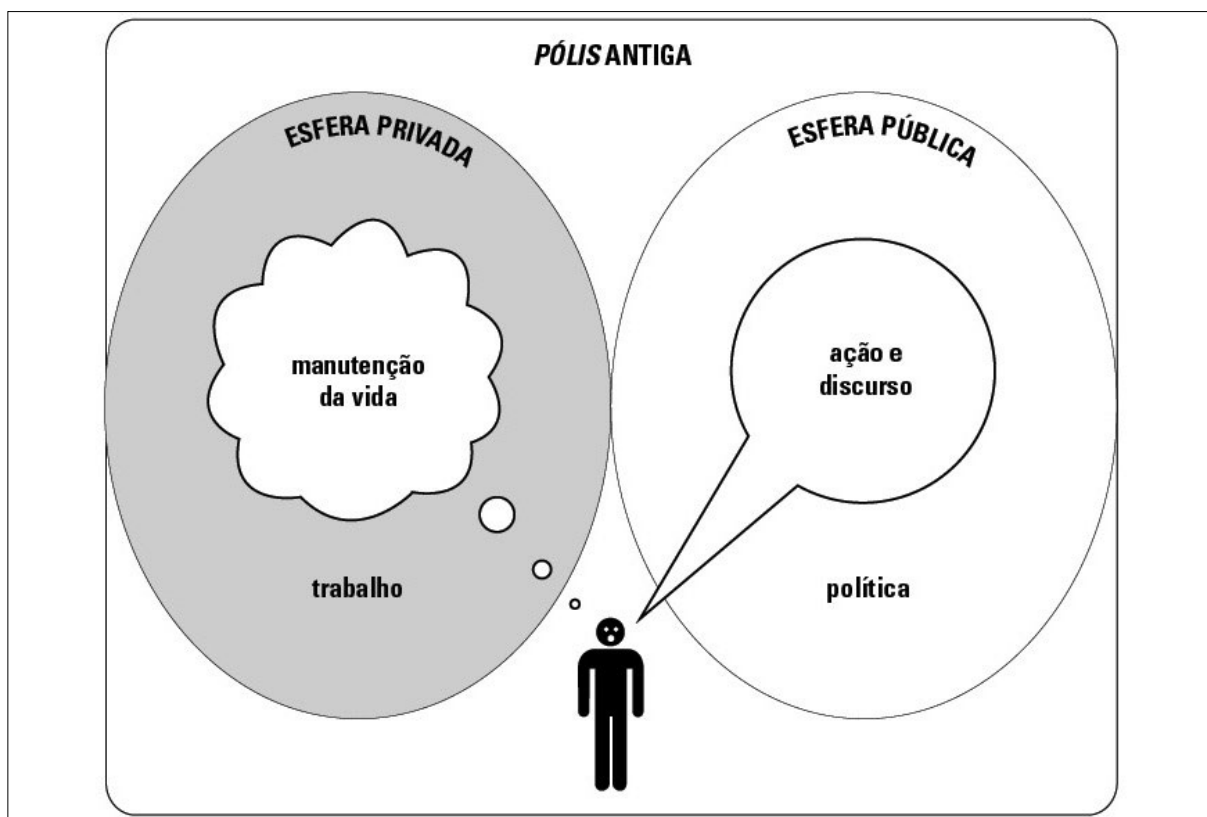
A intenção com esses cartões era de problematizar as intervenções pelo programa Vila Viva, que traz consigo a mesma lógica rodoviária; de criação de parques de acesso restrito; de precarização do espaço comum, de maneira geral.

Figura 46: Cartão 2 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Espaço público privatizado



Fonte: Elaboração própria (2013).

Figura 47: Cartão 3 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Pólis antiga e esferas pública e privada



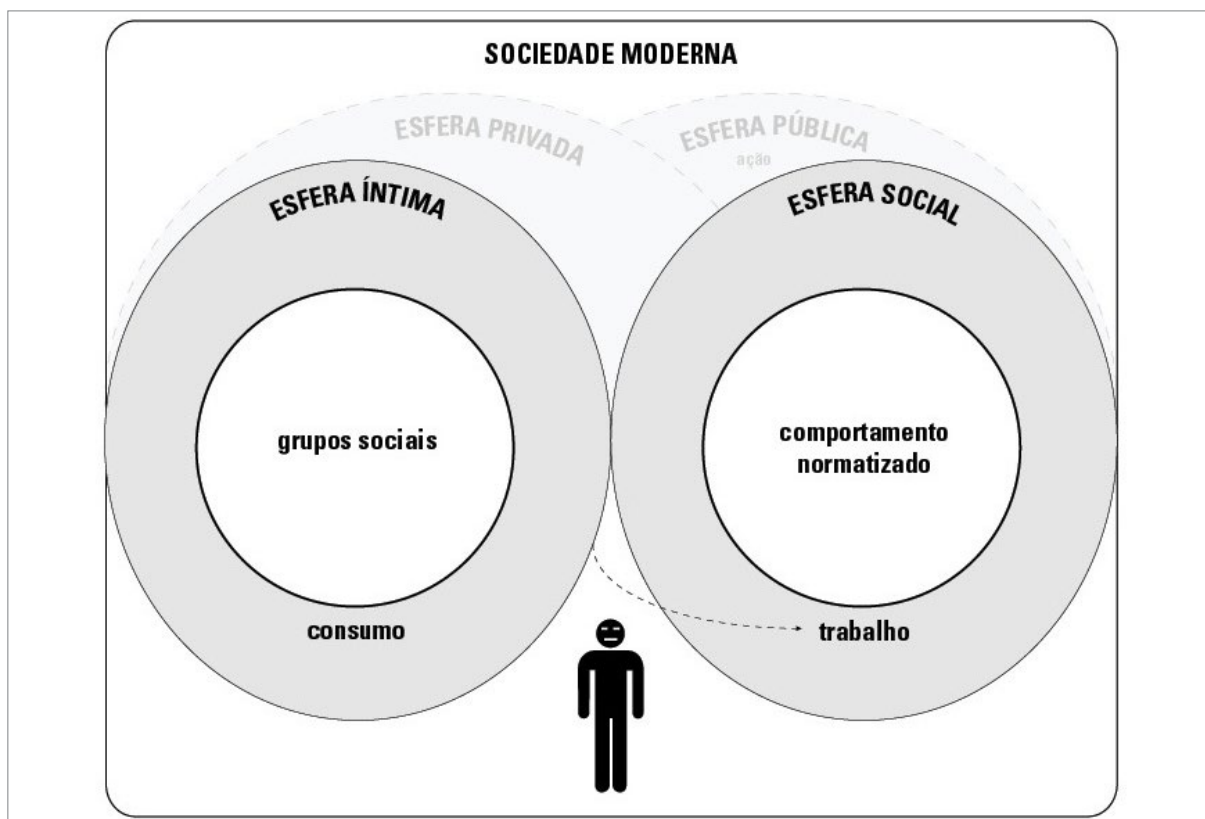
Fonte: Elaboração própria (2017).

Os cartões número 3 e 4 são interpretações dos conceitos das esferas pública, privada, social e íntima como apontado por Arendt (2010). Trata-se de uma síntese diagramática das condições humanas na *pólis* grega antiga e na sociedade moderna.

No cartão número 3 (fig. 47), referente à *pólis* grega, os domínios privado e público são indicados por elipses claramente distintas entre si por seus limites. As atividades relativas à manutenção da vida, que deveriam permanecer ocultas do mundo comum, ocorriam na esfera privada por serem reconhecidas como irrelevantes e inferiores. O trabalho, uma destas atividades, é executado pelos escravos do chefe da família, que tinham sua vida inteira na privacidade. Estar liberado do trabalho é condição para que o homem pudesse acessar o mundo comum (ARENDR, 2010).

A esfera pública era a esfera da cidadania, onde ocorria a vida política. Congregava homens livres que buscavam a excelência e a imortalidade, a durabilidade de sua existência. As atividades consideradas superiores eram a ação e o discurso, por meio das quais se relacionavam em prol de assuntos públicos, de interesse comum (ARENDR, 2010).

Figura 48: Cartão 4 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Sociedade moderna e esferas social e íntima



Fonte: Elaboração própria (2017).

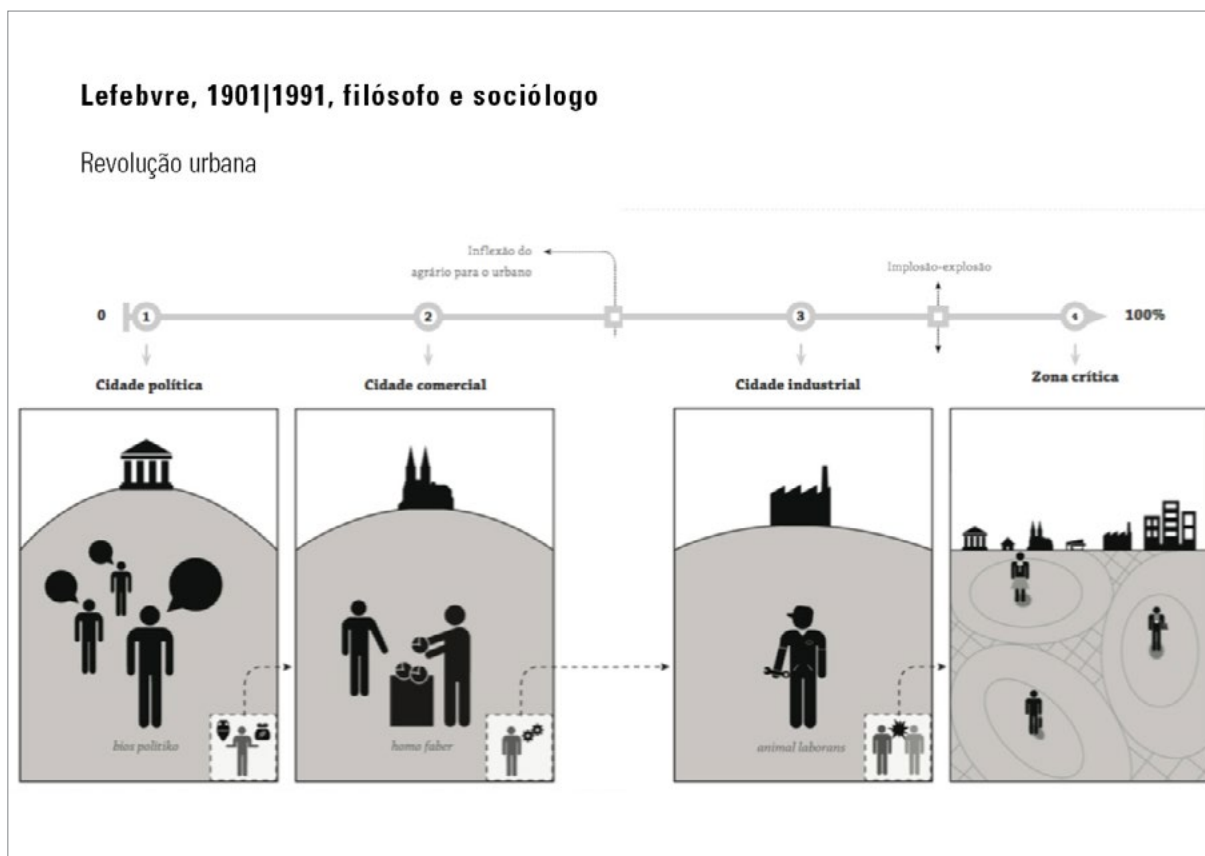
No cartão número 4 (fig. 48), que apresenta as esferas na sociedade moderna, destacam-se a esfera social e a íntima. Em segundo plano, estão as esferas privada e pública, que se transformam radicalmente. Assuntos originalmente privados, como o trabalho e a riqueza individual, passam a ter importância coletiva e o Estado-nação caracteriza-se por uma administração similar à do chefe de família (ARENDT, 2010).

São várias as razões para tanto; desde o fim da Antiguidade, a esfera pública perde sua importância com a ascensão do Cristianismo. Além disso, as rápidas e profundas mudanças pelas quais o mundo passa desde o advento da modernidade são responsáveis pelo crescimento da esfera social e o surgimento da esfera íntima, oposta a ela. O comportamento normatizado que se espera dos membros da sociedade (ARENDT, 2010) também seria um tópico importante para discutir, uma vez que foi observada uma maior necessidade de padronização e redução da espontaneidade do comportamento em relação à coletividade no novo ambiente de moradia.

A intenção ao levar noções teóricas baseadas em Arendt (2010) foi ampliar o debate acerca do conceito de público para os participantes. Alguns moradores demonstraram nas

etapas anteriores (entrevistas individuais e conversas coletivas) uma resistência à aplicação do conceito de público aos espaços coletivos dos prédios.

Figura 49: Cartão 5 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Linha espaço-temporal da urbanização da sociedade



Fonte: Elaboração própria (2017).

O cartão número 5 (fig. 49) apresenta a linha espaço-temporal da urbanização desenhada por Lefebvre (1999), interpretada com ilustrações das cidades, da condição humana típica em cada uma delas — inspirada em Arendt (2010) — e da negação presente na cidade que, dialeticamente, a invade e ressignifica, transformando-a na forma seguinte. Próxima ao ‘ponto zero’ de urbanização, as cidades da Antiguidade ocidental nascem com caráter político, reunindo “sacerdotes e guerreiros, príncipes, ‘nobres’, chefes militares (...) administradores, escribas” (LEFEBVRE, 1999, p. 19). Exemplificada pela *pólis* grega, tem o *bios político* como o modo de vida mais valorizado; os homens se relacionam com seus iguais por meio do discurso. As trocas, negadas na cidade política e expulsas de suas áreas mais nobres, são a principal atividade que promove o ressurgimento das cidades no medievo, constituindo o centro da cidade comercial.

Em determinado momento, há a inflexão do agrário para o urbano, a partir do peso que o

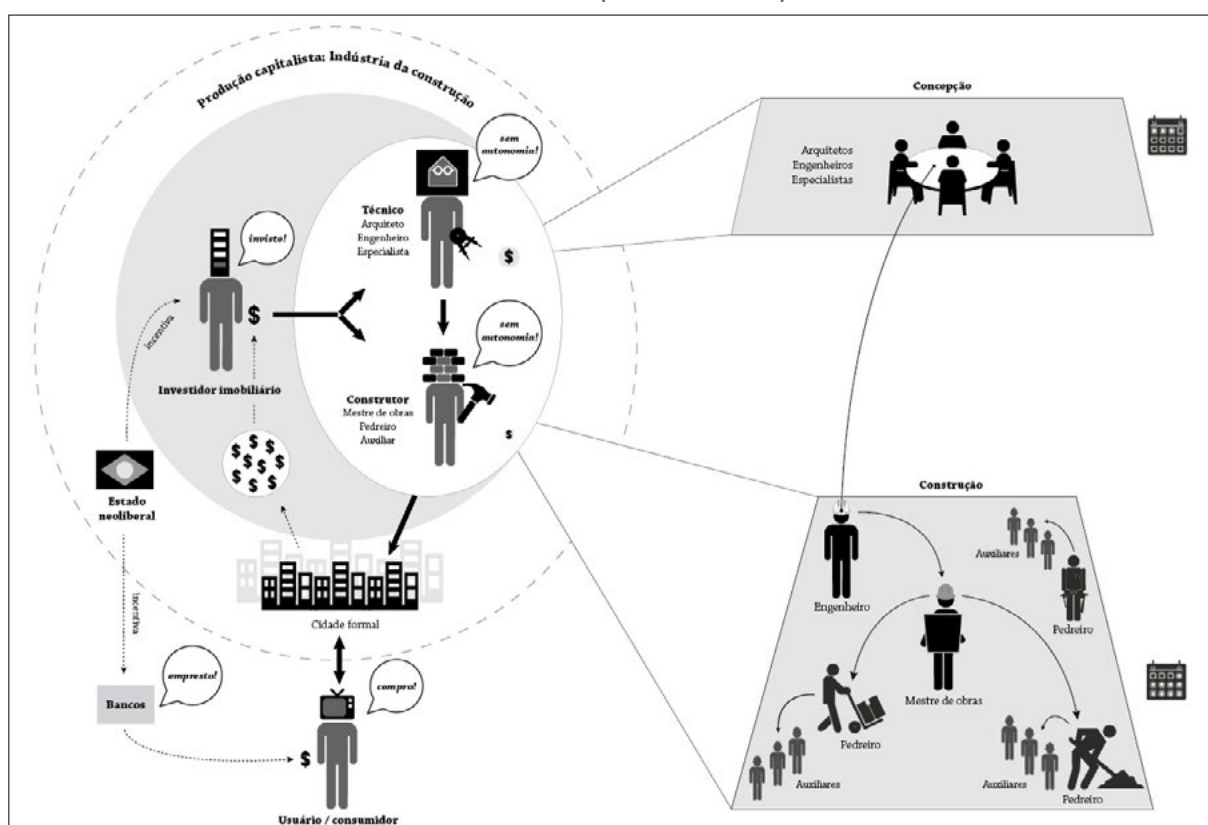
segundo ganha com relação ao primeiro, determinando uma paridade na oposição cidade-campo. Num processo paralelo, a condição humana da fabricação (*homo faber*) leva ao desenvolvimento das tecnologias, que culmina finalmente na emergência da indústria, inicialmente próxima a matéria prima e fora das cidades - que a ela resistiram por certo tempo (LEFEBVRE, 1999). Quando a industrialização chega às cidades,

(...) a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía (...). Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. (LEFEBVRE, 1999, p. 23)

A cidade industrial tem como modo de vida predominante o *animal laborans*, representando o homem que trabalha apenas para a manutenção de sua vida. Como citado anteriormente, na cidade industrial vive-se um fenômeno denominado por Lefebvre (1999) de implosão-explosão, conforme comentado na introdução. Há uma série de conflitos sociais sob uma ordem imposta.

A zona crítica, conforme proposta por Lefebvre (1999), é uma projeção do modelo urbano, no qual os conflitos se manifestam espacialmente na cidade. O “urbano” corresponde à urbanização total da sociedade, que carrega em si potencialidades e negatividades.

Figura 50: Cartão 6 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Produção do espaço heterônoma (cidade formal)

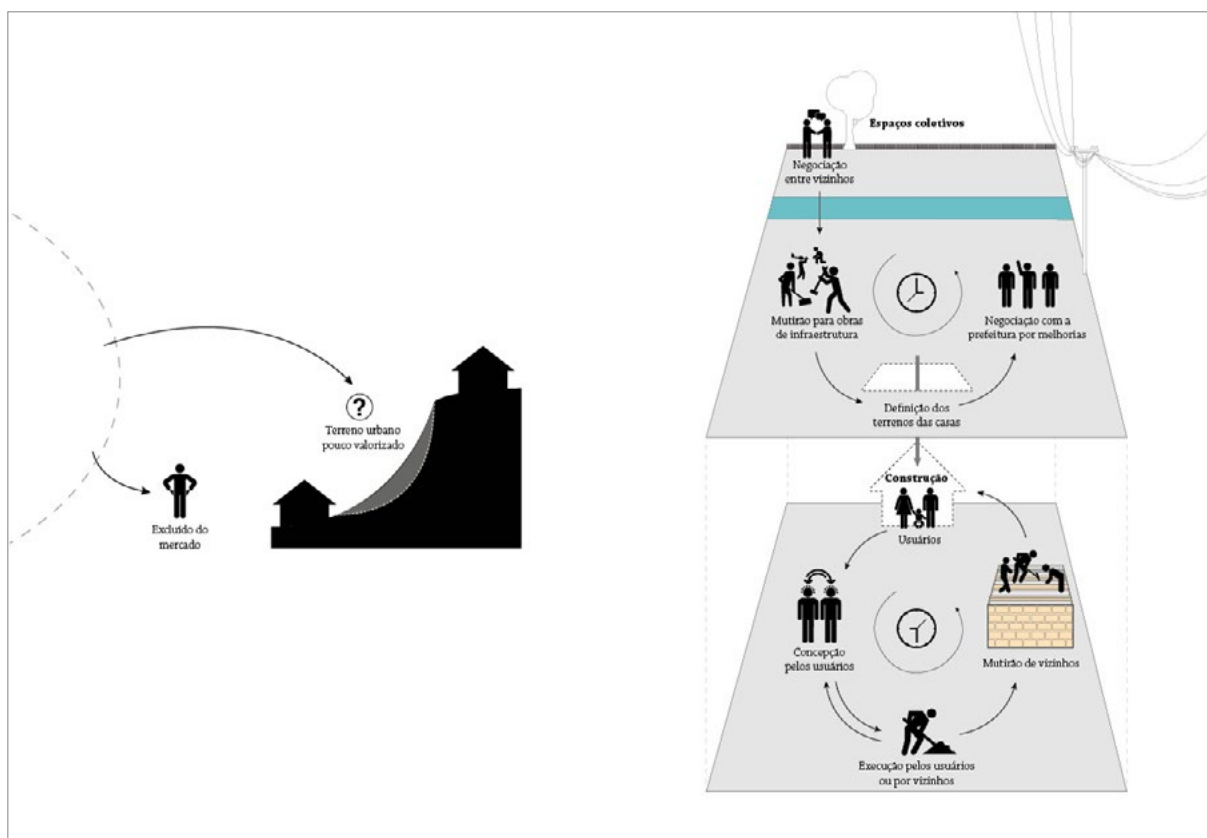


Fonte: Elaboração própria (2013).

A imagem presente no cartão 6 (fig. 50) compõe a categoria: Produção do espaço heterônimo e autoprodução do espaço na favela. O diagrama busca representar os mecanismos de produção capitalista do espaço, com os trabalhadores alienados envolvidos (tanto planejadores quanto construtores), que leva à construção da cidade formal.

Na produção do espaço heterônimo, o investidor privado empreende e o consumidor (alienado) compra sua casa própria, com ou sem auxílio de financiamentos e empréstimos de bancos ou do Estado neoliberal. O momento do desenho é apartado do da obra, as decisões projetuais são concentradas nos planejadores a partir dos pressupostos do investidor privado e o canteiro de obras é hierarquizado.

Figura 51: Cartão 7 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Autoprodução do espaço (cidade informal)



Fonte: Elaboração própria (2013).

Em seguida (fig. 51), é apresentada uma interpretação do processo de autoprodução do espaço das favelas. A população excluída do mercado ocupa terrenos urbanos menos valorizados. A construção de casas se dá pelos usuários com concepção própria e execução

própria ou não, podendo a mão de obra ser contratada ou mesmo recebendo ajuda de vizinhos em mutirão. Já o espaço coletivo nasce da negociação entre vizinhos, com definição dos terrenos das casas e negociação com a Prefeitura por melhorias.

Figura 52: Cartão 8 (aspectos da teoria, interface 3), com o tema: Tópicos da teoria e síntese visual do processo de urbanização de favelas



Fonte: Elaboração própria (2017).

O último cartão (fig. 52) apresenta alguns trechos do livro *A produção do espaço*, como "O espaço (social) é um produto (social)" (LEFEBVRE, 2006, p. 31) e "O espaço contém relações sociais. Como? Por que? Quais?" (LEFEBVRE, 2006, p. 31), além de trazer a discussão das relações de trabalho de produção e reprodução, uma vez que nem sempre o trabalho de reprodução é produtivo ou é remunerado, muitas vezes recaindo sobre as mulheres. Ao lado, no cartão, há uma ilustração do processo de produção do espaço em favelas urbanizadas, onde o poder público (Estado neoliberal) investe em áreas de ZEIS-1 mais valorizadas da cidade e próximas de bairros residenciais. Geralmente, realiza uma intervenção que não tem como prioridade as necessidades dos moradores, mas busca resolver problemas urbanísticos da

cidade no terreno da favela. No Aglomerado da Serra, ilustrado na imagem, como já abordado anteriormente, a construção de uma avenida de ligação com outras partes da cidade leva à remoção de famílias e ao reassentamento de algumas delas no próprio local, em prédios de apartamentos.

3.3 A interação com os moradores¹⁹

Iniciamos o experimento já de olho no relógio: Wagner questionava quanto tempo duraria e parecia um pouco impaciente, embora tenha participado até o final. Após as apresentações de cada um, tendo Gilberto e Wagner conversado entre si sobre o fato de serem síndicos, de cobrar caixinha mensal ou não e das melhorias que promovem em seus prédios, Wagner iniciou a interface 1, pegando o cartão 3 (fig. 35). As perguntas se voltavam principalmente para a vizinhança original e as questões coletivas antes da remoção. Para ele, mesmo depois do Vila Viva, não houve uma organização espacial adequada na favela:

Wagner: Você fez um barraco aqui, seu barraco terminou aqui, o outro já vem já emenda outro aqui. Você não vê uma coisa urbanizada nem organizada, por mais que eles tenta, que nem, urbanizou muito a favela, o beco, tudo cimentado. Urbanizou, mas não colocou em ordem como teria que ser. Você não colocou mesmo, assim, pra você ver, tem beco aí que não dá nada com nada. Esse que passa lá atrás de vocês lá. Aquele beco sai ali atrás do trailer, você não consegue subir aquele beco. Então assim, não há manutenção, então no meu modo de pensar, pra mim, o predinho é bom demais, tranquilo.

Wagner defende, a partir da comparação entre a realidade (desorganizada) dos barracos e (a tranquilidade) dos predinhos, que a remoção e a posterior mudança foram positivas para si. Ao mesmo tempo, comenta que o processo de urbanização da favela de maneira geral não chegou a transformar os barracos e becos a ponto de colocar “em ordem como teria que ser”, embora não esclareça a que tipo de ordem se refere. Aponta ainda para a falta de manutenção — ele parece fazer uma alusão à não linearidade temporal da atuação do poder público na favela, ou seja, trata-se de uma intervenção pontual no tempo que, depois de entregue e dada como finalizada, deixa para trás ainda problemas ou áreas inacessíveis.

¹⁹ A transcrição completa está presente no Apêndice C.

Figura 53: Uso da interface 1, com discussão acerca da vizinhança original e das questões coletivas antes da remoção estimulada pelo cartão 3: Relações de vizinhança e processo de remoção. O experimento foi realizado no espaço coletivo do prédio 5.



Foto: Cintya Ornelas (2017).

Wagner conta que uma das principais questões entre vizinhos antes da remoção eram a incerteza com relação ao impacto que as transformações no cotidiano teriam e qual seria o destino delas, pois a sensação era de que, a qualquer momento, poderiam ser expulsas de suas casas: “O que existe da remoção é a pessoa insegura, se ia ser bom ou não ia, sobre o aspecto que morava antes”. Mas ele reforça a opinião que as mudanças foram positivas:

Wagner: Mas assim, não adiantava, antes não era bom. [...] Eu, pelo menos, sempre morei perto muito de barranco, então quando chovia, o pé da parede ia até uma altura, assim, ficava ali meio esverdeada, no predinho você não tem isso. No predinho cai chuva, cai sol, você ‘tá sequinho do mesmo jeito, você não tem aquele lodo que tinha antes.

A visão de Wagner reflete que problemas que antes eram comuns realmente precisavam de alguma solução. Apesar disso, ele é cuidadoso ao indicar que foi bom para ele, e não de maneira geral. Wagner contou que as visões sobre a forma de intervenção imposta variam muito, podendo inclusive chegar a fins trágicos por consequência de algum aspecto de perda com relação ao que se tinha antes:

Wagner: Como eu já te falei a primeira vez que você veio aqui eu já te falei: o que eu penso não é o pensamento geral de todo mundo que mora no prédio, que nem a dona Marta ali ela morreu porque ela mudou pra cá. Que sumiram com os três cachorros dela...

Joana: Entrou em depressão...

Wagner: ...ficou deprimida e acabou morrendo.

O achatamento de possibilidades é, portanto, uma causa para a dificuldade de adaptação de moradores dos prédios. Os hábitos que carregam resquícios de ruralidade – como a criação de animais e a plantação – que, embora não fossem uma forma de resistência consciente, mas naturalizada pelos moradores, tinham um papel importante no cotidiano e até na economia familiar. Estes hábitos se perderam com a mudança para os prédios, na maior parte dos casos; o prédio 5 e as criações e plantações de Wagner são uma exceção à regra, pois tiveram espaço, atitude ativa do morador e uma certa abertura dos vizinhos para realizá-las.

Figura 54: Uso da interface 1, com discussão de temas levantados nas etapas anteriores, estimulada pelo cartão 5: Usos e ações nos espaços coletivos



Foto: Cintya Ornelas (2017).

Gilberto, ao responder as perguntas presentes no cartão número 5 (fig. 37), deixa claro a diferença que existe para ele entre criar e plantar enquanto morador do apartamento e antes,

na favela:

Gilberto: 'Você gostaria de cuidar de animais em sua casa?' Em apartamento, de jeito nenhum. Pra mim, não.

Wagner: Eu tenho quatro.

[Risos]

Gilberto: Quando nós morávamos lá em cima, nós tínhamos uma casa, tinha um terreno grande. Aí minha mãe tinha galinha, pato, marreco, tinha tudo sabe? Tinha pé de manga, pé de goiaba, urucum.

Wagner: Era outra vivência.

Gilberto: Urucum ela mesmo plantou, depois ela mesmo fazia [impossível compreender] dela. Então a gente podia ter essas coisas, agora em apartamento eu acho que não rola, não.

Mesmo que Wagner seja responsável por molhar as plantas e pareça cuidar bem dos animais, respeitando o espaço comum, como visto na etapa de conversas coletivas, isso criou conflitos entre os vizinhos, por conta da discordância principalmente de Paula com relação ao gasto de água.

Figura 55: Uso da interface 1, com discussão de temas levantados nas etapas anteriores



Foto: Cintya Ornelas (2017).

Os moradores comentaram sobre o destino de vizinhos removidos da favela, que não foram reassentados:

Wagner: [...]‘Para onde foram os vizinhos originais?’ Muitos mudaram, viu?

Joana: Foram para piores lugares, não é que o lugar é ruim, a pessoa que não faz o lugar: não tem lugar ruim.

Wagner: ‘Ou eles se mantiveram no local?’ Olha, muita gente mudou, então por exemplo um rapaz que teve aqui com a gente no último andar, ele já não mora mais aqui, ele mudou para o interior, alugou apartamento. Mas eu pelo menos acho assim: a maioria das pessoas que mudou volta ou quer voltar. Por quê? Gente, você pode morar na Serra, você mora dentro da favela, mas tem uma coisa: você está dentro da capital. A Praça Sete, você vai a pé. Quantos postos de saúde tem aqui? A UMEI, quantas UMEI tem? [...]. É cheio de UMEI. Posto? O São Miguel aqui, tem um lá no fundo lá, tem o do Cafezal, tem o da Vila Marçola lá... Então assim, é só burro que muda. Porque, é sério, porque você encontra tudo aqui.

A fala de Joana, de que a pessoa faz o lugar, desconsidera as condições reais de diferentes contextos urbanos. A maior parte dos moradores que saíram dos prédios do Aglomerado da Serra foram para as periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte (BALTAZAR *et al*, 2017). Além de estarem distantes de emprego e serviços, como dito por Wagner, a renda média dos locais para os quais essa população migra é muito inferior à do Aglomerado. Outros fatores negativos como falta de infraestrutura básica e de laços sociais com a nova vizinhança constroem a capacidade de refazerem “seus lugares”.

Wagner falou de outras cidades²⁰ e conta que acha tudo bagunçado, que não tem movimento na cidade, “é tudo parado”. “Eu penso assim: assim que você sai da capital, você já perdeu muita coisa. O prefeito é outro, os vereadores são outros, a administração é outra”. Contou de seu pai, que mora em Ribeirão das Neves. Falou que os antigos moradores voltam, “de vez em quando a gente encontra eles por aí”. A maioria vende a casa e volta para o Aglomerado para morar de aluguel, numa condição muito mais frágil. Wagner mostrou onde ocorreram invasões na paisagem imediata, principalmente nas áreas onde foram criados parques pelo Vila Viva.

20 Wagner fala especificamente de cidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que são o destino da maior parte da população removida ou que deixa os apartamentos dos prédios.

Figura 56: Uso da interface 1, com discussão de temas levantados nas etapas anteriores. A foto mostra a pesquisadora e todos os moradores participantes



Foto: Cintya Ornelas (2017).

Passamos para a Joana, que havia pegado o cartão número 2 (fig. 34), sobre a limpeza e o lixo jogado nas áreas comuns:

Joana: A limpeza aqui é semanal, né? Então, fazemos o que damos conta. Como todo mundo aqui trabalha e tem pessoas idosas que também não podem ajudar, que a gente até compreende, aí eu prefiro que eu mesmo limpo, meu irmão limpa também. A gente dá a ele um valor 'x' para ele - não de acordo [com o] que ele tem que receber, mas como ele mora aqui também, ele também ajuda nessa forma. Tem o Wagner também que ajuda aí no jardim também, ele capina... então a gente fica assim, vai revezando, né? E como eu só fico aqui em casa final de semana e nem sempre, eu só limpo sábado ou domingo. Aí durante a semana tem que ir mantendo isso [...].

Os vizinhos do prédio 5 se mostram, segundo os relatos, mais disciplinados com relação ao pagamento de contas e à contribuição para uma caixinha mensal do que nos outros prédios. Não houve reclamações com relação ao não pagamento, como nos demais predinhos. Os síndicos aparentam ter um papel de articulação dos moradores e, com relação à limpeza, isso fica ainda mais claro, uma vez que assumem a responsabilidade de limpar e capinar ou de pagar um parente que mora também no prédio para realizar essa limpeza.

Figura 57: Catarina e Joana (interface 1)



Foto: Cintya Ornelas (2017).

Joana: Eu tento convencer os moradores que não é para colocar lixo na porta. Porque? Porque não tem gente que recolhe esse lixo. A lixeira é logo ali, e todo mundo sai de manhã cedo, então não custa nada levar lá. Ou então, se ‘tiver com preguiça, à noite, vai dormir, coloca no tanque. E já tive sério problema com moradores aqui. Aí fica complicado, porque se todos moradores aquele monte de coisa na porta - eu tenho quatro cachorros dentro de casa -, como é que eu vou por aquele monte de coisa na minha porta, e se eu não quiser levar para a lixeira? Vai ficar ali. Então assim, cada um tem que ter a conscientização de que não tem que colocar, né? A lixeira ‘tá logo ali, é só levar para lá. E, se todos fizer assim, fica muito bom. Mas agora ‘tá tudo tranquilo.

Encerrei com a primeira interface, iniciando na sequência a seguinte, que tinha como tema os espaços públicos. Distribuí as ilustrações com perguntas. As ilustrações geraram o estranhamento de Wagner, pois para ele não seriam muito conectadas com a proposta da pesquisa:

Wagner: Mas isso, você sabe que isso daqui foge muito do nosso aqui.

Pesquisadora: Sim, sim, eu sei.

Wagner: Foge bem né? [Risos] Como diz aquela moça: “nada a ver, tio”.

Pesquisadora: Foge. Mas o dela [Joana] ali não foge tanto.

Joana: O meu é a respeito da Praça do Cardoso. [Falam que é parecido] Pelas suas ondulações, pelo desenho que foi feito, é bem parecido, sim. Aí, do lado aqui, aparentemente parece que é um prédio, né? Não tem como saber se é um prédio porque não tem a divisão. Mas tem uma planta ou outra, é aquela que desce.

Embora reconhecessem como um espaço similar ao que tem nas proximidades de sua moradia, a ilustração não gerou muita discussão. Parti então para a imagem do bairro adensado, mais contrastante com a realidade da favela, mas que tem relação com a vivência nos predinhos (ilustração 2 - fig. 39) e pedi para comentarem:

Pesquisadora: Eu queria saber se vocês gostariam de morar em um lugar assim.

Wagner: Não, não, nós 'gosta' é de mato, nós é bicho.

Joana: Gosto de mato, gosto de liberdade. Eu moro no primeiro andar, já entro, já saio, já vou pra rua.

Wagner: Não quero, nem um pouco, passo na frente daquelas mansão lá, olho para elas assim, falo assim "ou, dessa daí eu só quero [Impossível compreender], só o dinheiro". Não vale a pena.

Joana: E eu também tenho bicho dentro de casa, então não dá. Fica limitado ao seu espaço, é limitado, é só ali dentro. Tem que descer... Eu acho é que eu não gosto, eu até gosto de ficar dentro de casa. [...] Às vezes é até bom né? Mas assim, eu gosto de ficar mais dentro de casa, mas assim... Criança, criança quando quer brincar, não tem como brincar.

Marcos: Ficar muito preocupado: "Eu vou sair aqui agora, eu vou ser roubado". Uma pessoa rica...

Joana: Aqui também tem.

Marcos: Mas isso é outra história.

Joana: Quando alguém quer fazer alguma coisa, quer bagunçar. [...] Quer usar o espaço, o espaço não é só seu, é de todos, então você tem que respeitar pra você ser respeitado.

Gilberto: O ruim é isso, que as pessoas não sabem respeitar.

Joana: Realmente, domina o lugar.

Os moradores focam na questão de o morador do bairro adensado ficar confinado no interior do apartamento mas não fizeram espontaneamente uma conexão com os prédios em que vivem. A questão da segurança é colocada apenas a partir da concepção de que uma pessoa rica ficaria insegura em sair de casa e ser roubada e Joana aponta que no Aglomerado isso também aconteceria.

Observando que a interface 2 se mostrava desinteressante para os participantes, iniciei a etapa seguinte, com a terceira interface. Expliquei o cartão 1 (fig. 45), que ilustra um espaço público de qualidade e que possibilita usos diversos e espontaneidade, contrapondo-se ao espaço privatizado, presente no cartão 2 (fig. 46).

Pesquisadora: Esse é um espaço imaginado. É um espaço público mais livre, de uso mais espontâneo. E ele contrapõe com aquele que 'tá na mão do Gilberto, que é um espaço privatizado, as pessoas não tem muito espaço para ficar...

Wagner: Ah, não tem muito acesso também à área, né?

Pesquisadora: É. Tem muito carro, é mais voltado para o consumo.

O conteúdo destes cartões não gerou muita discussão novamente. Passei então para o cartão 5 (fig. 49) e expliquei a linha espaço temporal, os tipos de cidade, e falei sobre a urbanização total da sociedade:

Pesquisadora: Então, isso aqui é sobre um trabalho desse autor que mostra a cidade política, exemplifica com a cidade da Grécia Antiga, em que as atividades mais importantes são a ação e o discurso, porque os homens são políticos. E aqui, dentro dessa sociedade que tem o comércio, mas ele é deixado de lado.

Wagner: [Fala baixo:] Você vai trazer isso para nós?

[Risos]

Pesquisadora: Vem a cidade comercial medieval.

Wagner: Fica mais fácil o comércio, né? Que é oferta e compra. E essa mais a parte de que, indústria?

Pesquisadora: Indústria, é. E aí tem conflitos sob uma ordem imposta. [...] E você vai criar na cidade contemporânea, que é essa zona crítica, áreas de...

[Interrupção]

O sussurro de Wagner demonstra que ele próprio, embora fosse o único que estivesse mais disposto a conversar e mostrar compreender o que eu falava, se coloca como dominado e menos capaz de discutir tais temas, por se tratar de filósofos e teorias que trazem conceitos mais abstratos e resgates históricos. Insisti um pouco ainda na explicação dos gráficos acreditando que aquilo poderia despertar interesse para que os participantes se envolvessem no sentido de se tornarem pesquisadores. Por haver, em alguns discursos, uma conexão sutil com o cotidiano dos moradores, eles por vezes pareciam soltos demais, mas Wagner seguiu perguntando e tirando dúvidas, ao que eu respondia tentando dar exemplos.

Wagner: Mas você fala em termos dos conflitos que conflitos que antes tinha... em termos de evolução...

Pesquisadora: E vai se tornar, por exemplo, a área da favela, que tem gente que não acessa, mas... [Interrupção]

Wagner: Tipo assim, você pede a pizza mas não gosta de motoboy no trânsito do seu lado.

Pesquisadora: Mais ou menos. São conflitos que estão inerentes à vivência urbana. E a malha urbana vai para todos os espaços, como se acontecesse uma urbanização total da sociedade, todo mundo, mesmo quem mora no campo, vive a urbanidade.

Wagner: Questão de modernidade.

Tentei, ainda, retomar questões já discutidas anteriormente para explicar com mais clareza.

Pesquisadora: Mas, como você falou, tem a cidade central, que tem mais qualidade de vida...

Wagner: É, uai.

Pesquisadora: ...mas as outras perdem uma qualidade de ser cidade mesmo.

Wagner: Mas eu acho que é mais acessibilidade. Porque não tem, não adianta. Eles falam que o SUS é muito bom, mas você tem que conseguir chegar lá.

Com isso, conseguimos manter o diálogo, embora o próprio Wagner estivesse um tanto ansioso para que o experimento acabasse, pois iria cozinhar para a família naquele dia.

Figura 58: Discussão da interface 3



Foto: Cintya Ornelas (2017).

Expliquei na sequência o cartão 3 (figura 47), relativo às atividades humanas segundo Hannah Arendt (2010):

Pesquisadora: Última coisa que eu vou falar, então. Está com uma letra pequena, um pouco difícil de entender, mas é o seguinte. A tal da filósofa alemã vai falar da cidade da Grécia Antiga, que é quando os homens livres agiam na política com facilidade.

Wagner: Mas bem antes dos reis né? Porque na Grécia antiga tinha um congresso, acho que eu cheguei a pegar essa parte na escola.

Pesquisadora: É, e lá tinha bem determinado o que era esfera privada e o que era esfera pública. A esfera privada era sempre onde acontecia a manutenção da vida, então, comer, dormir, cuidar dos filhos, tudo isso é esfera privada e viver só nessa esfera era desvalorizado por eles. O que eles valorizam é a esfera pública, que é onde acontece a ação e o discurso, que é onde esses homens livres exercitam a política e... [Interrupção]

Wagner: Se vangloriando por seus feitos.

A tentativa de trazer um conhecimento ainda mais complexo do que o presente no cartão 5 dificultou minha exposição mas eu sentia que estava sendo compreendida, ao menos por Wagner, que continuava completando frases que eu iniciava e complementando com sua visão:

Pesquisadora: Na sociedade moderna, isso se modifica de uma forma seguinte: a esfera privada e a esfera pública deixam de fazer sentido porque os valores que são privados começam a ser mais valorizados, como a riqueza e o trabalho.

Wagner: Isso é hoje, não é?

Pesquisadora: Isso é hoje.

Wagner: Hoje não é mais você ter do que você ser? Hoje é mais ter do que ser.

Pesquisadora: O consumo vira uma coisa muito exagerada...

Wagner: Você é educado corretamente, você não precisa ser nada, se você tiver dinheiro, você é mais ter do que ser, são valores invertidos.

Pesquisadora: O valor é a riqueza; em vez da riqueza coletiva, é uma riqueza pessoal mesmo.

Expliquei o surgimento da esfera social, que valoriza o trabalho e o importante é o comportamento normatizado, agir de acordo com o esperado:

Pesquisadora: A esfera privada e a pública ficam em segundo plano e surge uma esfera que chama social, quando a sociedade valoriza o trabalho acima de tudo. O que é importante nessa esfera é o comportamento normatizado, todo mundo age de acordo a ação das outras pessoas também. Você tem que ser normal, você tem que aparentar isso. Nos espaços públicos, por exemplo, você vai agir de uma forma esperada, determinada.

Wagner: Você está falando de fingimento? Quase isso, né?

Pesquisadora: Você tem que parecer... [Interrupção]

Wagner: ...que é normal, mas você pode ser louco. [Risos] É o que eu falo, agora você vai me dar um crédito nisso: que eu falo assim, quando a pessoa vai viver em sociedade, ela tem que viver politicamente correto. Se você não aceita a sociedade, vive lá no mato. Se você não aceita ordem, não aceita que ninguém fala nada com você, vai lá pro mato lá. Lá ninguém vai te dar ordem, ninguém vai falar nada, ninguém vai te cobrar seus bens, ninguém vai te cobrar você tomar banho, você pode andar fedendo lá no mato. Mas dentro da sociedade você não vai fazer isso, porque isso não cabe na sociedade.

Pesquisadora: É, o que vai acontecer é que em vez de termos espaços públicos, temos espaços sociais, são espaços...

Wagner: ...de convívio; as praças, os shoppings.

Wagner pareceu ter captado o que eu buscava explicar e fiquei satisfeita de ter conseguido ao menos apresentar a maior parte dos cartões; no entanto, não foi possível dar sequência pois começaram a desvirtuar do assunto. Em seguida, concluí a conversa, apenas mostrando os demais cartões e perguntando se havia dúvidas sobre eles, pois os moradores já se mostravam cansados e tinham outros compromissos.

3.4 Análise crítica do experimento

O experimento aprofundou os temas discutidos nas entrevistas individuais e nas conversas coletivas e trouxe novos elementos para o debate e a análise. No entanto, o fato de trabalhar 3 interfaces em um mesmo encontro tornou a dinâmica muito longa; ao final do experimento, os participantes interagiam pouco com os conteúdos ou entre si. O baixo engajamento com as últimas interfaces pode ser visto também como consequência da pouca relação entre seus temas e a vivência cotidiana dos moradores.

Os cartões denominados *elementos geradores de interação*, da interface 1, foram os que mais trouxeram conversação entre os moradores, pois tratavam de assuntos que eles já vinham elaborando. Mesmo que não trouxessem elementos tão novos para a discussão, serviram para

explicitar o pensamento de cada participante e foram importantes para a interação entre eles.

Entre as questões tratadas que me trouxeram mais reflexões, está a submissão a determinada forma de regulação do comportamento, das práticas cotidianas. Isso foi apontado no capítulo 2, quando Isadora defende a imposição de regras colocadas em reunião para a convivência, que segundo ela evitaria alguns conflitos que surgem no dia a dia. No entanto, a partir da fala de Joana acerca da limpeza dos espaços comuns, esse disciplinamento se torna mais explícito a partir da hierarquia representada pela atuação dos síndicos.

Outra questão relevante é o entendimento dos moradores de que teria havido de fato uma significativa melhoria de suas moradias a partir da mudança para os prédios. A suposta desorganização e a precariedade das construções autoproduzidas na favela foi confrontada com um ideal de “ordem” espacial que está muito claro no pensamento de Wagner, por exemplo. Mas, apesar de falar positivamente sobre a formalidade espacial advinda da mudança, ele pensa em sair do predinho para uma casa, principalmente pelo fato de ter muitos cachorros. Há uma dualidade no pensamento, de maneira análoga à discussão da consolidação de padrões. Ainda que sua fala se mostre de certa forma influenciada por padrões hegemônicos, recorrentemente transmitidos pela PBH, URBEL e por peças visuais de marketing do mercado imobiliário, quando se refere aos desejos, Wagner deixa transparecer a vontade de morar em uma casa. A formalidade, assim, não se sustenta na fala do morador, mostrando-se uma ilusão.

A segunda interface, espaços públicos, foi a que menos envolveu os participantes; as ilustrações se mostravam abstratas, embora os moradores tenham conseguido reconhecer o contexto urbano de ao menos duas delas, gerando algumas discussões pontuais. O fato de ter distribuído uma ilustração para cada participante ao mesmo tempo pode ter prejudicado a discussão. Houve uma dispersão dos assuntos e cada fala terminava por interromper o raciocínio de outro morador.

Mesmo assim, uma das ilustrações que promoveram debate foi a figura 39: *bairro adensado*. Aqui volta a questão da ilusão da formalidade, manifestando-se na opinião negativa dos moradores ao se imaginarem morando em edifícios multifamiliares de muitos andares, ainda que se tratasse de um caso extremo (bairro de classe média e alta com torres de apartamentos). Os participantes tentaram naturalmente compreender as possíveis dificuldades de adaptação a um contexto formal, cuja lógica se distingue daquela à qual estão acostumados. Assim, Wagner rejeitou a possibilidade de se mudar para uma torre residencial ao sustentar que “gosta’ é

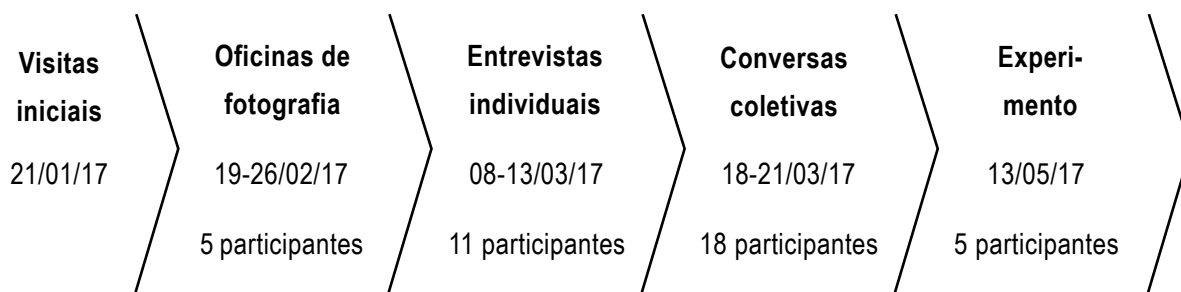
de mato” e diz que também não gostaria de morar em uma mansão. Assim, novamente, o morador manifesta na esfera do desejo uma vontade que se relaciona à realidade a qual está acostumado, resistindo à imposição de desejos de consumo de classes mais altas.

A interface 3, denominada *aspectos da teoria*, também não funcionou bem como objeto de discussão. Por condensar em pequenos cartões informações complexas e de difícil compreensão, demandava sempre uma explicação complementar. Poderia ter sido impressa em tamanho maior ou em várias cópias, para que os moradores tivessem ao mesmo tempo um recurso gráfico, aliado à minha explanação verbal. Na prática, apenas Wagner fez perguntas, às quais eu respondia tentando esclarecer em linguagem clara, objetiva e direta, com exemplos e referências a assuntos já discutidos. Ainda que trabalhasse noções teóricas abstratas, acredito que houve entendimento em diversos momentos. No entanto, ao longo da realização da terceira interface não percebi um diálogo acerca das práticas espaciais; não transpareceu também uma diferença na percepção dos moradores com relação a conceitos como esfera pública.

3.5 Análise crítica da pesquisa-ação

As etapas que se complementaram no processo de pesquisa-ação foram consideradas por mim como satisfatórias. As ações realizadas foram interessantes para se iniciar uma compreensão das influências da idealização da formalidade (que se relaciona com o discurso hegemônico) no pensamento dos moradores, das relações de vizinhança, dos desejos e demandas, bem como da produção do espaço nos espaços de uso coletivo dos prédios construídos pelo Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra. Eu decidia sobre o que levantar em determinada etapa após a realização da anterior, a partir da percepção das aberturas dos moradores e da compreensão de assuntos que geravam mais discussão de interesse para a pesquisa e mais relacionados à lente teórica que foi sendo construída. As etapas que fizeram parte da pesquisa-ação foram, na prática, uma sequência de encontros com os moradores, esquematizadas a seguir:

Figura 59: Esquema: Sequência de encontros com os moradores, com indicação da data de realização e da quantidade de participantes



Fonte: Elaboração própria (2017).

As visitas iniciais foram fundamentais para iniciar o contato com os moradores e introduzir aos poucos as intenções da pesquisa, por meio de conversas informais. Nas primeiras visitas, fui coletando informações sobre o espaço, sobre alguns moradores e suas perspectivas, enfim, sobre as relações entre as pessoas e os espaços coletivos. Nas últimas, eu já tinha mais claras as etapas seguintes e o propósito de mobilizar participantes.

Nas oficinas de fotografia, o principal resultado foi formar um grupo de referência para as etapas seguintes, uma vez que as discussões foram mais tímidas. A demanda de criar suporte para o uso efetivo nos próprios espaços de entorno dos prédios surgiu então, assim como a compreensão de que o uso que os moradores fazem do espaço é para eles algo natural, dentro da normalidade, o que causava certa surpresa aos moradores por ser um objeto de pesquisa.

Na entrevista individual, o que trouxe mais resultado e interesse foi o desenho dos espaços para identificação de ações existentes e propostas de intervenção possíveis. Por mais que não se tenha chegado à etapa de realização da ação, isso demonstra uma tentativa de espacializar percepções, o que também acontece no caso dos gráficos apresentados no experimento.

Nas conversas iniciais (entrevistas individuais e conversas coletivas), pude agregar uma quantidade razoável de moradores e ter uma amostra qualitativa dos pensamentos e das práticas espaciais cotidianas dos participantes. Isso foi importante para se iniciar uma análise da situação observada, além de informar um repertório que foi utilizado para o desenvolvimento do experimento – interface 1, *elementos geradores de interação*.

Ainda que haja problemas na concepção e na realização, já citados anteriormente, o

experimento foi uma etapa muito rica. A experiência de compartilhar com os moradores aspectos da teoria, com a interface 3 (*aspectos da teoria*), merece destaque. Busquei levar noções teóricas com o intuito de ampliar o imaginário dos participantes e de provocar a compreensão de que poderiam se tornar pesquisadores.

Independente disso, é preciso ser cuidadoso ao examinar os possíveis efeitos; a explicação junto a gráficos de certa forma codificados pode ter trazido uma impressão de que eu ensinava a eles e gerado uma resistência em discutir. Por outro lado, tal resistência pode ser devido a dificuldade de compreensão ou a bloqueios que os próprios moradores colocam em relação a questões mais abstratas, como manifestado na fala de Wagner: “Você vai trazer isso para nós?”. De uma maneira geral, o que eu levava de mais concreto para a discussão com os participantes, relacionado às práticas cotidianas, mobilizava mais que o abstrato, teórico ou distante de sua realidade — e trazido de fora para eles. Os moradores constroem, elaboram e criam cultura por meio da fala e tiveram a possibilidade de discutir entre si os assuntos que os interessavam mais. Por esse motivo, a riqueza das conversas coletivas é maior quando se reúnem moradores de diferentes prédios.

CAPÍTULO 4

A ILUSÃO DA FORMALIDADE

Há uma espécie de ilusionismo no domínio dos bens culturais (...). Toda a classe média (...) é como que feita de ilusionistas fazendo “truques” muito sérios; extraíndo, a partir de processos obscuros, de uma série de objetos mais ou menos caros, efeitos maravilhosos (...). Tentar com todas as forças imitar o “truque” das classes médias é o drama de quem quer ser reconhecida como “gente”, mas que para se afirmar enquanto gente conta apenas com a possibilidade de (...) afirmar sincera e contraditoriamente que é “um pé de boi pra trabalhar”, ou então com a tentativa de consumir os bens, os instrumentos mágicos com os quais as classes médias produzem eficazmente efeitos de prestígio para si. (SOUZA, 2009, p. 141)

Os problemas, propostas e opiniões sobre as relações de vizinhança, os conflitos e os espaços de maneira geral foram os principais assuntos levantados ao longo dessa primeira etapa da pesquisa-ação. Essas questões serão abordadas neste capítulo, relacionadas ao contexto sócio-espacial (prédios e moradores) e aos pressupostos teóricos.

O Aglomerado da Serra foi o projeto piloto da atuação da Prefeitura por meio do Programa Vila Viva. Assim, no Aglomerado, há a intervenção mais consolidada do programa, na qual as práticas cotidianas dos moradores podem ser vistas com mais clareza.

A construção dos prédios em vias urbanizadas e criadas, que não existiam antes da intervenção pelo Vila Viva, transforma referenciais antes existentes e formas de acesso. A anterior divisão do espaço pelas suas águas, nascentes e cursos d'água, é de certa forma esquecida e os moradores passam a se orientar pelas ruas. Além disso, a demanda por adquirir motos e carros e dispor de espaço para guardá-los no recorte específico vem tanto de uma nova demanda que se impõe, pelas grandes distâncias de comércio e serviços quanto de uma

vontade de se aproximar mais das condições de vida de uma classe média.

Com relação aos moradores, aqueles que se envolveram mais na pesquisa são pessoas que participam ativamente da produção do espaço coletivo. Como descrito anteriormente, a maioria dos moradores foram identificados como batalhadores, segundo conceituação proposta por Souza (2012).

A mudança dos moradores da favela para os prédios transforma sua realidade social; a remoção forçada faz com que tenham que adaptar-se por conta própria às novas condições de vida. Numa favela consolidada, como é o caso do Aglomerado da Serra, construções, autoproduzidas continuamente de acordo com a conformação da família, ao longo do tempo e em negociação com vizinhos, possuindo usos variados, são substituídas por prédios multifamiliares de apartamentos padronizados, nos quais não se pode promover reformas e se proíbe o uso não residencial.

As práticas espaciais observadas nos espaços coletivos, em sua maioria, possibilitam aos moradores retomar a forma de produção anterior à remoção, embora a nova lógica se sobreponha em muitos momentos a isso. Nos espaços comuns ou residuais e nas fachadas, modificações vão sendo feitas pelos moradores, retomando a lógica anterior, adaptando a imposta ou mesmo mesclando ambas as lógicas – a privatização de espaços para estacionamento de automóveis e a colocação de elementos nas áreas coletivas são manifestações comuns.

Assim, depois da implementação do Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, alguns moradores continuam, de certa forma, produzindo espaços. Os moradores se apropriam dos espaços comuns fora do planejado. Eles usam os espaços externos não apenas esporadicamente, mas cotidianamente, muitas vezes realizando transformações físicas e colocação de mobiliário de permanência. Não há espaço nos apartamentos para ter festas ou churrascos, que eram comuns antes da mudança para os prédios. A falta de um espaço externo à casa para conviver ao ar livre faz com que as pessoas passem a negociar nos espaços comuns a colocação de elementos espaciais e a realização de atividades.

Os moradores colocam cadeiras e objetos nos espaços próximos às casas, em frente às janelas, ampliando o espaço doméstico. Formas de privatização dos espaços públicos, como dito, também estão presentes, como fechamento de garagens com gaiolas metálicas e uso de ruas de acesso para serviço de mecânica de automóveis. Espontaneamente, o design

popular surge nas soluções para churrasqueira, assentos, bancos e coberturas. Os moradores utilizam materiais que têm à mão, que muitas vezes, segundo relatos, encontram no próprio Aglomerado, geralmente fáceis de montar. Os moradores têm planos para os espaços comuns, que pretendem implementar conforme consigam os recursos e o tempo necessários.

O conceito de produção do espaço utilizado na presente dissertação, como dito anteriormente, baseia-se em Lefebvre (2006) — e na compreensão da teoria lefebvriana por Schmid (2012), que analisa no artigo de referência também outros textos do autor. Schmid (2012) corrige alguns equívocos de interpretação recorrentes, através da compreensão da abordagem da linguística, da dialética e da fenomenologia francesa na obra de Lefebvre.

Lefebvre (2006) desenvolve uma teoria unitária *do* espaço, superando teorias *sobre* o espaço existentes, seja da matemática, que estuda o espaço mental, ou da prática social, que o separa em escalas de atuação — da arquitetura à planificação, a economia (LEFEBVRE, 2006). Nesse sentido, enuncia:

O espaço (social) é um produto (social). Essa proposição parece próxima da tautologia, portanto da evidência. (...) Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder} — mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem. (...) O espaço contém relações sociais. Como? Por que? Quais? (LEFEBVRE, 2006, p. 31)

Considerar o espaço como social é assumir sua complexidade para além da materialidade: “O espaço não existe em ‘si mesmo’. Ele é produzido” (SCHMID, 2012, p.91). E a produção do espaço, como dito anteriormente, é formada por três componentes dialeticamente interconectados. São eles a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação — abordagem linguística —, que se complementam com o espaço percebido, concebido e vivido — abordagem fenomenológica²¹. Ao articular três dimensões em igualdade de

21 A teoria da tridimensionalidade da linguagem de Lefebvre (desenvolvida no texto *Le langage et la société*, de Lefebvre, publicada em 1966) é inspirada na poética de Friedrich Nietzsche; define verdade relacionando-a a metáforas e metonímias. A primeira dimensão é a sintática ou sintagmática, ligada à gramática. A segunda é a paradigmática, substituição de um ‘termo por outro’ que tem significado similar sob determinado ponto de vista mas difere se ‘visto por outro ângulo’. A terceira é a dimensão simbólica, a ‘base do imaginário social’ (SCHMID, 2012).

Há uma analogia entre a dialética tríade da linguagem e da produção do espaço. A prática espacial abarca as relações de produção e de reprodução, estando ligada à materialidade (LEFEBVRE, 2006). Relaciona-se

importância, Lefebvre rejeita a dialética bidimensional, criando sua forma própria de relacionar os termos (SCHMID, 2012).

A partir da teoria da tríade espacial de Lefebvre (2006), é possível analisar a produção do espaço dos prédios e das intervenções e uso pelos moradores. A importância da teoria da tríade espacial para a presente discussão reside na compreensão de que todo espaço é formado por prática espacial (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaço de representação (espaço vivido) (LEFEBVRE, 2006).

O espaço percebido não é apenas mental, é uma apreensão por meio dos sentidos, refere-se à materialidade do espaço. O espaço vivido se relaciona à experiência humana. Já o espaço concebido, dominante, parte do imaginado antes da produção, construído em pensamento. Nenhum desses espaços pode ser compreendido sem a existência dos outros e as três dimensões coexistem em todos os espaços. A criação pelos planejadores e a execução pelos construtores contratados podem ser representadas pela realização do espaço concebido, ou das representações do espaço:

As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (...). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (...) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (LEFEBVRE, 2006, p. 44)

Esse espaço contém as relações sociais de produção, por ser modo de produção e espaço dominante (LEFEBVRE, 2006). O espaço concebido é imposto na favela pelo poder público, contrastando com o espaço preexistente e sua forma de produção, mais ligados ao espaço percebido e, principalmente, ao vivido. É evidente que, em muitos casos, há concepção espacial antes do momento da autoconstrução, mesmo que seja feita sem projeto. No entanto,

à dimensão sintática uma vez que “denota o sistema resultante da articulação e conexão de elementos ou atividades” (SCHMID, 2012, p. 99). Uma representação do espaço, como a dimensão paradigmática, pode substituir-se por outra similar. Os espaços de representação são ‘a dimensão simbólica do espaço’, assim como na teoria da linguagem.

As noções de espaço percebido, concebido e vivido vem da fenomenologia e do existencialismo; Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty e Gaston Bachelard são referências para a definição dessas dimensões, sendo que o último, junto a Martin Heidegger, dão as bases conceituais.

essa concepção tem a essência da necessidade, diferentemente de uma produção do espaço que priorize a criação de signos e códigos, a imposição de uma ordem e a sobreposição do trabalho intelectual sobre o manual (LEFEBVRE, 2006).

Lefebvre (2006) define ainda o que ele denomina “espaço abstrato”. Camila Bastos *et al* (2017) aplicam o conceito na realidade urbana:

O espaço abstrato, em Lefebvre (2000), corresponde à expressão espacial do trabalho tornado abstrato pela produção capitalista sob o controle do Estado moderno. O espaço abstrato, formal e quantificado, é simultaneamente homogêneo (o que vai na direção da negação das diferenças, sem, contudo, jamais eliminá-las por completo), fragmentado (pulverizado pela propriedade privada, funcionalmente segregado) e hierarquizado (organizado em termos de relações centro-periferia de dominação). Ocupado, controlado e orientado para a reprodução das relações sociais de produção, ele consolida uma lógica burocrática de controle e repetição. Espraia-se, portanto, por todo o planeta, negando as diferenças espaciais: as que provêm da natureza e da história, assim como aquelas originárias do corpo, das idades, dos sexos, das etnias. (BASTOS *et al*, 2017, p. 254)

Já o espaço diferencial nasce do espaço abstrato negando-o e abrindo novas possibilidades.

O espaço abstrato, em que pese sua negatividade (ou melhor, em razão dessa negatividade), engendra um novo espaço, que terá o nome de *espaço diferencial*. Por que? Por que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa; as funções, os elementos e momentos da prática social. (LEFEBVRE, 2006, p. 50)

Bastos *et al* (2017) discutem a relação entre as ocupações urbanas recentes por moradia²²,

22 O contexto das ocupações e o processo de apropriação dos terrenos é explicado por Bastos *et al* (2017): “As ocupações inscrevem-se nas tradições de luta pela terra urbana no Brasil, mas são dotadas de características peculiares. Entre os aspectos que as distinguem está uma conjugação de diversos agentes. Famílias em luta pela terra e/ou pela moradia, movimentos sociais e políticos organizados, tanto antigos como novos, e, por outro lado, agentes políticos ligados a instituições consolidadas – Igreja Católica, esferas do Estado (administração pública e poder judiciário, por ex.), educação pública superior (alunos e professores universitários). Especificamente em Belo Horizonte, a nova onda de movimentos urbanos é marcada pela ausência de vínculos com as gestões municipais do ciclo sintonizado à plataforma da reforma urbana, o que provoca uma ruptura e um conflito com grupos anteriormente estruturados e que participaram de formas

especialmente em Belo Horizonte, e o espaço diferencial. Algumas das questões suscitadas pelo artigo citado buscam respostas na prática aliada à teoria, como: “Podemos sustentar que as ocupações urbanas produzem diferenciações espaciais? De que modo as práticas de ocupação da RMBH permitem atualizar o debate sobre a produção do espaço diferencial? Como engendrar a produção de um espaço diferencial a partir do cotidiano das ocupações?” (BASTOS *et al*, 2017, p. 253).

De maneira análoga à ocupação de uma construção ou terreno, o processo de engajamento parece preocupado

(...) em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e na qual se coloca em curso um processo de tomada de consciência dos entraves da produção do espaço urbano. Tal consciência (...) implica iniciativa e participação, mesmo que sejam meramente tentativas ou incompletas. (BASTOS *et al*, 2017, p. 259)

Além disso, relações de solidariedade — que geram ações tais como a construção de cozinhas comunitárias e creches — surgem no contexto das ocupações e um embrião dessas relações pode ser visto em pequenas ações e intervenções feitas por moradores dos prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra.

Por outro lado, como a própria fala de alguns moradores denuncia, a “individualidade”²³ das pessoas vivendo em prédios é maior do que antes, nos barracos. Há ainda uma perda da articulação social pré-existente. Isso pode ser combatido e amenizado por ações diversas que promovam novas relações. Seguem uma problematização e indicação de obstáculos a essa possibilidade.

Proibições e necessidade de uma organização entre vizinhos são demandas imediatas para aqueles que aceitam viver em apartamentos. A convivência nos prédios exige certo disciplinamento dos moradores, que passam a ter cobranças com relação ao ruído, ao pagamento de contas e à negociação de uso e manutenção dos espaços coletivos. A existência de uma

variadas do processo de gestão e planejamento urbano do município, inclusive de sua política habitacional.” (BASTOS *et al*, 2017, p. 256)

²³ O que o morador denomina individualidade podemos entender como reclusão, privacidade, empobrecimento das relações de vizinhança.

nova figura de referência, o síndico, é uma das adaptações que se tornam necessárias para viver em coletividade. Os desafios da mudança de hábitos são grandes: vizinhos que jogam lixo nos espaços comuns do próprio prédio ou de outros prédios, moradores que privatizam o uso de determinados espaços e vandalismo são recorrentes nesse cenário. O comportamento normatizado e a ordem passam a ser pressupostos para uma convivência harmônica entre vizinhos.

Há uma série de proibições impostas pela URBEL, às quais os moradores não estão acostumados e muitas vezes passam a transgredir, uma vez que não há fiscalização. Por exemplo, não é permitido às crianças ficar nas vias que levam aos prédios, como costumavam ficar nos becos de acesso aos barracos. Apesar da proibição, os jovens usam a entrada dos prédios para brincar e jogar, muitas vezes disputando o espaço com os automóveis. Além de saltar pipa e andar de bicicleta e velotrol, usam os espaços exteriores colocando brinquedos e em pelo menos três dos prédios foram colocados balanços em árvores. Eles burlam as regras impostas pela Urbel, mas reconhecem a necessidade de regras para convivência ser possível.

Por outro lado, o plantio é uma prática comum prejudicada pela mudança para os prédios. Sem os quintais das casas, os moradores perdem um lugar mais adequado para criar animais e plantar hortaliças, que muitas vezes faziam parte da economia doméstica. Ainda que a terra não seja boa para plantar, segundo os moradores, o plantio continua acontecendo nas áreas comuns dos prédios. No entanto, essa prática não configura resistência consciente, mas é naturalizada, conforme visto no terceiro capítulo.

Questões que apontam para as potencialidades de se atingir um espaço diferencial são, por exemplo, as iniciativas dos moradores para um melhor aproveitamento dos espaços para uso livre de todos os condôminos; a criação de varais externos e a colocação de mobiliário para permanência ou para eventos pontuais são algumas delas. Elas demonstram que é possível pensar o coletivo e realizar ações que ajudem a cobrir algumas das demandas criadas pela mudança para os apartamentos e influenciem positivamente o cotidiano.

A ilusão da formalidade e as contradições existentes na apreensão de padrões sócio-espaciais pelos moradores dos prédios do Vila Viva do Aglomerado da Serra estão interrelacionadas e abrem para discussões transdisciplinares. Na minha concepção, a formalidade como expectativa da sociedade e do poder público (e, em certa medida, dos próprios moradores) não se realiza plenamente uma vez que a informalidade se encontra bem

consolidada na ação dos moradores. Assim, se configura como uma ilusão no sentido de que se manifesta, até então, apenas no discurso de participantes da pesquisa e em algumas tentativas mal sucedidas destes (como no caso de Camila, que sempre morou em prédios e buscava um ideal que não foi alcançado devido aos conflitos com os vizinhos).

A consolidação de padrões apresenta contradições; o padrão ideal dos planejadores, concebido como positivo por estes e acatado pela sociedade, fica claro no pensamento dos moradores (que disseram desejar, entre outras coisas, áreas de convivência, salão de festas e um espaço de playground, conforme termos utilizados pelos próprios moradores). Acredito que os espaços produzidos pelos moradores dos prédios contêm muito mais potência do que os espaços predeterminados e heterônomos que eles almejam, pois já são muito mais relacionados ao espaço vivido que ao concebido.

CONCLUSÃO

Gilberto Gil, em *Refavela* (1977), canta: “A refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar quando se arranca do seu barraco prum bloco do BNH”. O disco, homônimo, relaciona-se à valorização da cultura da favela, destacando o povo negro que vive nas cidades. A letra da canção relaciona o neologismo “refavela” à busca de uma população pobre em mudar sua realidade sócio-espacial, ao se arrancar do seu barraco para um conjunto habitacional. Segundo o Novo dicionário Aurélio (1975, p. 136), alguns significados de arrancar são: “Tirar com mais ou menos força ou violência”, “Erguer, a força ou a custo” e “Partir ou sair, com ímpeto ou de repente”.

No caso do Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, uma parcela dos moradores dos barracos são “arrancados” (pelo poder público, representado pela URBEL) de suas moradias para viver em prédios e recebem incentivos para adaptarem-se à nova situação²⁴. Essa adaptação não é imediata, mas processual, e o pensamento é mais facilmente colonizado do que as práticas, como percebido no desenvolvimento da dissertação.

O processo de pesquisa-ação narrado na presente dissertação foi um momento de descobertas e também de indagações. O que os moradores pensam acerca do papel do poder público? Como se dá a produção do espaço atualmente nos prédios? Quais as expectativas para o futuro? Como se dá a adaptação social a partir da mudança e como isso impacta os laços de convivência das pessoas? Deparei-me com um ambiente de conflitos, contradições e problemas.

24 A distribuição de cartilhas informativas e o acompanhamento de profissionais de diversas áreas, como psicólogos, são ações do poder público para estimular a adequação das pessoas provenientes da favela à vida em apartamentos e prédios.

A imposição do que os profissionais imaginam como melhorias para a vila e para a cidade, que não se atenta para compreender o que os moradores afetados desejam ou necessitam, busca resolver problemas criando obstáculos para a autonomia. Os novos problemas são muitas vezes percebidos pelos moradores que, em alguns casos, tentam subvertê-los e combatê-los a partir da iniciativa própria, da mobilização coletiva e dos poucos recursos aos quais têm acesso. Isso acontece ainda que a transgressão não pareça ser consciente na maior parte dos casos.

As ações pontuais dos moradores, concebidas e executadas por alguns, enquanto outros apenas usufruem e pouco se envolvem, demonstram uma fragilidade nas relações de vizinhança e um equilíbrio tênue das práticas cotidianas em comum.

A contribuição da pesquisa foi no sentido da ampliação do conhecimento sobre a realidade específica daquela comunidade. Também há a intenção de aprimorar a crítica à atuação de profissionais (técnicos, planejadores urbanos e arquitetos) e, de modo geral, do poder público que incide sobre a favela, como no caso do programa Vila Viva do Aglomerado da Serra. Entre os limites da presente pesquisa, está a pouca capacidade de mobilização, em função da própria condição individual do trabalho acadêmico como também pela minha escolha pessoal em não envolver a priori lideranças locais. O trabalho com os alguns moradores permitiu refletir se mudanças formais trazidas com o programa Vila Viva de fato são melhorias e geraram impacto positivo para os moradores, seja no campo das práticas como no seu imaginário.

O contraste de lógicas existente entre o que os moradores desejam e o que alguns chegam a fazer nos espaços comuns dos prédios (como a execução de gaiolas metálicas para estacionamento de carros) e outras iniciativas mais coletivas (como as hortas e os bancos) trazem elementos para a discussão. Parece-me que não há uma resposta definitiva, pois o processo é muito dinâmico e ganhos e perdas podem surgir a cada momento. Mas permanece pertinente, especialmente para os profissionais que atuam nos programas assim como para os pesquisadores que refletem sobre eles, que estar atento à “ilusão da formalidade” é um desafio permanente. Vimos esta ilusão de forma clara na fala de Wagner quando ele comenta que gosta do prédio, vê muitas vantagens com relação ao barraco em que vivia anteriormente no Aglomerado da Serra, mas ao mesmo tempo deseja sair do apartamento por ter muitos cachorros. A condição vulnerável em que viviam faz com que qualquer moradia “digna” seja aceita, mesmo que sejam sacrificados embriões de autonomia na prática espacial anterior.

Também os profissionais acreditam que “melhorias” formais, próprias de sua classe e

valores, seriam apropriadas para qualquer realidade, numa forma de atuação tecnocrática, ou seja, tipicamente heterônoma (KAPP *et al*, 2012). Por mais que o técnico tente transformar por meio de um “espírito crítico” sua perspectiva, “não pode mudá-los radicalmente no contexto de um trabalho específico” (KAPP *et al*, 2012, p. 3).

Referências bibliográficas

AFONSO, Andrea Scalón; MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca de. Programa Vila Viva: intervenção estrutural em assentamentos precários. **Revista urbanização & habitação, Cia. Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel**, Belo Horizonte, ano I, n. 1, jan. 2014.

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. *In: IV ENANPARQ*, Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/2016_06_20_baltazar_kapp_enanparq.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

BALTAZAR, ANA PAULA; COSTA, M. H. B. C. ; MELO, C. F. ; CREVELS, E. F. ; FURIATI, L. . Política Habitacional de Interesse Social em Belo Horizonte: Projetos viários, investimentos nos capitais e remoções x melhoria das condições sócio-espaciais. *In: XVII ENANPUR*, 2017, São Paulo. Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

BASTOS, Camila Diniz; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MIRANDA, Guilherme Marinho; SILVA, Harley; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte *In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 19, p. 251, 2017.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 7.165 de 1996**.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 8.137 de 2000a**.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **PGE Aglomerado da Serra**: Etapa de diagnóstico Relatório. Secretaria Municipal de Habitação e Empresa DAM Engenharia, 2000b.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Transformação no Aglomerado da Serra**. 2007. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=17321&chPlc=17321&termos=vila%20viva>. Acesso em: 15 out. 2017.

BELO HORIZONTE. URBEL. **Vila Viva, uma história de transformação**. Disponível em <http://fr.pbh.gov.br/?q=pt-br/content/vila-viva-uma-hist%C3%B3ria-de-transforma%C3%A7%C3%A3o>.

Acesso em: 08 de jun. de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

BROWN, Cynthia. **Literacy in 30 hours: Paulo Freire's Process in North East Brazil**. London: Writers and Readers Publishing Cooperative, 1975.

CERTEAU, Michel. **O que é um seminário** [Qu'est-ce qu'un séminaire. Revue Esprit, n.11-12, nov-dec 1978, pp.176-181]. Tradução: Roberto Eustaáquio dos Santos. 2016.

FIGUEIREDO, Lorena Melo e. **Das Políticas Públicas Urbanas aos Princípios Jurídicos**: Percorrendo os caminhos da Avenida do Cardoso, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Direito, orientado por Maria Tereza Fonseca Dias) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 1991.

KAPP, Silke. Autonomia Heteronomia Arquitetura. *In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

KAPP, Silke; BALTAZAR, ANA PAULA ; CAMPOS, Rebekah ; MAGALHAES, P. A. N. ; MILAGRES, L.; NARDINI, Patricia; OLYNTHO, Barbara; POLLIZI, Leonardo. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. *In: Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia 'Inovação e Responsabilidade'*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. *In: Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo* (online). v.15, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/48853>. Acesso em: 6 set. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. [La production de l'espace. 4o éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000]. Tradução: Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIVINGSTON, Rodolfo. **Arquitectos de familia**: el método: arquitectos de la comunidade. Buenos Aires: Nobuko, 2006.

MELO, Izabel Dias de Oliveira. **O espaço da política e a política do espaço**: tensões entre o programa de urbanização de favelas Vila Viva e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação de Mestrado.

MELO, Cíntia Freitas. **Aspectos da teoria derivacionista do estado na produção capitalista do espaço urbano**: um estudo sobre o Programa Vila Viva no Aglomerado Da Serra. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Dissertação de Mestrado.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O cotidiano e a produção do espaço**. *In*: Colóquio Pesquisas em Habitação, 3, 2006a, Belo Horizonte. Texto não publicado. Transcrição: Felipe Gontijo. Revisão: Silke Kapp. 2006a.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte, UFMG: Cedeplar, 2006b.

MONTE-MÓR, Roberto Luís Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In*: SANTOS, Milton et. al. (orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (p. 169-181).

MOTTA, Luana Dias. **Sufrimento, responsabilização e desejo**: uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do Programa Vila Viva - BH. 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MOURA, Débora Andrade Gomes. **Anarquitetura**: táticas para reinventar usos da rua. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo Diurno, orientado por Ana Paula Baltazar) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUES, Suzana Braga; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. *In*: **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spe, p. 81-102, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552001000500005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2017.

SCHIMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma

dialética tridimensional. *In*: **GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1988.

Apêndice A: Entrevistas individuais e conversas coletivas

Condomínio e regras de uso dos espaços comuns

O prédio 1 tem síndico, que na época das entrevistas era a Marina e no final de maio passou a ser o Gilberto. Gilberto disse que dividem as contas e contribuem mensalmente para uma caixinha (arrecadação de R\$20,00 por morador), que é destinada para as contas e despesas pequenas com manutenção, como a que tiveram para a iluminação que instalavam no dia da reunião. O prédio é bem organizado mas, apesar disso, não fazem muitas reuniões de condomínio, segundo Gilberto.

Marina contou que, sempre que vão fazer alguma intervenção nos espaços comuns, fazem uma reunião e convocam todos os moradores e para votar e ver quem é a favor ou não (precisa de metade dos votos mais um para ser aprovado). Geralmente, aparecem 4 moradores, que são aqueles que pagam o condomínio. Ela disse que, mesmo sendo a síndica, não vai atrás pois tem mais o que fazer, disse ser voto vencido. Falou que só dá satisfação para quem paga o condomínio.

Conversamos um pouco sobre a forma e tipo de uso dos espaços comuns e das intervenções. Disse que os varais, por exemplo, são para todos, e todos se beneficiam; já a garagem teria uso individual. Os bancos são de uso livre e para usar a área de churrasco só teria que ver se ninguém mais irá usar na mesma data; ela disse que quem mais usa é a Laura.

Um caso bastante distinto ao do prédio 1 é o do prédio 2; a moradora entrevistada, Regina, conta que o condomínio de seu prédio não funcionou; no início, apenas Regina e João pagavam as contas, mas em determinado momento eles pararam também. Atualmente, não há síndico e ninguém paga condomínio, por isso a luz e a água foram cortadas. Ela conta que queriam colocar a conta de luz e água do prédio em seu nome e ela recusou, achou um absurdo que a Urbel não fizesse o registro do prédio.

No entanto, esse caso foi o único dentre os prédios analisados em que não havia qualquer acordo entre os vizinhos. No prédio 3, de Flávia, há síndico e funciona. No prédio 4, a entrevistada foi a Janaína, que disse que há síndico, que faz a manutenção no prédio, e que paga condomínio.

No prédio 5, a síndica é a mulher de Wagner, o morador entrevistado, desde 2007 (ou

seja, desde que houve a mudança para o prédio). Ele disse que “sempre tomou conta” e ajuda a cuidar do prédio. Wagner disse que, como no prédio 1, além das contas eles reservam um dinheiro para o fundo de condomínio. No entanto, apesar da coincidência, isso acontece em poucos prédios. Entre outras coisas, o fundo pagou o piso da escada, no prédio 5.

No prédio 6, há alguns conflitos. Quando cheguei na casa de Isadora, uma das entrevistadas do prédio, ela e o marido estavam olhando contas, entre elas as contas de luz e água referentes ao condomínio. As contas estavam em atraso pela falta de colaboração de alguns vizinhos, segundo ela.

Aproveitei para perguntar como funciona o condomínio; Isadora me disse que as reuniões ocorrem na sua casa e que há síndica, Mônica (que entrevistei em seguida), mas que ela a ajuda bastante. No entanto, não parece se sentir muito à vontade com a vizinhança, por ser “brigona” e ter desavenças com alguns vizinhos por questões como a falta de pagamento das contas. Ela disse que, se cobrassem a água e a luz junto na conta individual de cada morador, seria diferente. Ela acredita que deveria haver algum tipo de multa caso algum morador infringisse as regras colocadas em reunião, garantindo assim uma relação melhor entre os vizinhos.

Mônica falou sobre o varal, que tem uso livre por todos os moradores; aparentemente, todos eles respeitam uma regra de uso subentendida, de revezamento do uso pelos vizinhos, com cada um utilizando por um dia os varais. No entanto, a mudança de um novo morador fez com que a harmonia se rompesse, e esse morador passou a usar por dias seguidos o varal. Apesar disso, estava funcionando bem até então e elas tinham a esperança de que voltasse à normalidade em breve. Isadora acredita, mesmo assim, que a imposição de regras com relação ao uso é importante e disse que iria exigir o cumprimento desta regra de revezamento novamente na próxima reunião de condomínio.

Limpeza e manutenção das áreas comuns

Com relação à limpeza das áreas comuns, há discrepâncias com relação ao cuidado dos moradores com os espaços. No prédio 6, cada vizinho limpa apenas a sua área imediata, mas a maior área, que é do térreo, fica toda para Isadora limpar, segundo ela. Não há qualquer revezamento ou discussão coletiva sobre isso. Ela disse que contrata alguém para capinar a área de jardim de tempos em tempos, e que o marido jogou sementes de milho para ver se

ficava mais limpo, com menos lixo.

Já nos prédios 1 e 5, por serem mais organizados, a limpeza ocorre regularmente e é dividida pelos moradores. No prédio 1, além de trabalharem juntos em benfeitorias, Gilberto e Fernando costumam fazer a limpeza das áreas comuns. Marina disse que atualmente, a Ivone é quem costuma lavar o prédio. Fernando disse que fazem revezamento. Marina contou ainda que no início juntavam as mulheres e lavavam; Fernando também lavava. Quando Gilberto era o síndico, ele conseguia pagar alguém para limpar o espaço, as escadas etc.

Wagner, do prédio 5, atua muito na manutenção das plantas e da parte elétrica, faz as coisas, e contou que paga o cunhado para fazer a limpeza dos espaços comuns. No prédio 4, Janaína disse que fazem manutenção no prédio, e que a limpeza do espaço coletivo funciona com revezamento, cada dia quem tem tempo faz. No prédio 6, disseram que pagam alguém pra limpar as áreas comuns mas eles mesmos limpam também. Quem capina é o Pedro, segundo Isadora.

No prédio 7, Camila contou que se mudou no final de 2016, e logo ela e o marido se empenharam em realizar melhorias, entre elas comprar uma grande mangueira com a qual fosse possível limpar os espaços comuns com mais facilidade. No entanto, como veremos adiante, as ações do casal não foram bem recebidas pelos vizinhos.

Relações de vizinhança

As relações entre os vizinhos do prédio 1 são muito boas; Gilberto disse não ter incômodo com a vizinhança, pois eles respeitam o espaço do outro. Quando questionei o que mais gostava no prédio, disse ser o sossego. Perguntei a Marina o que menos gosta e me disse não ter nada; ela disse gostar dos vizinhos e sua mãe, Luísa, contou que vem gente de longe para as festas no seu prédio.

Fernando disse que as festas que dão no prédio não são “aquelas que estrondam”, embora ele diga que já houve festas bem animadas. Contou que vai ter a festa de aniversário da Luísa em breve. De toda forma, segundo ele o seu é um dos melhores prédios, pelo tamanho, espaço, sossego, e disse que é muito bem organizado. A única questão seria que “falta a entrega de alguns moradores”, mas ainda assim todo mundo faz sua parte colaborando. Disse ainda não ter

incômodo com o uso do espaço. Pedi para me dizer o que menos gosta, e ele disse que queria que fosse mais organizado pois, por exemplo, guardam coisas embaixo da escada, teria que ter um quatinho de depósito. O que mais gosta é que é tranquilo, gosta dos moradores em geral. Disse não ter problema com ninguém, a vizinhança é tranquila. Já Flávia disse que os vizinhos não se juntam para fazer benfeitorias.

O Wagner foi a única pessoa que fazia parte do grupo de trabalho do prédio 4, mas me disse que iria convocar outros moradores que estivessem disponíveis para a conversa coletiva. De fato, ele e a esposa, Joana, conseguiram convocar as pessoas e aparentam ter uma boa relação, embora não necessariamente amigável. Wagner e Joana parecem dominar e ser responsáveis pelas decisões do condomínio e do espaço comum, e os outros aparentam não se interessar, ou se sentir pouco à vontade uma vez que o casal sempre toma a frente. Percebi a dominação do casal pelo fato de eles discutirem entre si as questões e darem pouca abertura aos demais moradores. Os outros aparentam se sentir pouco à vontade por comentarem bem menos, e apenas pontualmente.

Wagner disse que, apesar de morarem em apartamentos em conjuntos, existe mais individualismo. O prédio dele é muito sossegado e eles tentam manter a ordem com “punho firme”. Segundo ele, há bastante respeito entre os vizinhos, o convívio é bom.

Janaína disse não ter incômodos com a vizinhança, e que só interfere no espaço comum quando faz festas. Sobre os vizinhos se juntarem para fazer as coisas, disse que se juntam para churrasco e festa. Flávia também disse não ter sentido qualquer incômodo com o uso dos espaços comuns, e que os moradores não se juntam para fazer benfeitorias.

Isadora não parece se sentir muito à vontade com a vizinhança, por ser “brigona” e ter desavenças com alguns vizinhos. Apesar de achar o apartamento bom, fica incomodada com as desavenças com a vizinhança. No entanto, em outro momento ela disse que se dá bem com os vizinhos atuais, a maioria mora há muitos anos também.

Na conversa coletiva, perguntei a Isadora se os vizinhos se envolveriam na realização de seus planos para o espaço do jardim, e ela respondeu que “nem todos, mas acho que a grande maioria sim. (...) Acho que agora todo mundo participa um pouquinho.”

Camila e o marido tentaram cuidar do jardim e plantar, mas não houve adesão dos outros moradores à ideia, que acabou sendo deixada de lado.

Sobre a manutenção ou não da mesma vizinhança anterior à remoção, Fernando disse que “se for olhar, é tudo a mesma vizinhança”, querendo dizer que a maioria dos moradores veio das vilas próximas. Gilberto, Marina, Isadora, Mônica e Regina disseram que a vizinhança não havia sido mantida, enquanto Flávia disse que tem gente da vizinhança original que veio para os prédios também. Marina contou que alguns vizinhos de onde morava antes moram na Januária e na Mem de Sá.

Problemas que vizinhos e as pessoas “criam”

Segundo Regina, quando foi entregue o prédio, “estava bonitinho, mas as pessoas não zelam”. Perguntei se já teve algum incômodo com o uso dos espaços comuns e Regina contou de uma vez em que fizeram uma festa na entrada de seu prédio, com o som muito alto e muita bagunça, confusão. Ela chamou a polícia, mas um pouco depois que as viaturas se foram, o som voltou e não parou até as 11h da manhã do dia seguinte. Outro caso foi o da vizinha que era garota de programa e recebia muitas pessoas de fora; usavam um cadeado no portão e rapidamente ele sumiu. Mas ela se mudou, aparentemente pela pressão da vizinhança. Na conversa coletiva, Regina disse ouvir muito ruído, vizinhos batendo porta.

Gilberto disse que podiam ter resolvido a questão das vagas de estacionamento caso tivessem ocupado uma área na lateral do prédio; ele conta que sugeriu isso mas que outras pessoas invadiram a área, construindo uma edificação que inclusive tem uma janela aberta para o espaço comum, criando conflito de privacidade.

Wagner contou que em outros prédios é comum pessoas relacionadas ao tráfico comprarem apartamentos e alugar; disse que muitos jovens de classe média alugam. Na conversa coletiva, Wagner contou que a questão de ter ou não vaga de garagem já deu muita confusão, um morador vendeu o apartamento com vaga e cobrou bem mais caro por isso; outro vendeu o apartamento mas continuou usando a vaga e depois vendeu só a vaga para outra pessoa. Disse que depois disso o vendedor teria sido ameaçado.

Janaína apontou que um dos problemas com a vizinhança era o ruído de jovens e crianças brincando, que às vezes fica até tarde. Flávia reclamou apenas do mau cheiro atrás do prédio.

Isadora explicou os conflitos que ocorrem em seu prédio pelo caso do varal e o novo

inquilino. O revezamento do uso pelos vizinhos estava funcionando bem até então, com cada um utilizando por um dia os varais, mas recentemente, desde que um vizinho novo se mudou para o local, o uso se tornou um problema, já que este vizinho passou a usar todos os dias.

Além disso, Isadora e Mônica indicaram a área dos fundos do prédio como um local que os vizinhos utilizam para jogar lixo. Perguntei o que Isadora menos gostava em relação aos espaços comuns, e ela aponta que, por morar no primeiro andar, tem menos liberdade. Segundo a moradora, se o portão fica aberto, é comum pessoas envolvidas com o tráfico colocarem motos roubadas na área comum.

Camila me contou que sempre moraram em prédio e que compraram o apartamento pensando que funcionaria como os outros lugares em que vivera. No entanto, tiveram problemas com vizinhança por buscar benfeitorias para o prédio, segundo ela conta. Até o final de 2016, ela e o marido se empenharam em realizar transformações, como comprar uma grande mangueira com a qual fosse possível limpar os espaços comuns com mais facilidade, mas desistiram por conta do comportamento e da reação dos demais moradores. Disse que houve vandalismo do portão que haviam instalado para segurança, contou que pessoas (que inclusive não eram moradores do prédio) estariam usando sem controle a mangueira que ela havia comprado, desperdiçando água.

Problemas e vantagens da construção e do cotidiano

No prédio 1, há uma grande área de jardim mas a terra é ruim para plantio, segundo Gilberto. Quando perguntei o que menos gosta nos espaços comuns, ele indicou falhas na construção e no entorno: ausência de caixa de passagem no prédio dele, não ter grama, e disse que foi tudo muito mal feito. Ele contou que há uma variação muito grande no que foi entregue em cada prédio, pois em outros prédios nasce grama e a terra é melhor.

De problemas, Marina apontou o vazamento de água do prédio superior, que levava ao seu acúmulo na parte de baixo do barranco, trazendo mal cheiro. Fernando reclamou da mesma questão. Segundo ele, Milton teria feito um desvio na tubulação para evitar o problema.

Para Fernando, a iluminação de noite seria muito ruim. Além de instalar refletores, um plano seria instalar câmera, mais para frente. Ele disse que acha feia a frente do prédio. Ele

disse que o ruim do prédio é que tem que andar muito para ir ao comércio e serviços, além disso o acesso de ônibus é difícil, há poucas linhas e eles passam pouco.

Wagner colocou como problema os materiais em que os prédios foram construídos, de péssima qualidade, segundo ele. Ele contou que o tio de sua filha vendeu o apartamento, mas depois de um ano voltou de novo a morar em um dos prédios. Mas ainda assim reclama de problemas da construção, como uma tubulação da rede de esgoto do prédio de baixo que fizeram errado e que está vazando; ele já consertou uma vez mas deu problema novamente. Tem “muita obra errada”, segundo ele.

Na conversa coletiva do prédio 5, os problemas que os moradores acrescentaram aos que citei foram relativos à construção em si, como o material utilizado ser de péssima qualidade, o registro e as torneiras sempre com defeito. Mesmo assim, acreditam que “o apartamento não é ruim”, adequando-se à noção de moradia que seria satisfatória para eles.

Quando cheguei ao apartamento da Janaína, a noite, deu para perceber que a maior parte dos prédios são mal iluminados no período noturno, como já tinham me adiantado os moradores do prédio 1.

Com relação a ocupação dos espaços residuais junto ao prédio 6, Isadora contou que ficou furiosa por conta do uso desse espaço, pois ela, moradora do prédio e, portanto, com mais direito de uso do espaço, recorreu a vários órgãos, como o BH Resolve, para tentar utilizar a área (antes da ocupação pelo trabalhador) construindo uma lanchonete. No entanto, foi informada que, caso a Urbel julgasse inadequada a intervenção, depois de construída, ela perderia todo o investimento e teria que ser derrubada.

Isadora disse que, se tivesse feito o projeto, iria fazer uma quadra ou aumentar o prédio para fazer apartamentos com três quartos. Apesar de achar o apartamento bom, fica incomodada com as desavenças com a vizinhança. Quando eu perguntei o que mais gostava, disse que nada. Pensando um pouco melhor, respondeu que havia sido positivo a possibilidade de colocar a roupa para secar na área externa, pois caso contrário teria que estender na área interna do apartamento, próximo à cozinha, correndo o risco de sujar de gordura etc. Janaína, do prédio 4, também reclamou da falta de uma área de serviço no apartamento afastada da cozinha.

Um problema de que Isadora se lembrou ao longo da entrevista foi o da escada em dias de chuva. Os conjuntos da Rua Nossa Senhora de Fátima são os únicos dentro do recorte

analisado cuja escada é externa ao prédio e, quando chove, ela direciona o fluxo de água para a entrada dos apartamentos. Isadora disse que, se pudesse, fecharia de alguma forma para não ter entrada de água.

Problemas de falta de manutenção dos espaços comuns

Regina reclama muito, na conversa coletiva, do mato alto e sem manutenção pela Prefeitura, que deveria responsabilizar-se. Segundo ela, aparecem animais como cobras devido a esse problema. Na conversa coletiva, Regina contou que, no início, era bem monitorado (nos primeiros dois anos, segundo ela na gestão do Pimentel) e no mandato de Márcio Lacerda, o Aglomerado foi abandonado. Sobre o corte do mato alto, Regina comentou: “A Prefeitura que tem que fazer, não é nós”. Ela disse que surgiam de insetos a cobras no apartamento, aranha, escorpião, lacraia etc. Ela queria que a Prefeitura agilizasse a resolução de problemas, pois além da limpeza e corte do mato teriam que ser consertados dois postes que pararam de acender (iluminação pública) e ficou muito escuro à noite.

Fernando, do prédio 1, indicou como os principais problemas a água jorrando e o mato alto.

Usos, ações e intervenções que se dão nos espaços comuns

Gilberto disse que a churrasqueira quem arrumou foi o vizinho do primeiro andar. Além das brincadeiras das crianças e do espaço dos bancos, usado pelos mais novos até os mais velhos, há a área da churrasqueira, em que fazem churrascos menos de duas vezes por mês. Contou que o pai do Fernando cultivava uma pequena horta nos fundos do prédio, tendo preparado a terra com esterco da roça, e ele também planta ali gengibre e outras espécies.

Desenhei para Marina os espaços comuns do prédio e pedi para apontar as ações dos moradores. Ela falou das plantas e flores plantadas por Laura, a maioria em vasos, uma vez que a “terra” do jardim tem brita e fica sobre piso de cimento. Falou da hortinha do pai do Fernando, no fim do barranco existente. Comentou sobre a grade, dizendo que foi ela, Luísa, Laura e Jorge que buscaram essa melhoria. Sobre os bancos, feito por S. José (pai de Fernando), Rafael, Gilberto e Fernando. E do varal, que fica perto do barranco e da área de churrasco. Marina

comentou que os vizinhos costumam deixar os bichos de estimação (cachorros e gatos) livres no espaço comum. Mesmo assim, disse não ter incômodo com nada nesses espaços. Perguntei a ela o que menos gosta e me disse não ter nada. Ela gosta dos vizinhos e do frescor ao sentar nos bancos. Disse que levou 6 anos para crescerem as árvores, que oferecem sombra e preservam a privacidade para a Avenida.

Pedi a Fernando que indicasse os usos dos espaços comuns e ele apenas disse que no barranco não há uso. Falou que ele e seu pai roçaram a área do barranco e que usaram um produto chamado Roundup para “baixar o mato”. Plantaram, de um lado, feijão e de outro, milho. Segundo ele, Milton foi quem colocou a grade, com o dinheiro reunido de todos os moradores. Perguntei se gostaria de plantar ou criar animais e ele disse que sim, que já criaram galinha, pombo etc. e que criaria galinha novamente; disse ainda que já plantou couve, alface e outras verduras. Atualmente, tem um cachorro.

Na conversa coletiva, falaram novamente dos usos que ocorrem no espaço: na lateral do prédio, realizam churrascos e festas; na entrada e no pátio, acontecem conversas, jogavam peteca e futebol mas agora não jogam mais, mas continua sendo o lugar das crianças brincarem.

Regina contou que há uso no pátio entre os dois prédios e ao longo da rua, mas no espaço de acesso, a partir do portão de seu prédio, seria proibido. Observei que o espaço, de fato, é bastante reduzido, com um jardim pequeno em que ela cuida de algumas plantas. No pátio, conta que, além das brincadeiras das crianças, os moradores fazem festas e churrasco. A gaiola de garagem também é usada pelas pessoas, principalmente em dias de chuva.

Na conversa coletiva, Regina disse que o estacionamento de veículos é um problema para os moradores. Os moradores começaram a usar áreas comuns como garagem e “a Urbel interferiu, fez reunião e deu modelo”. Segundo a Urbel, não tem vaga de morador, quem chegar primeiro tem direito de usar a garagem. Na realidade é diferente, três moradores tem vaga e trancam para que não sejam usadas por outras pessoas.

Ela disse ainda que os vizinhos jogam lixo, como sofá velho, cadeira velha na área comum. Contou que ia fazer horta comunitária numa área: juntaram três moradores limparam tudo e uma pessoa da associação de moradores do Cafezal, tiraram o capim. Conversaram com os vizinhos sobre a horta, que seria para todos os moradores. No entanto, uma vizinha voltou a jogar o lixo no local e resolveram que não iam “mexer com isso, não”, disse Regina. Na Rua embaúba, onde

Dalva mora, ela disse que os moradores colocam os carros no único espaço disponível para as crianças brincarem.

Claudia apontou os usos, o varal que é usado por moradores e onde ela estende roupas mais pesadas e roupa de cama, o banco que compraram, após juntarem dinheiro de todos os vizinhos para adquirir, onde havia iluminação na grama mas queimou, a gaiola de estacionamento ao lado do prédio, onde moradores fazem festa como no dia anterior, e o local onde as crianças brincam, perto do balanço feito com pneu e na garagem que não é cercada. O barranco para baixo foi gramado, assim como a área comum do prédio. Gosta de plantio e criação, mas disse que falta tempo e espaço para tanto, já inclusive tentou plantar na área verde do prédio e “não saiu nada”.

Wagner convidou para sentarmos numa área meio escondida, na lateral direita do prédio, em que fez algumas intervenções, plantou algumas árvores frutíferas e hortaliças e tem piso de terra. Levamos cadeiras que ficam à disposição no espaço comum. As ações que acontecem nessa área são fazer churrascos e sentar, conversar etc. Junto à churrasqueira há alguns banquinhos fixos feitos por ele e próximo há um pneu pendurado numa árvore, servindo de balanço. Mas ele contou que as crianças e jovens brincam mais na rua de acesso. Ele cuida de um galo e uma galinha, que ganhou de um conhecido e brincou que “não era presente, mas ia dar mais trabalho” para ele. Fez um galinheiro na parte de cima do barranco cercado, e mais pra cima cuidava ainda de um pato. Ele comentou que as árvores ajudam a isolar o som externo para o apartamento.

Na conversa coletiva, Wagner comentou que “foram beneficiados” com relação a outros prédios, uma vez que possuem uma área de acesso comum razoavelmente grande, onde com algumas benfeitorias pode-se explorar seu potencial. O que ele vê como melhoria possível seria “cimentar o piso e construir uma mureta de blocos cheios” para contenção do terreno, que tem um aclave em direção à Rua São João. Paula falou que as plantas que Wagner plantou ela não apoia, pois não se interessa em planta e flor que “só gasta água” e não são comestíveis. Ela disse que gostaria de ter uma horta.

Conversei com Flávia e a ação que ocorre nos espaços comuns de seu prédio é brincadeira de criança e jovens. Ela já modificou o espaço coletivo trazendo um sofá para fora, temporariamente - usaram de assento. Mas disse que depois de algum tempo botaram fogo no sofá. Flávia disse não ter nada que menos gosta, e que gosta mais de ficar em casa.

Iniciei a entrevista com Isadora a partir das dinâmicas que havia preparado. Desenhei rapidamente a planta do prédio com os espaços comuns e perguntei quais ações aconteciam nestes espaços. Isadora indicou o local onde havia um jardim originalmente e que ela mandou cimentar, para ser utilizada como área de secagem de roupas. (Isso ocorreu quando ela se mudou, há cerca de dois anos.) Além disso, o espaço de estacionamento seria utilizado não só por moradores, mas também por uma pessoa que trabalha na Rua Nossa Senhora de Fátima, próximo ao prédio. Disse que a gaiola existente na lateral de seu prédio é do terceiro prédio seguindo a Rua Nossa Sra. de Fátima.

Na conversa coletiva, Isadora disse, sobre os problemas: “é só o que eu falei mesmo (...) e de fazer a área de lazer que acho que seria bem mais aproveitado”. Segundo ela, não “tem necessidade nenhuma desse jardim porque ninguém cuida”. Sobre o varal, ela conta como foi o processo: “o varal foi assim: eu perguntei a Soraia, que era a síndica, perguntei se eu poderia tirar e limpar aqui fora e ela disse que não tinha nada a ver, que essa área é do pessoal de baixo” O varal seria usado por todos, “quem quisesse usar podia usar”, segundo Isadora.

Isadora criticou a área verde projetada no entorno do prédio: “Deixaram essa área que fica só para acumular lixo”. Ela disse que pessoas de outros prédios jogam lixo na área também, tinha um buraco na cerca que agora foi remendada.

Transformações que imaginam para o espaço

Gilberto apontou para uma foto com um muro de tijolos e disse que pensa em fazer um muro fechando a fachada oposta ao acesso da área comum.

Por ser a terra ruim para plantio e por já haver área verde na parte dos fundos do prédio, ele pensa em colocar brita em parte do jardim, buscando aproveitar o espaço para outros usos. Além disso, Gilberto pensa em arrumar a área para a churrasqueira, colocando uma cobertura da lateral do prédio até a divisa do terreno; essa seria a intervenção prioritária, segundo ele. Outro plano dos moradores para o local seria, segundo ele, “fazer uma laje para criar vagas” de estacionamento na área.

Quando perguntei qual intervenção que ele faria no espaço, ele opta pela última, que demandaria fazer uma rampa de acesso para carro e tirar todo o jardim da frente. Seria possível

criar muitas vagas; 6, segundo a previsão de Gilberto, o que daria para todos os apartamentos terem uma vaga, já que existem duas gaiolas de estacionamento na parte da frente da área comum, com acesso pela Avenida Jefferson Coelho da Silva. Mas ele mesmo diz que teriam que ver na Prefeitura se seria aceito.

Disse que tinha a intenção também de fazer uma horta vertical de garrafa PET no jardim frontal.

Sobre as propostas, Marina disse querer fazer o quiosque com toldo e bancos. Onde fica hoje a churrasqueira (que ela chamou de “nossa bagunça”), ela propôs fazer uma área de convivência. Citou ainda o plano para garagem, mas disse que não concorda.

Fernando começou naturalmente a descrever as intervenções que planejam fazer nos espaços coletivos. Cimentar a área de jardim posterior e construir quiosque com telha de zinco. Construir em um trecho do barranco banheiro e espaço para churrasqueira. Subir um muro de 3m de altura na divisa que dá para uma área ocupada. Manter um trecho de jardim mais próximo ao portão de acesso. Comentou sobre a possibilidade de fazer a obra para colocar vagas de garagem na entrada do prédio e acha “fora de nexa”, principalmente porque o espaço é ocupado pelas crianças; ele imagina mais um playground do que essa solução mais radical. Aposta em ir melhorando aos poucos. Outro plano é instalar câmera, futuramente.

Conversei com a Gorete, do prédio 1, e perguntei se ela interviria de alguma forma no espaço comum, ela respondeu que colocaria câmera, pela proteção principalmente das crianças e das “pessoas de idade”, que estão mais vulneráveis.

Pedi para me dizer o que menos gosta, e Fernando disse que queria que fosse mais organizado pois, por exemplo, guardam coisas embaixo da escada, teria que ter um quatinho de depósito. Na conversa coletiva do prédio 1, foi colocada a ideia de Gilberto de fazer horta vertical na cerca, que foi bem aceita pelo Fernando, que já sabia do que se tratava e explicou como seria.

No prédio 2, na conversa coletiva falaram da ideia de intervenção: fazer garagem lá e salão de festas e área pras crianças brincarem. Assim, as pessoas deixariam de jogar lixo, segundo Regina. As expectativas são várias: Regina espera que a Prefeitura cimente as áreas verdes, enquanto Manuela sugere que a garagem fique em outro lugar para deixar espaço para crianças.

Os planos de Wagner são levantar um muro de “6 blocos cheios” para proteger e segurar a terra que sobe em direção a Rua São João e arrumar o espaço para melhorar o uso, cimentar o piso, sem colocar cobertura.

Na conversa coletiva do prédio 5, comentaram sobre a área verde: “Tem um espaço muito bom ali atrás, ele só não é aproveitado”, disse Joana. Consideram que o espaço que tem no prédio é bom: “Pra nós é ótimo”, disse Joana. Querem “uma área de lazer bacana”, segundo Joana. “Quer como se fosse um salão de festas”, Gilberto completou.

“O que daria bem [na área dos fundos] (...) seria uma horta”, disse Wagner. Mas os moradores apontam que a área tem acesso por outras pessoas, fazem buraco na tela para invadir e “cortar o caminho”.

Flávia gostaria de intervir mudando a grade e baixando o mato. Isadora disse que adoraria ter uma área de lazer, com mesinhas, ou uma academia da cidade. Mônica também gostaria de fazer algo na área de jardim para não ficar sujo. Ela acredita que a colocação de mesas e bancos pode ser uma alternativa que ajude nisso. Falou que Isadora pensa em fazer uma hortinha na área comum. Na conversa coletiva do prédio 6, Pedro disse que “tem que acertar tudo, deixar plano”, referindo-se à área verde dos fundos do prédio.

Habilidades manuais, iniciativa e posicionamento pessoal

Gilberto disse que ele e Fernando são os que mais fazem as coisas no prédio 1, aparentando-se satisfeito. Perguntei qual a especialidade dele, pois demonstra habilidade e respondeu que é eletricitista de formação, embora não trabalhe com isso por falta de opção; atualmente, é faxineiro na Escola Edson Pisani. Mas conta que consegue fazer de tudo, reboco, massa corrida etc. Ele diz que está sempre “procurando melhorar o espaço” e que prefere ir “trabalhando a ideia para depois fazer”, para “fazer bem feito”.

Na conversa coletiva, novamente falaram que o trabalho de execução e concepção vem muito de Gilberto e Fernando, “sabe que será benefício para todo mundo, faz”. Ou seja, se acham interessante, pegam e fazem. Manuel disse: “o que for bem para você, é bem pra mim”. Segundo eles, as pessoas do prédio não costumam se reunir muito, não tem horário comum pra todos encontrarem, o que dificulta uma decisão horizontal em que todos participem.

Fernando disse que o pai é servente de pedreiro e um dos irmãos é engenheiro; ele estuda informática. Seu outro irmão, faz muitas coisas mas não quer estudar, o que para Fernando é um desperdício. Ele gostaria de oferecer seus serviços anunciando.

Wagner disse que nem todas as pessoas dos outros prédios conseguiram utilizar bem o espaço, como ele fez. Perguntei onde ele aprendeu as habilidades manuais e disse que foi na vida, observando outras pessoas fazerem. Wagner me contou que a execução e a concepção de intervenções já realizadas foi dele.

Perguntei a Janaína se alguém da casa tem habilidades manuais e me respondeu que não. Isadora comentou que seu filho está fazendo uma oficina de bambu no CRAS e que Beatriz começou a fazer artesanato no Centro Cultural, mas logo desistiu pois não tinha paciência. Mônica comentou que no prédio vizinho mora um pedreiro.

Histórico, como e quando se mudou para o local

Na etapa de perguntas, Gilberto me disse que mora no apartamento há 10 anos, e veio de uma casa que compraram e disseram estar em área de risco; deram dois apartamentos, o outro ficando para sua irmã, no prédio vizinho.

Marina e Luísa se mudaram em 2008, há 9 anos, vindo do Cafezal, de uma casa que estava em área de risco e que haviam comprado.

Fernando contou que mora há 10 anos no apartamento, que morava antes na “mata em frente” ao prédio, apontando para oeste. Na casa em que morava, a parte de baixo cedeu e a família foi morar de bolsa aluguel, por 4 ou 5 anos, quando mudaram muitas vezes.

Regina contou que se mudou para o apartamento em 2007, há dez anos, e antes morava de aluguel (mas tinha uma casa em área de risco). Pelas dificuldades com o aluguel, por ter o marido acamado, necessitando de cuidados e atenção, e graças ao histórico como liderança local, conseguiu o apartamento.

Wagner mudou-se com sua família há 10 anos para o local. Janaína contou que mora no local há 15 anos, o que parece irreal pois a média dos vizinhos é de 10 anos. Flávia contou que se mudou em 2007, há 10 anos, e morava antes no Cafezal. Isadora contou que mudou para

o apartamento há dois anos, quando trocou por uma casa no Céu Azul. Mônica se mudou em 2009, há 8 anos.

Camila contou que sua família sempre morou em prédio e que compraram o apartamento em 2016 pensando que funcionaria como os outros lugares em que vivera.

Espaços públicos

Sobre praças e parques, Gilberto disse que Belo Horizonte deixa muito a desejar nesse quesito, apenas comentou que gostava de algum parque (falou de algo relacionado a tobogã). O espaço público da cidade apontado por Marina foi o Parque Municipal, onde ela gosta de se sentar perto da lagoa.

Fernando citou o zoológico, mas disse que já gostou mais, porque hoje está sucateado; o Inhotim, embora fique em Brumadinho; o Parque Municipal, que ele considera muito ruim; Parque das Mangabeiras, que estaria melhor. Já as praças citadas foram a da Liberdade, “bacana”, segundo ele; a Praça da Estação, que ele acha muito largada, e só é mais usada para eventos maiores e a Praça do Cardoso, que não gosta pelo que os moradores fazem nela, só festa com muita bebida etc.

Sobre os espaços públicos que gosta, Wagner apontou a Praça do BG (batalhão) e a Praça JK. Disse não gostar da Praça da Assembleia, falando que lá só é tão arrumado por estar em uma área nobre da cidade.

Flávia disse gostar da Praça da Liberdade. Isadora indicou a Praça BG, na Av. dos Andradas. Disse que os filhos dela gostam da Praça do Cardoso, mas ela não gosta de ir, principalmente por causa das pessoas que frequentam o local.

Pretensão em se manter ou mudar-se do apartamento

Gilberto disse que pensa em se manter no prédio, pois é um “lugar bom de morar”.

Marina e Luísa não pretendem se manter no apartamento, mas gostariam de alugar para não ter que se desfazer. Querem um local onde possam deixar os animais livres (elas têm dois

gatos e um cachorro).

Fernando pretende se mudar futuramente, pois acredita que significa crescer, mudar o patamar; ou então fazer lá melhorar.

Regina pensa em “sair fora”; disse que está difícil conseguir comprar casa, mas que é o que quer; precisa de três quartos para que o marido possa ficar em um deles, e não na sala.

Wagner pensa em um dia se mudar, principalmente porque tem muitos cachorros. Tem moto, então é fácil guardar em algum lugar seguro, não precisou fazer gaiola. Janaína pensa em se manter no prédio, enquanto tiver emprego e for possível. Isadora disse que queria ir embora, trocar novamente de apartamento ou ir para uma casa.

Espaço público, espaço privado

No prédio 1, na conversa coletiva, concordaram com o uso da expressão “espaço de uso coletivo” para se referir ao espaço comum de acesso dos moradores. Gilberto contou que explicou uma vez em reunião de condomínio para uma vizinha que o espaço era comum de todos, que tinha que ter mais cuidado que no espaço da casa pois deveria ser preservado para os outros moradores.

No prédio 2, durante a conversa coletiva, comentaram que o espaço é privado dos moradores, mas que entra cachorro e gato de fora. Estavam pensando em colocar um portão na rua (João), Regina explica que é proibido porque é rua, ou seja, seria espaço público. Para ela, o que a Urbel fala é isso e pronto.

No prédio 5, consideraram que o espaço é semi-privado, e que o ideal é permanecer assim. Wagner acredita que “tem que restringir mesmo o acesso de pessoas de fora pra cá”. As pessoas de outros prédios “não vem pra cá pra ajudar, vem pra bagunçar”, segundo Joana.

Apêndice B: Transcrição do experimento

Wagner: Tenho que render o cara pra o cara ir embora.

Pesquisadora: Sei como. Mas vamos fazendo aqui.

Wagner: Não quer fazer com ela [Catarina] não? Que ela vai saber responder.

Catarina: Eu garanto que não.

Wagner: Gente, gente. Quanto tempo? Eu estou falando de horário mesmo.

Pesquisadora: Uma meia hora mais ou menos.

Joana: É, meia hora é rapidão.

Wagner: Nem tão, nem tão. Fica sentado esperando meia hora para você ver.

Pesquisadora: A ideia é ler [os cartões] e discutir com vocês. Na verdade, cada um podia se apresentar primeiro.

Wagner: Catarina, senta aqui.

Catarina: Quero ficar em pé.

Wagner: Por que não? Não vai crescer mais nada

Pesquisadora: Vocês podem se apresentar, por favor?

Wagner: Ah, uai, meu nome é Wagner [impossível compreender], moro aqui na São João com Largo da Castanheiras, né? Tenho aproximadamente, vai fazer aproximadamente uns 11 anos né? Que a gente mora aqui. E assim, aqui é tranquilo, em termos assim, para criar, pelo menos esse ambiente aqui é tranquilo, não sei os demais. Mas é tranquilo, tenho uma profissão, sou porteiro, mexo com parte de segurança, e tenho duas filhas, uma de 16 anos, a Juliana, e a Carla, de 12. [Impossível compreender] e quatro cachorros, dois passarinho, três gatos, dois pato, olha lá, as galinha até fugiu, olha lá. Fugiu com os patos. E assim, aqui é o melhor lugar da Serra para morar.

Gilberto: A realidade nossa é assim.

Wagner: É, uai, não muda muito não.

Gilberto: Meu nome é Gilberto, moro na São João ali, número 20, primeiro predinho à direita de quem 'tá subindo. Também ali onde eu moro é um lugar bom de se morar, vizinhança é tudo de

família, não tem bagunça, não tem nada. Todo mundo respeita todo mundo.

Wagner: Só os de fora que grita: 'tá rolando! 'Tá rolando!

Gilberto: É, a gente fica... 24 hora por dia. Você acostuma né? Acostuma com tudo. [Impossível compreender] pra deixar mais ou menos em ordem, né?

Wagner: E você é o síndico lá?

Gilberto: Agora, sou.

Wagner: É, aqui a gente que é o síndico.

Gilberto: Você é o síndico né?

Wagner: [impossível compreender] caixa?

Gilberto: Pelo menos no momento lá, na situação lá [impossível compreender] não tem nada... 'tá zerado.

Wagner: Não, mas você, mas 'tá levantando, levanta?

Gilberto: É, só quando vai fazer alguma coisa lá fora.

Wagner: Num levanta mês, mês a mês? Não levanta, não?

Gilberto: Não, porque...

Wagner: Aqui a gente levanta mês a mês.

Gilberto: É, tem aquele negócio, tem gente que não quer pagar as coisas.

Wagner: Você viu o portão, hein? O portão nós trocou, você viu o portão ali? Você viu o portão? Essa semana que eles colocou aquele portão [impossível compreender]. Mandamos trocar, mexer no portão. No portão, a parte de baixo dele...

Gilberto: Tirou aquela cerca de lá, né?

Wagner: Arame farpado...

Gilberto: Lá, quando a gente tem alguma coisa...

[Conversa paralela entre Catarina e Joana]

Catarina: Mas aqui a gente procura o máximo ajudar mesmo, e eu sei que faz as coisas é pra mim, né?

Joana: Para nós, né?

Catarina: Então, assim, na minha casa, ninguém vai conseguir abrir minha casa, [mas no Aglomerado] porque senão cai, tal, e aí pra onde a gente vai? O melhor lugarzinho é esse aqui mesmo.

Gilberto: [Impossível compreender] eu mesmo faço... com o que a gente tiver [impossível compreender].

[Comentam sobre os frangos passeando]

Pesquisadora: Esses cartões tem alguns temas de discussão aqui.

Wagner: Eu vi aqui.

Pesquisadora: Aí se vocês quiserem apresentar ou responder direto as perguntas...

Wagner: “Você mantém contato com algum morador da sua vizinhança original?” Uai, no caso específico, tem, ela morava perto... aqui muita gente que morava muito perto.

Pesquisadora: É tem o pessoal da família, né? E foi junto? Vocês moravam juntos antes?

Joana: Não.

[Impossível compreender]

Catarina: Dividia parede. Mas os barraquinho era tudo separado, cada um pagava sua conta.

Joana: Era independente, né? Mas porém é juntos, mas as dependências eram próximas.

[Marcos comenta sobre alguma coisa]

Pesquisadora: Chega aí, Carlos!

Joana: Não, deixa lá.

[Risos]

Joana: Você fica aí, senão você vai atrapalhar o negócio aqui.

Wagner: E esse negócio que você ‘tá falando aqui? ‘Quais eram as principais questões entre vizinhos antes da remoção?’ Ah, o que existe da remoção é a pessoa insegura, se ia ser bom, se não ia, sobre o aspecto que morava antes. Mas assim, não adiantava, antes não era bom, porque o negócio era uma parede... Eu, pelo menos, sempre morei perto muito de barranco,

então quando chovia, o pé da parede ia até uma altura, assim, ficava ali meio esverdeada, no predinho você não tem isso. No predinho cai chuva, cai sol, você 'tá sequinho do mesmo jeito, você não tem aquele lodo que tinha antes. Então assim, eu pelo menos... não é como eu já te falei a primeira vez que você veio aqui eu já te falei: o que eu penso não é o pensamento geral de todo mundo que mora no prédio. Que nem a dona Marta ali ela morreu porque ela mudou pra cá. Que sumiram com os três cachorros dela. Ela ficou sem cachorro...

Joana: Entrou em depressão...

Wagner: ...ficou deprimida e acabou morrendo. Então, assim... a gente não, a gente gostou, a gente gosta do lugar, é um ambiente tranquilo, que nem, lá em cima é muito barraco em cima do outro. Aqui você não tem barraco em cima do outro. Você tem aqui uma área que é onde é que você mora.

Joana: Você tem casas em cima das outras.

Wagner: Não, mas você fala do lance do aglomerado, o próprio termo aglomerado, já vem falar de aglomeração como? Você fez um barraco aqui, seu barraco terminou aqui, o outro já vem já emenda outro aqui. Você não vê uma coisa urbanizada nem organizada, por mais que eles tenta, que nem, urbanizou muito a favela, o beco, tudo cimentado. Urbanizou, mas não colocou em ordem como teria que ser. Você não colocou mesmo, assim, pra você ver, tem beco aí que não dá nada com nada. Esse que passa lá atrás de vocês lá. Aquele beco sai ali atrás do trailer, você não consegue subir naquele beco. Que é "colonhão" te deita assim por cima de você.

Gilberto: É, cara passa para arrumar [Impossível compreender]

Wagner: Então assim, não há manutenção, então no meu modo de pensar, pra mim, o predinho é bom demais, tranquilo. Tem que ver aqui à noite [impossível compreender]. Clareia aqui, fica uma coisa boa, pode vir sentar aqui, se quiser bater um papo, fazer uma fogueira que todo mundo gosta de fazer fogueira, olha a lenha lá, as lenha tão ali embaixo. Eu acho muito bom. Muitos mudaram, viu? "Para onde foram os vizinhos originais?"

Joana: Foram para piores lugares.

Catarina: Piores lugares.

Joana: Porque [Impossível compreender] que o lugar é ruim, mas não é que o lugar é ruim, a pessoa que não faz o lugar: não tem lugar ruim. [Impossível compreender]

Catarina: Mas o predinho quebra galho.

Wagner: 'Ou eles se mantiveram no local?' Olha, muita gente mudou, então por exemplo um rapaz que teve aqui com a gente no último andar, ele já não mora mais aqui, ele mudou para o interior, alugou apartamento. Mas eu pelo menos acho assim: a maioria das pessoas que mudou volta ou quer voltar. Por quê? Gente, você pode morar na Serra, você mora dentro da favela, mas tem uma coisa: você está dentro da capital. A Praça Sete, você vai a pé. Quantos postos de saúde tem aqui? A UMEI, quantas UMEI tem? É uma aqui, uma lá, uma na Del Rey, outra lá no [impossível compreender]. É cheio de UMEI. Posto? O São Miguel aqui, tem um lá no fundo lá, tem o do Cafezal, tem o da Vila Marçola lá... Então assim, é só burro que muda. Porque, é sério, porque você encontra tudo aqui. Da onde, em que cidade, não precisa ir longe não! Vai pra Matozinhos, Márcio Leopoldo... ô, a cidade não anda. Vai ter movimento lá no carnaval, carnaval vai ter um movimento. Fora disso não tem movimento na cidade. É tudo parado. [Fala da rodoviária, sujeira, bagunça]. Então, eu penso assim: assim que você sai da capital, você já perdeu muita coisa. O prefeito é outro, os vereadores são outros, a administração é outra. [Contou de seu pai, que mora no Céu Azul, em Ribeirão das Neves]. Então assim, eu penso assim, quem mudou, não ficou de bem, e 'tá voltando por aí, eles volta, de vez em quando a gente encontra eles por aí. Sabe como é que eles volta? Eles vendem a casa deles lá e vem morar de aluguel aqui. Até invadiu uma área ali, olha, e construiu barraco... [Mostrou onde ocorreram invasões na paisagem imediata].

Pesquisadora: Vou te cortar aqui, Wagner. Porque senão vai durar mais de meia hora.

[Risos]

Wagner: Pode cortar. Eu estou aceitando. Não, eu 'tou pensando: "Vou fazer um arroz".

Pesquisadora: E o seu, Gilberto?

Gilberto: 'Quais ações acontecem na área comum do seu prédio?' De vez em quando a gente reúne lá, Fernando e a família fazem muito churrasco. E limpeza, né? Que a gente tem que fazer limpeza na área, de vez em quando a gente chega, tem que dar uma geral ali.

Wagner: Vocês chegaram a colocar piso lá?

Gilberto: Não, não... a escada está do mesmo jeito. Então, o que acontece é isso, churrasco, de vez em quando, não é sempre, e a gente vai sempre dando uma manutenção e limpeza. E outra aqui: 'Você gostaria de cuidar de animais em sua casa?' Em apartamento, de jeito nenhum. Pra mim, não.

Wagner: Eu tenho quatro.

[Risos]

Gilberto: Quando nós morávamos lá em cima, nós tínhamos uma casa, tinha um terreno grande. Aí minha mãe tinha galinha, pato, marreco, tinha tudo sabe? Tinha pé de manga, pé de goiaba, urucum.

Wagner: Era outra vivência.

Gilberto: Urucum ela mesmo plantou, depois ela mesmo fazia [impossível compreender] dela. Então a gente podia ter essas coisas, agora em apartamento eu acho que não rola, não.

Wagner: Eu aqui eles deixaram para mim. [Referindo-se aos patos] Na verdade não é meu, o que aconteceu: o vizinho mudou lá do quarto andar e a pata ficou chocando. Aí para não levar a pata chocando, ele deixou o casal de patos. Beleza. As galinha é porque eles 'tava tudo pequenininho, aí falei vou deixar aí junto com os patos, aí ficou. ... que nem o pato come muito, eu tenho que ir no sacolão cedo... todo dia de manhã, não adianta... tem que comprar algo para ele comer.

Gilberto: 'Seu prédio é arborizado? Você concorda que isola o som?' Arborizado, não. Né? Só tem aquela arvorezinha, aquela semente, que ela nasce em qualquer lugar.

Wagner: Aquela praga! Aquilo não é planta, pra mim é praga. Planta, praga e mato! Elas são boas sabe pra quê? Pra arrebentar... calçada.

Gilberto: Você vê, essa parte de baixo ali tá tudo cheio delas, eu acho legal.

Wagner: Elas são boas pra sombra mas elas são boas sabe pra que? Para arrebentar qualquer tipo de parede. Você viu ali? Tem umas lá, você sobe lá em cima, elas plantam raiz de outra coisa, a raiz dela é raiz "peão", a mudinha 'tá desse tamanho [faz um gesto mostrando um tamanho pequeno], na hora que você puxa, a raiz é deste tamanho [faz um gesto amplo]. Então, aquilo lá, se você já viajou em BR, você já viu que tem em beira de estrada, é para divisão de BR. Eu, assim, todas eu arranco, tem umas pragas delas ali, de vez em quando eu passo óleo queimado nelas. Porque ela não serve para nenhuma finalidade a não ser segurar o terreno. Como... tem muitos anos que você mora aqui, não tem?

Gilberto: Vai fazer onze anos.

Wagner: Você lembra quando não era essa rua, vinha lá uma rua de pedra, que saía lá na [Rua]

Pedra Verde ali. Esse monte de coisa que eles fizeram em volta dessa rua, isso ficou muita terra solta. Aí que eles 'usou' essa planta. A raiz dela é danada, viu?

Gilberto: [mas] ela quebra o galho, sô! 'Você concorda que isola o som?' Você acha?

Pesquisadora: Eu não acho nada. [Risos]

Gilberto: É, depende.

Wagner: Não, gente, mas isso é física, né? Isola mesmo.

Gilberto: Se tiver bastante, né?

Wagner: Qualquer barulho que introduz aqui, ó, do lado de lá, você pode saber que a árvore segura beleza.

Gilberto: Segura, você vai pra dentro da mata da Baleia lá, 'tá tudo acontecendo ao seu redor, você 'tá lá [...] no campo lá, neguinho tá gritando, berrando lá, você só vai ver que eles 'tão a partir do momento que você [chega] dez, cinco metros deles [...]. No caso ali do nosso, não dá, porque ali...

Wagner: Não, no seu não tem porque também é mais vazado né? Elas são mais abertas. E outra coisa: o movimento é muito maior do que o tamanho das árvores.

Gilberto: Com certeza.

Wagner: Isso mesmo.

Joana: Agora é o meu, né?

Pesquisadora: É, aí você quer... ler as perguntas?

Joana: 'Como funciona a limpeza dos espaços comuns do seu prédio?' A limpeza aqui [...] é semanal, né? Então, fazemos o que damos conta. Como todo mundo aqui trabalha e tem pessoas idosas que também não podem ajudar, né? Que a gente até compreende, aí eu prefiro que eu mesmo limpo, meu irmão [Marcos] limpa também, a gente dá a ele um valor 'x' para ele - não de acordo [com o] que ele tem que receber, mas como ele mora aqui também, ele também ajuda nessa forma. Tem o Wagner também que ajuda aí no jardim também, ele capina... então a gente fica assim, vai revezando, né? E como eu só fico aqui em casa final de semana e nem sempre, eu só limpo sábado ou domingo. Aí durante a semana tem que ir mantendo isso, esse costume ficou, só limpo sábado ou domingo. Eu tento convencer os moradores que não é para

colocar lixo na porta. Porque? Porque não tem gente que recolhe esse lixo. A lixeira é logo ali, e todo mundo sai de manhã cedo, então não custa nada levar lá. Ou então, se ‘tiver com preguiça, à noite, vai dormir, coloca no tanque. E já tive sério problema com moradores aqui.

Catarina: Coloca o lixo lá fora da casa dela [Impossível compreender]; é barraco.

Joana: Aí fica complicado, porque se todos moradores aquele monte de coisa na porta - eu tenho quatro cachorros dentro de casa -, como é que eu vou por aquele monte de coisa na minha porta, e se eu não quiser levar para a lixeira? Vai ficar ali. Então assim, cada um tem que ter a conscientização de que não tem que colocar, né? A lixeira ‘tá logo ali, é só levar para lá. E, se todos fizer assim, fica muito bom. Mas agora ‘tá tudo tranquilo.

[Conversa paralela]

Joana: Aí tem: ‘Os vizinhos se ajudam na limpeza desses espaços?’ Respondi também né, automaticamente?

Catarina: A Dominga ajudava né?

Joana: Ajudava, igual eu falei, ajuda como pode, né? Vamos supor que ele não pode, aí é só bater na porta de fulano, se ele ‘tiver lá, ele ajuda. Mas eu prefiro que um só me ajuda para não ter problema, porque muita gente também acaba é atrapalhando, então duas pessoas é suficiente. ‘Os vizinhos jogam lixo nas áreas comuns?’.

Catarina: Não joga, não.

[Conversa paralela]

Joana: Não, não jogam. Começaram a jogar um litro de leite pela janela, eu fui lá, cortei, mas assim, foi imediato, não jogam mais. ‘Como funciona a manutenção dos jardins?’ Eu também falei, né? Ele limpa, ele, quando eu posso ajudar, eu também, ele gosta de plantar, né? Sempre ‘tá mantendo em ordem a limpeza, enfim. ‘Você acha que a Prefeitura deveria auxiliar na manutenção dessas áreas?’ Eu acho que sim, não diretamente dentro do prédio, mas ao redor...

Wagner: Ao redor, também acho, tipo aqui assim.

Joana: Assim, ali dentro. Aqui ‘tá baixo porque ele capinou. Porque senão o mato ‘tava assim - de altura. E o último que capinou um pedaço ali faleceu depois de três dias. Mas não por isso, mas pela idade.

[Comentamos sobre o acontecido]

Wagner: Então assim, né? Falar negócio de saúde é complicado. E ele capinou isso tudo aí, não tem nem um mês.

Joana: Ele veio tudo lá, subiu... Nem pertence eles, porque a gente que tem a chave daqui então pertence à gente. Só que falamos “Ah, deixa ele capinar, né? Ele ‘tá ajudando na limpeza, não quer dizer que ele ‘tá tomando a propriedade. Deixa ele limpar”. Ele também gostava de plantar, aí ele plantou, faleceu.

Catarina: É, deixa... Tadinho.

Joana: Agora vamos deixar a Débora.

[Risos]

Pesquisadora: Aqui, cada um tem que pegar para ver [as ilustrações - interface 2], temos algumas imagens de espaços comuns e tem umas perguntas. Dá para sacar mais ou menos que espaço que é...?

Wagner: Você ‘tá falando que isso aqui é algum espaço lá de cima?

Pesquisadora: Não, é algum espaço público da cidade.

Wagner: Eu vi né? Que a situação... [Lê a pergunta existente na ilustração] Ah, isso é lá pela Savassi afora!

Pesquisadora: Esse na verdade é lá no Prado.

Wagner: É a praça do Prado? [Conta que conhece a praça do Prado, que vai para lá de bicicleta]

Pesquisadora: É uma pracinha lá.

Wagner: O Parque Municipal devia ser muito mais bem utilizado. Eu ‘tou triste, o Parque das Mangabeiras ‘tá fechado até hoje.

Débora: Esse do Gilberto, você leu aí, Dílson? Esse é bem diferente né?

Wagner: Mas isso, você sabe que isso daqui foge muito do nosso aqui.

Débora: Sim, sim, eu sei.

Wagner: Foge bem né? [Risos] Como diz aquela moça: “nada a ver, tio”.

Pesquisadora: Foge. Mas o dela [Joana] ali não foge tanto.

Joana: O meu é a respeito da Praça do Cardoso. [Falam que é parecido] Pelas suas ondulações, pelo desenho que foi feito, é bem parecido, sim. Aí, do lado aqui, aparentemente parece que é um prédio, né? Não tem como saber se é um prédio porque não tem a divisão. Mas tem uma planta ou outra, é aquela que desce.

Wagner: Peraí. Não é Santa Tereza, não, uai.

Pesquisadora: Viaduto Santa Tereza.

Wagner: Santa Tereza, aquela subida que encontra com [a Rua da] Bahia, não é?

Pesquisadora: É.

Joana: Wagner, não é para identificar o local; é mais ou menos...

Wagner: Porque ela tá falando do parque [Municipal] aqui. Mas ficou muito... Assim, eu logo identifiquei o que é que era. Porque eu rodo esse viaduto de bicicleta. Mas eles mexeram nesse espaço, não é?

[Comentamos sobre a reforma que aconteceu sob o viaduto e dos gastos dispendidos lá]

Wagner: Aqui, que nem o parque mesmo, o Parque Municipal devia ser muito mais bem utilizado. Eu 'tou triste, que o Parque das Mangabeiras 'tá fechado até hoje.

Joana: Aqui, está perguntando sobre futebol. [Lê as perguntas presentes na ilustração X]

Marcos: Isso aqui é um prédio coberto com floresta, com árvores maravilhosas não é?

Pesquisadora: É.

Marcos: Já pensou todo mundo morasse num lugar desses? Todo mundo seria feliz, não é? Com segurança e tudo?

Joana: Segurança quem faz é a gente.

Pesquisadora: Esse do Gilberto [ilustração X], eu também queria saber se vocês gostariam de morar em um lugar assim.

Wagner: Não, não, nós gosta' é de mato, nós é bicho.

Pesquisadora: Isso é lá no Belvedere.

Joana: Gosto de mato, gosto de liberdade. Eu moro no primeiro andar, já entro, já saio, já vou pra rua.

Wagner: Não quero, nem um pouco, passo na frente daquelas mansão lá, olho para elas assim, falo assim 'ou, dessa daí eu só quero [Impossível compreender], só o dinheiro. Não vale a pena.

Joana: E eu também tenho bicho dentro de casa, então não dá. Fica limitado ao seu espaço, é limitado, é só ali dentro. Tem que descer... Eu acho é que eu não gosto, eu até gosto de ficar dentro de casa. [...] Às vezes é até bom né? Mas assim, eu gosto de ficar mais dentro de casa, mas assim... Criança, criança quando quer brincar, não tem como brincar.

Marcos: Ficar muito preocupado: "Eu vou sair aqui agora, eu vou ser roubado". Uma pessoa rica...

Joana: Aqui também tem.

Marcos: Mas isso é outra história.

Joana: Quando alguém quer fazer alguma coisa, quer bagunçar. [...] Quer usar o espaço, o espaço não é só seu, é de todos, então você tem que respeitar pra você ser respeitado.

Gilberto: O ruim é isso, que as pessoas não sabem respeitar.

Joana: Realmente, domina o lugar.

[Discussão, conversas paralelas]

Pesquisadora: Vamos lá. Aí, vamos começar pegando o primeiro cartão [da interface 3] e passa para o lado. [Explico o primeiro cartão e sigo na sequência]

Pesquisadora: São espaços meio opostos.

Wagner: Você fala espaço.... qual?

Pesquisadora: Esse é no Santa Tereza mas 'tá modificado. É um espaço público mais livre, de uso mais espontâneo. E ele contrapõe com aquele que 'tá na mão do Gilberto, que é um espaço privatizado, as pessoas não tem muito espaço para ficar...

Wagner: Ah, não tem muito acesso também à área, né?

Pesquisadora: É. Tem muito carro, é mais voltado para o consumo...

[Passamos para o cartão seguinte]

Carlos: Evolução urbana aqui... cidade comercial, cidade industrial, o que é zona crítica?

Pesquisadora: É um momento que estamos caminhando para chegar. O autor vai explicando

desde a Antiguidade, passa pela cidade comercial, que é medieval, cidade industrial. E a zona crítica é como se urbanizasse a sociedade toda.

[Mudamos de local para um mais bem iluminado. Wagner pergunta sobre o tempo de duração]

Wagner: Em que aspecto fala isso?

Débora: Então, isso aqui é sobre um trabalho desse filósofo que ele mostra a cidade política, exemplifica com a cidade da Grécia Antiga, em que a coisa mais importante é a ação e o discurso, porque os homens são políticos e atuam. E aqui, dentro dessa sociedade que tem o comércio, mas ele é deixado de lado.

Wagner: [Fala baixo:] Você vai trazer isso para nós?

[Risos]

Pesquisadora: Vem a cidade comercial medieval.

Wagner: Fica mais fácil o comércio, né? Que é oferta e compra. E essa mais a parte de que, indústria?

Pesquisadora: Indústria, é. E aí tem conflitos sob uma ordem imposta.

Wagner: Nossa Senhora! [Comenta sobre os ruídos no seu apartamento]

Pesquisadora: E você vai criar na cidade contemporânea, que é essa zona crítica, áreas de...
[Interrupção]

Wagner: Mas você fala em termos dos conflitos que conflitos que antes tinha... em termos de evolução...

Pesquisadora: E vai se tornar, por exemplo, a área da favela, que tem gente que não acessa, mas... [Interrupção]

Wagner: Tipo assim, você pede a pizza mas não gosta de motoboy no trânsito do seu lado.

Pesquisadora: Mais ou menos. São conflitos que estão inerentes à vivência urbana. E a malha urbana vai para todos os espaços, como se acontecesse uma urbanização total da sociedade, todo mundo, mesmo quem mora no campo, vive a urbanidade.

Wagner: Questão de modernidade.

Pesquisadora: Mas, como você falou, tem a cidade central, que tem mais qualidade de vida...

Wagner: É, uai.

Pesquisadora: Mas as outras perdem uma qualidade de ser cidade mesmo.

Wagner: Mas eu acho que é mais acessibilidade. Porque não tem, não adianta. Eles falam que o SUS é muito bom, mas você tem que conseguir chegar lá. [Fala sobre a questão da saúde. Nos voltamos para o cartão XX]

Pesquisadora: Esse aí é uma interpretação da Hannah Arendt, que é uma filósofa também, ela é alemã... [Interrupção]

Wagner: Ah, você pega essa mulher [Impossível compreender], essa tal de filósofa alemã...

[Risos]

Wagner: Mas aqui, você acha que no contexto de tudo o que você falou, você acha que vai dar para fazer alguma coisa, em termo de...

Pesquisadora: Prática?

Wagner: É. Prática... que você falou de pensarmos uma melhoria. Você acha que isso é possível?

Pesquisadora: Sim, mas temos que envolver melhor os vizinhos e respeitar um processo, que pode ser mais longo. E a partir daí, fazer um plano de ação, conversar com os outros moradores, conseguir o material...

Wagner: Uai, gente... Moramos aonde mesmo? A mata tá ali. Você tem serra elétrica? Esse material tem que ser doado? Tem que ser angariado?

Pesquisadora: Depende da nossa escolha mesmo.

Wagner: Mas a gente vai ter que desembolsar algum?

Pesquisadora: Não necessariamente.

[Comentam sobre alguém de fora chegar e a desconfiança de moradores ao primeiro contato]

Wagner: Então, como você falou sobre lixo, eu cheguei, a Joana estava falando negócio de lixo... Eu te levo num prédio aí para cima.

Pesquisadora: É, no prédio do Gilberto

Wagner: Eu te levo num prédio ali pra cima, é impressionante! Essa armação de ferro aqui, eu peguei no mato. A roda que eu fiz minha churrasqueira, eu peguei no mato. Essas barras de

ferro, que é ferro [Impossível compreender] tenho umas quatro ali, que é de dois metros de altura e dessa grossura. Como é que você joga isso no solo e quer que isso vá deteriorar com o tempo? Não tem como. [Conta sobre o que fez com o que encontrou jogado nos barrancos e pergunta novamente sobre a duração - já haviam se passado 40 minutos desde o início]

Pesquisadora: Última coisa que eu vou falar, então. Está com uma letra pequena, um pouco difícil de entender, mas é o seguinte. A tal da filósofa alemã vai falar da cidade da Grécia Antiga, que é quando os homens livres e agiam na política com facilidade.

Wagner: Mas bem antes dos reis né? Porque na Grécia antiga tinha um congresso, acho que eu cheguei a pegar essa parte na escola.

Pesquisadora: É, e lá tinha bem determinado o que era esfera privada e o que era esfera pública. A esfera privada era sempre onde acontecia a manutenção da vida, então, comer, dormir, cuidar dos filhos, tudo isso é esfera privada e viver só nessa esfera era desvalorizado por eles. O que eles valorizam é a esfera pública, que é onde acontece a ação e o discurso, que é onde esses homens livres exercitam a política e... [Interrupção]

Wagner: Se vangloriando por seus feitos.

Pesquisadora: É, sim. Na sociedade moderna, isso se modifica de uma forma seguinte: a esfera privada e a esfera pública deixam de fazer sentido porque os valores que são privados começam a ser mais valorizados, como a riqueza e o trabalho.

Wagner: Isso é hoje, não é?

Pesquisadora: Isso é hoje.

Wagner: Hoje não é mais você ter do que você ser? Hoje é mais ter do que ser.

Pesquisadora: O conso vira uma coisa muito exagerada...

Wagner: Você é educado corretamente, você não precisa ser nada, se você tiver dinheiro, você é mais ter do que ser, são valores invertidos.

Pesquisadora: O valor é a riqueza, em vez da riqueza coletiva, é uma riqueza pessoal mesmo.

Wagner: Isso.

Pesquisadora: A esfera privada e a pública somem e surge uma esfera que chama social, quando a sociedade valoriza o trabalho e o que é importante nessa esfera é o comportamento

normatizado, todo mundo age de acordo a ação das outras pessoas também. Você tem que ser normal, você tem que aparentar isso. Nos espaços públicos, por exemplo, você vai agir de uma forma esperada, determinada.

Wagner: Você está falando de fingimento? Quase isso, né?

Pesquisadora: Quase isso, você tem que parecer...

Wagner: ...que é normal, mas você pode ser louco.

[Risos]

Wagner: Mas é, eu 'tou mentindo? É o que eu falo, agora você vai me dar um crédito nisso: que eu falo assim, quando a pessoa vai viver em sociedade, ela tem que viver politicamente correto. Se você não aceita a sociedade, tem que viver lá no mato. Se você não aceita ordem, não aceita que ninguém fala nada com você, vai lá pro mato lá. Lá ninguém vai te dar ordem, ninguém vai falar nada, ninguém vai te cobrar seus bens, ninguém vai te cobrar você tomar banho, você pode andar fedendo lá no mato. Mas dentro da sociedade você não vai fazer isso, porque isso não cabe na sociedade.

Pesquisadora: É, o que vai acontecer é que em vez de termos espaços públicos, teremos espaços sociais, são esses espaços...

Wagner: ...de convívio.

Pesquisadora: É.

Wagner: As praças, os shoppings.

Pesquisadora: E eu acho que os espaços que a gente 'tá lidando aqui são espaços sociais, mas tem o potencial de serem públicos também. Não no sentido de qualquer um chegar e usar...

[Interrupção]

Wagner: Não, senão até sobra pra mim.

Pesquisadora: Mas público no sentido de ser um espaço de discussão, um espaço diferente, de ação conjunta, de autonomia... [Interrupção]

Wagner: Mas não necessariamente aqui!

Pesquisadora: É, não, é uma conversa que eu estou... [Interrupção]

Wagner: É, porque não funciona assim né gente? O cotidiano não é... é, isso é uma teoria, né?

Isso é uma teoria boa!

[Risos]

Wagner: Mas é uai. Que ela 'tá chegando aqui... [Interrupção]

Joana: Não prolonga, não.

Pesquisadora: Mas era principalmente isso que eu queria trazer, esses assuntos só para iniciar os encontros de pessoas de prédios diferentes. Queria agradecer muito pela participação, desculpa tomar o tempo aí.

Joana: Não, que isso. É que é sempre uma correria mesmo.

Pesquisadora: E eu fico em contato com vocês, e mais pra frente a gente continua o processo.

[Comentamos um pouco sobre as possibilidades de ação, mas não surge nada diferente do que havia sido discutido anteriormente]

[Encerro o experimento]